

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
UNIDADE ACADÊMICA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**

**TRAJETÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS  
EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS, QUÍMICAS E  
FARMACÊUTICAS DE CRICIÚMA E REGIÃO**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto.

Coorientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho

**CRICIÚMA  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F814t França, Gilvan Felipe Teixeira de.

Trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas das Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região / Gilvan Felipe Teixeira de França ; orientador: João Henrique Zanelatto; coorientador: Alcides Goularti Filho. – Criciúma, SC, Ed. do Autor, 2016.

172 p : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2016.

1. Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas das Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma de Região – História. 2. Sindicatos – Santa Catarina, Região Sul – História. 3. Movimento trabalhista – Santa Catarina, Região Sul – História. I. Título.

CDD. 22<sup>a</sup> ed. 331.88

**GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**

**TRAJETÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS  
EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS, QUÍMICAS E  
FARMACÊUTICAS DE CRICIÚMA E REGIÃO**


Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 06 de maio de 2016.

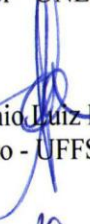
**BANCA EXAMINADORA**



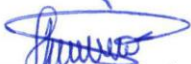
Prof. Dr. João Henrique Zanelatto  
(Orientador - UNESC)




Prof. Dr. Alcides Goularti Filho  
(Coorientador - UNESC)




Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda  
(Membro - UFFS)




Prof. Dr. Dimas de Oliveira  
Estevam  
(Membro - UNESC)



Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves  
(Membro - UNESC)



Gilvan Felipe Teixeira de França  
Mestrando



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho  
Coordenador do PPGDS-UNESC



Aos meus pais, Leonel e Francelina  
e ao meu irmão Nilo, que de outro  
plano torceram por esse momento.



## AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre prazeroso. E necessário. Mas, também é constrangedor, por vezes, quando merecidos agradecimentos são esquecidos. Por isso, começo agradecendo de forma genérica a todos os que de alguma forma contribuíram para que este estudo chegasse a este ponto. Afinal, a pesquisa não acaba ela sempre pode ser continuada e é este o objetivo desde humilde estudante.

Não poderia deixar, no entanto, de agradecer àqueles que foram inesquecíveis. Começando pelo dever de casa. Agradeço aos meus filhos – Istvan, Marina, Leonel e Gabriella – incentivadores desde a primeira intenção e apoio em toda trajetória. Marina de França teve inestimável colaboração na produção de tabelas, gráficos e tabulação da pesquisa sobre o perfil dos trabalhadores das categorias estudadas. Rendo reconhecimento, ainda, ao farmacêutico Estevan Búrigo e Silva, pela química perfeita no trato final deste material.

À minha companheira, professora Elizete Leandro, crítica afiada, mas colaboradora e partícipe de todos os momentos, em especial na reta final, quando as vírgulas superavam em milhares os pontos finais...

Esta pesquisa começou por sugestão daquele que viria a ser o orientador de todo o processo. O professor doutor João Henrique Zanelatto foi incansável, sempre disponível, incentivador ao máximo, cobrador exímio e, finalmente, companheiro de todos os momentos. Não há como recompensar tanta dedicação e esmero.

Rendo agradecimentos, também, ao professor doutor Alcides Goularti Filho, fonte valorosa de reportagens que produzi durante anos e incentivador para que ingressasse no Programa. Em seu nome, agradeço a todos os demais professores do PPGDS. Foram dois anos de muito aprendizado. Cresci. Melhorei. Passei a ver o mundo de forma ainda mais abrangente, graças a todos. Fico agradecido, professores.

Um registro importante: agradecimento à Unesc. Criar um programa como este que cursei nestes dois anos tem uma importância incomensurável não apenas para nós, acadêmicos/pesquisadores, mas sobretudo à região e ao estado. Magnífico Reitor Gildo Volpato, meu reconhecimento pelo esforço e realização.

A apuração dos fatos relacionados à trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas Descartáveis e Flexíveis, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região só foi possível pela liberação geral, ampla e irrestrita de todos os arquivos do Sindicato. Mesmo em relação a temas “espinhosos” não houve sonegação de documentos ou depoimentos de dirigentes ou funcionários. Transparência e democracia em todos os sentidos que foram fundamentais para o trabalho. Não há como deixar de agradecer à diretoria e aos funcionários do Sindicato, em nome do presidente Carlos de Cordes e do vice-presidente Joel Bitencourt.

Agradecimentos também às diretorias e trabalhadores das empresas Canguru Embalagens S/A, Anjo Química do Brasil, Plasson do Brasil Equipamentos para Avicultura e Manchester Química do Brasil S/A, de Criciúma; Cristalsul Indústria de Produtos Plásticos S/A (Cristalco-po), Copaza Descartáveis Plásticos Ltda e Tintas Farben S/A, de Içara; Precon Plásticos S/A e Resicolor Tintas S/A, de Siderópolis; Minaplast Descartáveis S/A, de Urussanga e DPMC Descartáveis, de Morro da Fumaça. Nestas empresas e municípios foram realizadas as entrevistas da pesquisa que apresentou o perfil dos trabalhadores dos segmentos industriais estudados.

Finalmente, agradecimento especial aos integrantes da seleta banca e aos demais que se aventurarem a ler este trabalho acadêmico. Desde o final da adolescência, minha vida foi escrever e falar. Mais escrever do que falar. São mais de 40 anos entortando a boca com o cachimbo do jornalismo. Talvez tenha sido esta a tarefa mais inglória do nobre orientador. As diferenças de textos acadêmico e jornalístico são abissais. Confesso, não foi fácil.

O maior desafio, contudo, foi atender a recomendação do orientador, do coorientador e da banca de qualificação para um necessário “afastamento” do objeto de estudo. Somado este desafio à prática do jornalismo, criadora incessante de ídolos, comportamentos, opiniões e conceitos, se tornou tarefa inglória. Não ter lado, ser imparcial, está evidenciado, é impossível. Somos produtos do que acreditamos, do que elaboramos e daquilo que ajudamos a elaborar.

Há quase uma década convivendo com o movimento sindical e de lutas da classe trabalhadora, a partir do Sindicato aqui estudado, ser isento, é impossível. Seria renegar as próprias convicções. Tenham cer-



teza que busquei, em todos os momentos, evitar o ufanismo e deixar evidente que esta pesquisa tem um único interessado, este acadêmico. Este estudo é fruto de esforços pecuniários unicamente pessoais e não foi fácil mantê-lo sendo jornalista, com a boca torta, mas certo de que de forma transparente, honesta e digna, padrões de comportamento que trago do berço.



“A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”.

(Edward Palmer Thompson)



## RESUMO

A diversificação da economia no Sul de Santa Catarina, a partir da indústria de extração de carvão mineral, após a década de 1960, teve em São Ludgero os primeiros movimentos para o surgimento da indústria de produtos plásticos. A partir da década seguinte, anos 1970, surge em Criciúma a primeira fábrica de copos e pratos de plástico descartável. A região se tornou referência para o Brasil neste tipo de indústria, superando 80% da produção nacional, no final do século XX. A produção de embalagens plásticas flexíveis, que também teve sua gênese em São Ludgero, em Criciúma registrou desenvolvimento exponencial neste período. Em novo episódio de diversificação econômica, a região desperta para o setor químico, produzindo inicialmente para a indústria cerâmica, em especial, mas se diversifica e se torna polo de fábricas de tintas e vernizes, entre outras. O setor de plásticos descartáveis e embalagens flexíveis, nos anos 1970/1980, contava com pouco mais de 1 mil trabalhadores. Na segunda década deste século XXI, Criciúma e região contam com mais de 250 fábricas, consideradas as empresas das indústrias químicas e farmacêuticas e uma massa trabalhadora com mais de 11 mil postos de trabalho. No início da década de 1980, quando a ditadura militar agonizava, trabalhadores do setor, às escondidas, fundaram uma associação que se tornaria o atual Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas Descartáveis e Flexíveis, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região. O Sindicato tem mais de 2,5 mil associados, representa a categoria em 29 municípios e a trajetória desta organização é o foco deste trabalho acadêmico.

**Palavras chaves:** químicos de Criciúma; organização de trabalhadores; mundo do trabalho do Sul de Santa Catarina.



## ABSTRACT

Diversification of the economy in southern Santa Catarina, from the coal mining industry after the 1960s, was in São Ludgero the first moves for the emergence of the plastic products industry. From the following decade, the 1970s, came up in Criciúma the first plastic disposable cups and plates industry. The region has become a benchmark for Brazil in this type of industry, exceeding 80% of national production at the end of the XX century. The production of flexible plastic packaging, which also had its genesis in São Ludgero, it also had in Criciúma an exponential growth in this period. In a new episode of economic diversification, the region awakens to the chemical industry, producing initially for the ceramics industry, in particular, but diversifies and becomes pole of a paint and varnish factories, among others. The industry of disposable plastic and flexible packaging in the years 1970/1980 had just over a thousand workers. In the second decade of the XXI (twenty-first) century, Criciúma and region had more than 250 factories, considered the chemical and pharmaceutical industries and a working mass with more than 11 000 jobs. In the early 1980s, when the military dictatorship was dying, industry workers, in secret, founded an association that would become the current Labour Union Workers of Plastic Industries Disposable and Flexible, Chemical and Pharmaceutical from Criciúma and Region. The union has more than 2,5 thousand members, it represents the category in 29 municipalities and the trajectory of this organization is the focus of this academic work.

**Keywords:** Criciuma Chemicals; Worker's organization; The work world in southern Santa Catarina





## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Ocupação dos postos de trabalho na região, por sexo	57
Gráfico 2 – Indústrias químicas em Santa Catarina e na base de representação do sindicato	62
Gráfico 3 – Trabalhadores na indústria química no estado e na base de representação do sindicato	66
Gráfico 4 – Renda familiar dos trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região.	112
Gráfico 5 – Renda pessoal dos trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região.	114
Gráfico 6 – Série histórica do piso das categorias representadas entre 2005 e 2015	115
Gráfico 7 – Idade trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas.	117
Gráfico 8 – Idade dos trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas que não pretendem mais estudar	118
Gráfico 9 – Filhos por trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas	119
Gráfico 10 – Tempo de trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas no mercado de trabalho	120
Gráfico 11– Ocupação dos postos de trabalho na região sul de Santa Catarina, por sexo.	125
Gráfico 12 – Renda pessoal trabalhadoras nas indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região	126

Gráfico 13 – Renda pessoal trabalhadores nas indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas	126
Gráfico 15 – Atuação da atual diretoria, segundo trabalhadores do setor	132
Gráfico 16 – Quando o trabalhador vai ao Sindicato é para:	134
Gráfico 17 – Trabalhador considera “importante e interessante” à categoria que líder sindical se candidate a cargo eletivo?	135
Gráfico 18 – veículos pelos quais os trabalhadores têm informações	136
Gráfico 19 – Com que frequência os trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas acessam a internet	140
Gráfico 20 – Redes sociais os trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas se inserem	141

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho da indústria de matérias plásticas no sul de Santa Catarina (1970-2000). .....	54
Tabela 2 – Empresas da indústria de matérias plásticas no sul de Santa Catarina (2014). .....	56
Tabela 3 – Empresas da indústria de matérias plásticas no sul de Santa Catarina (2014). .....	57
Tabela 4 – Indústrias químicas em Santa Catarina e na base de representação do sindicato.....	62
Tabela 5 – As especialidades dos cinco municípios de maior concentração de empresas em Santa Catarina.....	63
Tabela 6 – Cidades catarinenses com dez ou mais indústrias químicas.....	64
Tabela 7 – Trabalhadores na indústria química no estado e na base de representação do sindicato .....	65
Tabela 8 – Indústria química por municípios da base de representação do sindicato, empresas e trabalhadores – 2013.....	66
Tabela 9 – Trabalhadores por município e sexo na indústria química na base de representação do Sindicato.....	67
Tabela 10 – Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação – 2015 .....	113
Tabela 11 – Série histórica do piso das categorias representadas entre 2005 e 2015 .....	115
Tabela 14 – Perfil do trabalhador de 6 a 15 anos no mercado de trabalho das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas.....	121
Tabela 15 – Tempo de trabalho na empresa atual .....	121
Tabela 16- Funções de trabalhadores nas empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região .....	124



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abiplast	Associação Brasileira da Indústria do Plástico
Abrade	Associação Brasileira de Descartáveis
Cascri	Comunidade Assistencial Sindical de Criciúma
CBCA	Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNTQ	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Química
CTB	Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Fetiesc	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina
Fiesc	Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
PEDIC 2022	Programa de Desenvolvimento da Indústria Catarinense
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Simplasc	Sindicato da Indústria de Material Plástico do Sul Catarinense
SDS	Social Democracia Sindical
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UGT	União Geral de Trabalhadores



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO – SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TEXTO</b> .....	25
<b>1 DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL E TRABALHO</b> .....	43
1.1 A DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA REGIÃO CARBONÍFERA.....	43
1.2 A INDÚSTRIA CERÂMICA .....	45
1.3 A INDÚSTRIA METALÚRGICA .....	48
1.4 A INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO .....	49
1.5 INDÚSTRIA CALÇADISTA .....	50
1.6 INDÚSTRIAS PLÁSTICAS DE DESCARTÁVEIS E FLEXÍVEIS .....	51
1.7 INDÚSTRIA QUÍMICA.....	58
1.8 CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA E DOS TRABALHADORES DO SETOR QUÍMICO DE CRICIÚMA.....	61
<b>2 EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE CRICIÚMA E REGIÃO</b> .....	69
2.1 SINDICALISMO BRASILEIRO NA VIRADA DO MILÊNIO .....	70
2.2 FUNDAÇÃO E TRANSIÇÃO MARCAM A PRIMEIRA E A SEGUNDA FASES DO SINDICATO .....	75
2.3 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: A TERCEIRA FASE DO SINDICATO 2005 - 2015.....	88
2.4 FIM DE VÍNCULOS DO PASSADO .....	88
2.5 DEMISSÕES DE DIRIGENTES MOBILIZAM MOVIMENTO SINDICAL ESTADUAL .....	90
2.6 PERICULOSIDADE, DIREITO RECONHECIDO NA CANGURU .....	93
2.7 NOVOS MÉTODOS ADMINISTRATIVOS, FINANCEIROS E PATRIMONIAIS .....	97
2.8 CHAPA ÚNICA NAS ELEIÇÕES DE 2010.....	99
<b>3 O PERFIL DOS TRABALHADORES E SEU OLHAR SOBRE O SINDICATO</b> .....	110
3.1 O PERFIL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS .....	112

3.2 O SINDICATO VISTO PELA CATEGORIA.....	128
3.3 COMUNICAÇÃO: DO PANFLETO ÀS REDES SOCIAIS .....	136
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>159</b>
ANEXO A – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL - BRUNO .....	160
ANEXO B – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – CARLOS .....	161
ANEXO C – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – EDSON .....	162
ANEXO D – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – MARIA GORETE.....	163
ANEXO E – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – JOEL .....	164
ANEXO F – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – JORGE .....	165
ANEXO G – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – MARIA HELENA.....	166
ANEXO H – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – PAULINO .....	167
ANEXO I – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA .....	167



## I. INTRODUÇÃO – SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Fundado nos anos finais da ditadura militar, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região é o objetivo central deste trabalho. A organização sindical, em três décadas, conseguiu se estruturar e se tornar uma das categorias mais importantes do Sul de Santa Catarina.

O Sindicato representa trabalhadores de dois segmentos econômicos na região de Criciúma. O de maior proporções, em se considerando a quantidade de trabalhadores, é o setor que produz descartáveis plásticos, como copos, pratos, talheres, entre outros produtos.

O segundo é o produtor de embalagens plásticas e demais classificados como “flexíveis” e, finalmente os trabalhadores das indústrias químicas, nas quais se destacam as produtoras de tintas, vernizes e suprimentos à indústrias cerâmica.

O setor farmacêuticos, também incluído no rol de profissionais representados, no entanto, é inexistente na região.

A pesquisa pretendeu apurar o momento e as circunstâncias que resultaram na organização inicial dos trabalhadores e a fundação do sindicato e a sua realidade contemporânea. No início, já se pode auferir, o sigilo foi fundamental para garantir a fundação da entidade e, ao mesmo tempo, evitar que os articuladores do processo fossem demitidos, como já havia ocorrido anos antes.

Passados mais de 30 anos, dirigentes do Sindicato ocupam posições no movimento sindical regional, estadual e, até, nacional. Na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina (Fetiesc), que representa mais de 400 mil trabalhadores em todo o estado, o sindicato cricumense é o único a ter três membros na diretoria e, entre eles, um é vice-presidente. Um dirigente do Sindicato de Criciúma é diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Química (CNTQ).

Neste contexto, reveste-se de importância a organização dos trabalhadores nas empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas, tanto pela quantidade de postos de trabalho ocupados na região – cerca de 11 mil -, quanto pelo desenvolvimento socioeconômico dos 29

municípios em que se insere, do estado e do país, contando com mais de 200 empresas em atuação na região, nos três segmentos econômicos.

O Sindicato, em 2015, contabiliza cerca de 2,5 mil associados. Um índice elevado se considerada a prática nacional, que em média gira em torno de 18% de associados da categoria representada.

Como se processou a organização do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região, quais foram os enfrentamentos, as conquistas e as singularidades desta trajetória, levando em consideração as categorias que representa e área de abrangência é o problema da pesquisa. Compreender o processo de constituição, organização e conquistas trabalhistas são os principais objetivos deste trabalho.

Os objetivos específicos são identificar as formas e estratégias de organização dos trabalhadores; apurar as conquistas salariais, direitos trabalhistas e condições de trabalho nas indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região e investigar a importância da comunicação com os representados. Desta forma, a pesquisa atinge grau de interdisciplinaridade envolvendo princípios da história, do direito, da economia, das ciências políticas e da comunicação social (jornalismo/publicidade).

Como se pode notar, o espectro do objeto de pesquisa é multifacetado, complexo e, propício à metodologia de pesquisa interdisciplinar. A origem, o processo de organização inicialmente da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Criciúma e Urussanga e, posteriormente, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Criciúma e Região foram apuradas em atas oficiais da instituição. Entrevistas com dirigentes sindicais que ainda militam no órgão de representação, passados mais de 30 anos, fornecem o contexto daquele período.

Invadindo a seara das ciências jurídicas, a pesquisa pretende apurar quais foram as melhorias das condições salariais e de locais de trabalho dos profissionais do setor. Mereceram atenção especial, as mais de 40 ações coletivas ajuizadas pela assessoria jurídica do sindicato, empregando o instituto da “substituição processual”. Esses processos foram instituídos para recuperar diretos trabalhistas, especialmente em relação

aos adicionais de insalubridade e periculosidade, sonogados por décadas por empresas.

A pesquisa também abordou tensões pelo controle do sindicato e as disputas internas, ampliando o leque da interdisciplinaridade com as ciências políticas, pois houve o envolvimento de dirigentes do sindicato no processo eleitoral do município em períodos diferentes da trajetória da instituição.

A comunicação social, tanto no aspecto do jornalismo como da publicidade/propaganda, terá participação importante no objeto de pesquisa, pois neste limiar de século XXI, de mídias sociais e acesso ilimitado às informações pela rede mundial de computadores, a representação sindical não pode abrir mão dessas ferramentas. Jornais, revistas, panfletos, anúncios de jornais, rádio, televisão e mídia impressa integram o arsenal utilizado pela diretoria do sindicato para se comunicar com seus representados, e com a comunidade de forma geral, e merecerão atenção na pesquisa.

A pesquisa está embasada, especialmente, nos princípios de Edward Thompson (1981) (1987) e Eric Hobsbawm (2000) (2005), que estudaram a origem e o desenvolvimento do capitalismo, a luta de classes como fator fundamental para o processo histórico e, sobretudo, elaboraram a história “de baixo para cima” e a teoria a partir da prática histórica.

Os conceitos de classe social, experiência e cultura presentes nas obras “A Formação da Classe Operária Inglesa” e “Costumes em Comun”, foram analisados por Meira (2014), enaltecendo a contribuição de Thompson para a historiografia, bem como conceitos de classe e experiência.

A contribuição de Thompson para a historiografia mundial é imensa, principalmente por sua insistência pelo rigor na pesquisa empírica, e a utilização de uma teoria que seja resultado daquela. Tal afirmação nos dias de hoje parece uma obviedade, mas não quando lembramos do momento histórico da produção das principais obras de Thompson e de sua filiação teórica. Mesmo após 1956, era grande a resistência em perceber o materialismo histórico dialético como uma teoria da história

construída a partir do estudo da realidade social e não como uma sociologia abstrata, um conjunto metodológico destinado a ser aplicado a qualquer situação.

(...)

É claro que as experiências cotidianas dos sujeitos acabam por retomar o componente econômico, na medida em que, como conceitos históricos, a classe está ligada à luta de classes, e esta é, por definição, baseada no aspecto econômico das relações sociais. De outro modo, as relações sociais e culturais, na luta de classes, são experiências derivadas das relações econômicas de produção e/ou dominação. Essa formulação não é simples, mas é a defendida por Thompson ao se referir à classe social em seu sentido heurístico. (MEIRA, 2014, p. 191 e 195).

Em seu artigo, Meira (2014, p. 199) estabelece uma “ponte” entre os conceitos de classe social e de experiência, marcantes na obra de Thompson. Para ele, “a experiência, ausente como conceito da ortodoxia marxista é o terreno comum em que os trabalhadores se reconhecem enquanto classe”, e sobretudo, como sujeitos elaborados a partir de sua própria história.

A expressão classe vem sendo tema de estudos e debates, pelo menos, há mais de 150 anos, e continua sendo atual. Desde a revolução francesa, passando pela revolução industrial e a consolidação do capitalismo, “classe” também se tornou uma forma de separar em dois grupos os principais atores do mundo do trabalho: os que são os detentores do capital e do poder econômico e os que vendem seu trabalho em troca de salário.

Karl Marx em seu manuscrito de O Capital, quando começou a escrever o subtítulo “As classes”, encaminhou a discussão, ao afirmar:

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capita-

listas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção. (ANTUNES, 2013, p. 231).

Em *A Ideologia Alemã*, que Marx e Engels escreveram juntos entre 1845 e 1846, os dois vão mais adiante no conceito desta expressão, relacionando o surgimento da classe a partir de lutas e objetivos comuns de indivíduos que convivem a mesma realidade.

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se superam a propriedade privada e o próprio trabalho. (MARX & ENGELS, 1997, p. 65).

Edward Thompson entende que não se pode explicar o surgimento da classe como uma gênese específica com dia, hora e local determinados. Segundo ele, “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p. 9). Já a consciência de classe “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Hobsbawm, em *Mundos do Trabalho*, também se debruça sobre o tema, quando disserta sobre a questão de consciência de classe, tendo como pano de fundo o livro *História e Consciência de Classe*, de George Lukács e conectando à discussão ao Manifesto Comunista de Karl Marx.

“Classe” é usada nesta acepção na célebre passagem de abertura do Manifesto Comunista (“A história de todas as sociedades existentes até hoje é a

história da luta de classes”) e para os propósitos gerais do que poderíamos chamar de macroteoria de Marx. Não pretendo que esta simples formulação esgote o significado de “classe” na primeira acepção usada por Marx, mas ela servirá ao menos para distingui-la da segunda, que introduz um elemento subjetivo no conceito de classe – a saber, a consciência de classe (...) a classe e o problema de consciência de classe são inseparáveis. Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal. (HOBSBAWM, 1987, p. 36).

Trazendo o debate em torno da expressão classe para a contemporaneidade, Rossi e Gerab (2009) entendem que a realidade atual continua dividindo os homens em duas classes extremamente opostas e, sobretudo, conflitantes por conta de seus interesses. A expressão “classe operária” não mais se restringe apenas aos trabalhadores que atuam em fábricas, pois a evolução tecnológica fez surgir novas formas de prestação de serviços, especialmente.

De qualquer forma, no sistema capitalista, enquanto uma classe vislumbra apenas o lucro e para atingir esse objetivo, explora o trabalhador que por seu turno, cada vez mais, quer vender mais caro sua capacidade de produzir renda e lucro.

Assim, tomamos os estudos de Thompson e Hobsbawm como norteadores desta pesquisa. Entendemos que os estudos destes autores da tradição marxista são fundamentais para a apreensão dos conceitos de luta de classe, classe, consciência de classe e experiência, ou seja, para compreensão do processo histórico de constituição e de organização dos trabalhadores. A partir dos conceitos formulados por esses autores é que buscamos estudar a organização do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região.

Foram nas lutas que os trabalhadores se constituíram enquanto classe com consciência de classe organizaram-se das mais variadas maneiras em associações, partidos e sindicatos. É esse processo de organização e mobilização da classe trabalhadora que passamos a debater a partir de agora, em especial, a organização dos sindicatos.

Dois recortes históricos são fundamentais para se debater sobre a organização dos trabalhadores e o surgimento dos institutos, hoje, conhecidos como “sindicatos”. Mundialmente o fato marcante é a “Revolução Industrial”, a partir da década de 1760, com a invenção da máquina a vapor, quando se abrem as portas ao capitalismo na Inglaterra e tem início a formação da classe trabalhadora, mesmo que ainda não houvesse, nela própria, a consciência de classe.

Somente em 1812, a Câmara dos Lordes em Londres, berço do capitalismo, aprova uma lei que garantia livre associação dos trabalhadores. Até então, leis inglesas e francesas proibiam, e até condenavam à morte, a organização dos trabalhadores e suas ações que pudessem representar dano ao patrimônio patronal, como os protestos dos integrantes do Movimento Luddista<sup>1</sup>.

A organização de trabalhadores no Brasil tem registros desde 1858, quando houve a primeira greve do país, a dos tipógrafos dos três jornais diários que circulavam na capital do Império, Rio de Janeiro (MATOS, 2009).

Em 1876, mais de uma década antes do fim da escravidão, um negro escravo chamado João de Mattos, organizou um “levante” e paralisou todas as padarias de Santos (SP), com uma estratégia inusitada. Mattos falsificou cartas de alforria para todos os negros que trabalhavam em padarias. Marcou dia e horário e todos fugiram ao mesmo tempo. A cidade ficou sem pão.

Relata Matos (2009) que João Mattos repetiu, meses depois, o processo em São Paulo, com o mesmo sucesso e tentou repetir a estratégia no Rio de Janeiro, naquele mesmo ano, mas acabou preso. Os “levantes” eram frutos do tratamento desumano dado pelos patrões portugueses aos escravos que atuavam nas padarias.

---

<sup>1</sup> Ludismo foi um movimento contra a mecanização do trabalho produzido pela Revolução Industrial e a consequente substituição da mão-de-obra humana pelas máquinas, na Inglaterra, na primeira metade do século XVII. Liderado por Ned Ludd, que disseminou entre os operários a ideia de destruição de máquinas. Para HOBBSAW (2000) "era uma mera técnica de sindicalismo de operários no período que precedeu a revolução industrial e as suas primeiras fases operárias".

O fato de o Brasil ter sido um dos últimos países a deixar de explorar a mão-de-obra escrava e a própria intrincada história do país não permitem estabelecer marcos efetivos para se determinar o início do processo de organização da classe trabalhadora no país. Por séculos, “homens livres” dividiam espaços com escravos em determinadas atividades profissionais ou, até, apesar de trabalhadores assalariados, também eram “proprietários” de escravos.

Andrade (1981) busca em 1791, quase um século antes da abolição da escravatura, indícios desta organização quando relata movimento de operários da “Casa das Armas” parando as atividades por falta de pagamento de seus salários. Cita o autor a criação da “Companhia de Pretos de Pernambuco”, reunindo arrumadores e carregadores de navios em 1812 e a fundação da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, em 1853, como as primeiras formas de organização de trabalhadores no Brasil. Contudo, ele considera o nascedouro da classe operária brasileira o I Congresso Nacional em 1906. (ANDRADE, 1981. p. 9).

Cândido Filho (1982) salienta que apesar das primeiras fábricas terem surgido no Brasil nos anos seguintes à independência do país (1822), foi a partir da Proclamação da República, em 1889, que o parque fabril brasileiro começou a tomar forma e, conseqüentemente, a gerar uma massa trabalhadora. Cândido Filho enfatiza:

As primeiras associações operárias livres se iniciam na passagem do século; denominavam-se ligas operárias, uniões profissionais, associações de resistência. Ainda conservavam o caráter beneficente, porém colocavam com vigor a reivindicação da jornada de oito horas. Seus fundadores e filiados eram trabalhadores artesãos (sapateiros, alfaiates, carpinteiros, pedreiros etc.), sendo, portanto, o sindicato de ofício o tipo de organização operária preconizado, nos moldes anarquistas. (CÂNDIDO FILHO, 1982, p. 142).

Batalha (1991/1992, p. 112) discute a “atipicidade ou legitimidade” da identidade da classe operária brasileira, entre 1880 e 1920, na Primeira República. Batalha cita um artigo publicado em 1911 pelo tipógrafo Mota Assunção que faz uma descrição da situação dos trabalhadores que viviam no Brasil no período da Primeira República,



(...) a República encontrou aqui um proletariado atrasadíssimo, a um ou dois séculos de distância do proletariado europeu. Na parte indígena – pretos, mulatos, e brancos - predomina a subserviência da escravidão, abolida havia um ano; porque os hábitos e as tradições daquele nefasto regime não se limitavam às suas presas diretas: refletiam-se como ainda hoje se refletem, sobre todos os que trabalham para outrem.

(...)

As conseqüências depressivas deste funesto ambiente ainda se notam hoje em muitos trabalhadores, que experimentam como que um supersticioso medo diante do patrão, raramente ousando discutir com ele os seus interesses. Mas, como se tudo isso não bastasse para retardar a emancipação do trabalhador brasileiro, veio-nos ainda o contingente europeu das aldeias e cantões atrasadíssimos, que, com suas ideias e costumes feudalistas, nos obrigam ao estacionamento vergonhoso em que nos achamos. Neste ponto a ação nefasta da imigração é (...) das mais sensíveis.

Como fica evidenciada na citação, naquele contexto, o tipógrafo Mota Assunção via com muita negatividade os trabalhadores brasileiros na Primeira República. O tipógrafo tomava o operário idealizado europeu como modelo, negativando o nacional. Este discurso de negatividade, Batalha percebe nas produções acadêmicas recentes.

(...) no Brasil, como em outros países latino-americanos, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras deste século, a principal dificuldade, para muitos observadores, para o desenvolvimento do potencial revolucionário parece residir precisamente na ausência ou extrema fraqueza desse “operário moderno”. Tanto na análise dos contemporâneos, como ainda para muitos estudiosos nos dias de hoje, a ignorância, a heterogeneidade étnica, a falta de contornos de classe precisos, a passividade e a conseqüente falta de organização, são os atributos desse proletariado ainda

não inteiramente submetido ao trabalho fabril. (BATALHA, 1991/1992, p. 114).

Batalha, no entanto, contrapõe essa proposição e indica a criação da Associação Tipográfica Fluminense em 1853, e a União dos Operários Estivadores em 1903, como evidências concretas da formação da identidade da classe operária brasileira ainda no império e posteriormente na Primeira República. “Desse modo, a associação operária é a materialização da experiência comum no decorrer da qual se constrói a identidade coletiva” (BATALHA, 1991, p. 122).

Vianna (1978), em “Liberalismo e Sindicato no Brasil”, ao abordar a organização dos trabalhadores e seus sindicatos, relaciona cinco etapas deste processo: a mutualista (até 1888), a de resistência (até 1919), a de ajustamento (1919-1934), a de controle (1934-1945) e a competitiva (1946-1964).

Mattos (2009) estabelece como marco histórico da organização da classe trabalhadora nacional, a primeira fase do governo de Getúlio Vargas – 1930/1934 - e a criação do Ministério da Indústria e Comércio, de onde partiu a maior parte das leis trabalhistas sistematizadas posteriormente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. O autor critica o modelo de “sindicato oficial” e “tutelado”, vigente a partir desse período, na organização da representação sindical, que permanece majoritário no movimento sindical nacional, ainda neste século XXI.

Martins (1989) classifica como “burocratização” dos sindicatos brasileiros o processo iniciado no primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1930, passando pelas mudanças do Brasil do “Estado Novo” e se consolidou com o golpe militar de 31 de março de 1964:

O processo de burocratização do sindicato e dos conflitos do trabalho teve, na Revolução de 1930 e nos golpes de 1937 e 1964, os seus pontos mais marcantes, na medida em que esses momentos definiram mais precisamente os limites e as normas de exercício da autoridade legal-burocrática. Após o golpe de março de 1964, principalmente, houve, por parte do Governo, a adoção de uma série de medidas – leis sobre greve, política salarial, eleições sindicais, estabilidade, etc. – que definiram cada vez mais claramente o papel do sindicato

como o de intermediário entre o Estado e o trabalhador na realização de uma série de procedimentos burocráticos da vida trabalhista. Acentuou-se, enfim, o caráter burocrático do sindicato e do papel de administrador de seus diretores. Estes transformaram-se em executores das exigências burocráticas do Ministério do Trabalho. (MARTINS, 1989. p. 4).

Cooptando líderes trabalhistas, criando burocracia e vinculando os sindicatos ao Ministério do Trabalho, o Estado, gradativamente, vai restringindo a atuação do movimento sindical. A repressão, por parte das forças armadas, as lideranças que não se alinhavam, vai estagnando a representação sindical e as lutas. Para Volpato (2001), foram três decretos que consolidaram esta situação, baixados em 1931, 1934 e 1939, obrigando os sindicatos a terem funções assistenciais e administrativas.

A constituinte de 1934 e o breve período de normalidade constitucional, que segue até o segundo semestre de 1935, segundo Matos (2009, p.67,68), foi de intensa atividade de agitação de trabalhadores. “O ritmo de atividade grevista pode ser medido pelo exemplo da cidade do Rio de Janeiro, onde ocorreram 11 greves em 1930, 22 em 1931, 7 em 1932, 12 em 1933, 35 em 1934 e 20 greves até o início da repressão mais sistemática em 1935”. Essa mobilização e o processo de organização da classe trabalhadora, ilustra ele, resultou em 1934, na criação de uma Frente Única Sindical (FUS).

Boito Jr (1991) classifica este período como um período de “estatismo sindical”, proposto pelo Estado gestado pela Revolução de 1930, implementando uma política de expansão de direitos sociais e da legislação de fábrica. Esta política reconhece os direitos dos trabalhadores à reivindicação e os integra ao sistema político, que tem um marcante cunho populista.

Esse é o estatismo do tipo populista (=estatismo associado à aspiração por reformas sociais). A ideologia populista é a mitificação do Estado como entidade supostamente acima das classes sociais, cuja finalidade seria proteger, a partir de sua própria iniciativa livre e soberana, os trabalhadores da exploração capitalista. A ideologia do populismo sindical atualiza esse mito no terreno da

organização da luta sindical. Tal ideologia estatista visa compensar, através da proteção do estado que assegura a representatividade do sindicato, os seus recursos financeiros e a obrigatoriedade legal de o patronato negociar com um organismo representativo dos trabalhadores, visa compensar, dizíamos, uma suposta debilidade e incapacidade organizativa congênita e insuperável dos trabalhadores. (BOITO JR, 1991, p. 56).

O período entre 1945 e o golpe militar de 1964, conforme Matos (2009), foi marcado por diversas fases de mobilização sindical crescente, no entanto, a estrutura sindical continuou a mesma, com as lideranças mais combativas preferindo usar os recursos do sindicato oficial a combater decisivamente seu modelo atrelado ao Estado. “Quando o golpe de 1964 pôs fim às esperanças de amplas transformações sociais no país, aquela estrutura mostrou seu potencial repressivo” (MATOS, 2009, p.77).

Para Damasceno (2013), a ditadura militar a partir de 1964 não promoveu mudanças profundas nos estatutos dos sindicatos, mas os transformou em extensões da Previdência Social. Os órgãos de representação e defesa da classe trabalhadora, a partir da década de 1960, transformaram-se em prestadores de serviços médicos, odontológicos, laboratoriais, jurídicos, colônias de férias, bolsas de estudos, cooperativas de consumo. Assim, o regime militar subordinou “o movimento sindical e, em última instância, a própria classe trabalhadora, ao Estado” (DAMASCENO, 2013, p. 4).

Entre 1968 e 1978, período de estabilidade da ditadura militar, na avaliação de Boito Jr (1991), o sindicalismo brasileiro funcionou como um “sindicalismo de governo”, integrado ao Estado por suas características estruturais e históricas desde a Revolução de 1930, e, sobretudo, pelo fato da “grande maioria das diretorias dos sindicatos oficiais ser pelega, isto é, governista” (BOITO JR, 1991, p. 46).

Na década seguinte, o modo de funcionamento e o papel dos sindicatos oficiais mudaram sobremaneira, com progressiva redução do controle governamental sobre o cotidiano das entidades sindicais. Deuse, então, o afastamento democrático de “diretorias pelegas”, processo que desaguou em período de grandes greves e mobilizações, até que os

militares retornaram aos quartéis e o país retornou à democracia e ao estado democrático de direito.

Segundo Goularti Filho e Livramento (2004), na região Sul de Santa Catarina, as primeiras notícias de organização e mobilizações trabalhistas datam de 1891, quando trabalhadores da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina pararam em protesto pelos baixos salários e voltaram a parar em 1912, 1928, 1934 e 1939.

É dessa época o primeiro registro de um movimento organizado por mineiros na região. Em 1920, conforme Goularti Filho e Livramento (2004), mais de 300 mineiros da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA) pararam para exigir salários atrasados e aumento salarial. Os trabalhadores do setor, contudo, somente se organizaram com a fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma em 27 de fevereiro de 1944, transformada em sindicato em maio de 1945. Em agosto daquele mesmo ano, foram os mineiros da Companhia Próspera que fizeram greve.

Goularti Filho e Livramento (2004) concordam com Matos (2009) em relação ao processo de organização dos trabalhadores da forma como impôs o governo de Getúlio Vargas e relacionam o mesmo processo dos mineiros em outros municípios da região: Lauro Müller (1951), Tubarão/Capivari (1953), Urussanga (1957), Siderópolis (1959) e, em 1961 o Sindicato dos Mineiros de Rio Maina.

Os mineiros de Criciúma e região se organizaram de tal forma que suas mobilizações por salários e condições de trabalho acabaram fazendo história na cidade e região pela forma dos enfrentamentos. É o que relata Jorge Feliciano, à época, presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e histórico líder do movimento sindical e político de Criciúma.

A greve que ocorreu em 1960 foi a mais ferrenha da história sindical de Criciúma. Houve muita repressão. A greve nasceu na Metropolitana e se estendeu a todas as mineradoras. Para reprimir, veio o exército na rua, com cacetetes, bombas de gás lacrimogêneo etc. Na Próspera, tiveram que fazer piquetes, cercando os caminhões do Diomício Freitas, que levavam mineiros à mina de Urussan-

ga. Os piquetes eram formados por mulheres dos mineiros, que se deitavam no meio da estrada; havia mulheres grávidas deitadas no meio da rua, para impedir a passagem dos caminhões que levavam os trabalhadores. (VOLPATO, 1984, p. 117, 118).

A partir da organização dos mineiros, sindicatos de outras categorias profissionais começam a ser fundados na cidade, a iniciar pelos comerciários e ceramistas, segmentos que começavam a despontar na cidade e região.

A presença da indústria carbonífera em Criciúma, com seu batalhão de trabalhadores, traz para a cidade a inquieta movimentação de uma categoria que, através de várias décadas de experiências trabalhistas, aprende a lutar pelos direitos da própria classe. As tensões que nascem nos subterrâneos das minas e ali crescem, se expandem pelos bairros, se articulam nos sindicatos e envolvem a comunidade e a opinião pública. (VOLPATO, 1984, p. 150).

Conforme o jornal A Hora do Sul, de Criciúma, edição de 12 de novembro de 2010, a década de 1980 é de intensa agitação de movimentos sociais e sindicais em Criciúma e região. As principais categorias já estavam organizadas como os ceramistas (1956), comerciários (1961), bancários (1968), motoristas (1973), saúde (1975), professores da rede estadual - Sinte Regional Sul - (1980).

A cidade de Criciúma é reconhecida no cenário estadual e nacional por suas lutas sociais, populares e sindicais, pelas constantes mobilizações de trabalhadores, cujos movimentos são considerados “de vanguarda”, no plano nacional. Muitos de referem a Criciúma como “a ABC” de Santa Catarina.

Esta “fama” de Criciúma deve-se, evidentemente, ao fato destas lutas terem tomado, em alguns momentos, proporções surpreendentes, acirradíssimas, comparando-se ao que ocorre na maioria dos municípios médios do estado de Santa Catarina. Tudo que acontece em Criciúma – a partir de uma mina que fecha, de uma categoria em greve, de uma ocupação ou qualquer questão social explosiva transforma-se em movimento vivo que extrapo-

la os contornos territoriais da cidade. Esta história viva de Criciúma faz derrubar limites e fronteiras, tornando-a, neste ponto de vista, uma cidade singular. (TEIXEIRA, 1996, p.18).

A partir da “fama” dos movimentos sociais e sindicais de Criciúma, especialmente dos mineiros do carvão, a região passa a ser foco de estudos e pesquisas acadêmicas, gerando um acervo consistente daquela realidade e servindo de campo de pesquisa para trabalhos acadêmicos e livros.

A obra “A Pirita Humana: Os Mineiros de Criciúma”, de Tereziinha Gascho Volpato, de 1984, se tornou referência para quem estuda o mundo do trabalho no Sul de Santa Catarina e, em especial, sobre organização de trabalhadores e mineração de carvão. A pesquisa analisa o cotidiano dos mineiros, sua organização, o processo de trabalho nas minas e a reprodução do imaginário dos trabalhadores de subsolo. Utilizando documentos oficiais da indústria, dos sindicatos dos trabalhadores e patronal e realizando dezenas de entrevistas com os personagens da mineração, Volpato se consolidou como fonte obrigatória para estudos do setor.

Sete anos depois, em 2001, Volpato lança “Vidas Marcadas: Trabalhadores do Carvão”, pela Editora Unisul, com a continuidade da pesquisa da obra anterior, destacando a formação histórica, as lutas dos mineiros, a construção social desta categoria profissional. Ela relaciona dados históricos com o objetivo de explicar a formação da identidade social dos mineiros. Sua pesquisa de campo incluiu visitas às minas de subsolo e demais instalações da indústria de extração de carvão e conheceu os bairros populares e as condições de vida dos mineiros que entrevistou.

De Paulo Sérgio Osório e Edegar da Cunha Generoso, publicado em 1995, o livro “A História do Sindicato dos Bancários de Criciúma e Região 1968-1987”, registra a pesquisa desenvolvida entre 1992 e 1993, da trajetória da organização dos trabalhadores em estabelecimentos bancários da região carbonífera que enfrentaram os rigores e limites da ditadura militar por 19 anos, para transformar sua entidade associativa em sindicato profissional.

Em “Os donos da cidade” Teixeira (1996), desmonta imaginários construídos pela elite e mídia, na década de 1990, atribuindo aos trabalhadores e em especial ao Partido dos Trabalhadores e ao movimento sindical de Criciúma e região, crises econômicas vividas no município. Ele analisa as elites locais, especialmente o empresariado industrial e o imaginário dominante na cidade e as relações de classes. Teixeira enfatiza como as relações e os problemas do modelo de desenvolvimento adotado no município, bem como as formas de dominação estabelecidas na trajetória histórica de Criciúma. Para atingir seus objetivos, pesquisa o poder local, seus líderes, sua história, considerando a economia e a ideologia da mineração e, especialmente, os mineiros.

Fonte de importantes dados é “Crescimento e crise na região sul de Santa Catarina”, título de dissertação defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por Maurício Aurélio dos Santos, em setembro de 1995, que se tornou livro publicado pela Editora da Udesc, em 1997. Santos identifica os processos de acumulação, diversificação e evolução do mercado de trabalho nos setores carbonífero e cerâmico e nos segmentos de descartáveis plásticos, bem como as consequências do neoliberalismo para as atividades e para a oferta de empregos.

Em dissertação defendida em 1997, na Universidade Federal de Santa Catarina, com o título “Trabalho Arcaico no Moderno Mundo da Moda”, Giani Rabelo, traz à tona estudo sobre a diversificação da economia da região sul de Santa Catarina. A pesquisa se dá a partir do redimensionamento da produção de carvão mineral e, sobretudo, das consequências para a classe trabalhadora da utilização de novas tecnologias. O foco é o impacto desta realidade entre os trabalhadores da indústria do vestuário.

Alcides Goularti Filho, com as obras “Formação Econômica de Santa Catarina”, sua tese de doutorado defendida na Unicamp em 2001, e que se transformou em livro com edições publicadas em 2004 e 2007, e “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina”, de 2004, apesar de não tratarem especificamente de organização de trabalhadores e movimentos sociais, contribuem de forma decisiva para o entendimento da economia estadual e, em especial, da região de Criciúma e as relações do mundo do trabalho.

A experiência dos trabalhadores da cerâmica vermelha de Morro da Fumaça no período de 1970 a 1990, é o tema de Homens do Barro –



Trabalho e Sobrevivência na Cerâmica Vermelha, de João Henrique Zanelatto, fruto de sua dissertação defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1998, lançado como livro em 2011. O autor acompanhou a trajetória das famílias que migraram para Morro da Fumaça e apontou para o grande crescimento do número de olarias, a partir do final da década de 1960, e as consequências deste processo para o cotidiano dos trabalhadores e ao município.

Outra pesquisa sobre a realidade dos trabalhadores na indústria de extração de carvão é a dissertação “Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão de Criciúma, de 1952-1964”, de Gustavo Perez Lemos, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina em 2008. Lemos aborda as estratégias de luta e negociação dos mineiros, nas décadas de 1950 e 1960, com foco principal no sindicato profissional, suas diretorias e suas formas de legitimar-se perante os operários que representavam.

Carlos Renato Carola também contribuiu com as pesquisas sobre o mundo do trabalho, com as obras “Dos Subterrâneos da História, as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina”, em 2002 e “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos Sociais e Ambientais”, em 2011.

Paulo Henrique Schlickmann, em dissertação defendida na UFSC em 2012, intitulada Estudo geográfico das indústrias de plástico em São Ludgero-SC, analisa a trajetória da indústria de plástico na cidade de São Ludgero – SC. O autor constata que neste município se deu a gênese da indústria do plástico no sul de Santa Catarina, no decorrer de 1967, quando é fundada a Indústria Catarinense de Plástico, que mais tarde daria origem ao atual grupo Copobras. Em Criciúma, a primeira indústria do setor somente surgiria em 1970, a Canguru Embalagens.

Também em 2012, em comemoração aos 50 anos de criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região (Sinmetal), foi lançado o livro “O operário e o padre”. O autor Sebastião Tavares Pereira, advogado, juiz do trabalho aposentado, era filho do primeiro presidente do sindicato, Raul Clemente Pereira e foi o primeiro funcionário do Sinmetal. O livro tem como base de pesquisa a tese de doutorado de Tavares Pereira.

A tese de doutorado de Antônio Luiz Miranda, defendida em 2013, na Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “A trajetória

e experiências do movimento operário sindical de Criciúma–SC: Da ditadura militar a Nova República (1964-1990)”, analisa a formação e a organização da classe operária em Criciúma, percebendo as peculiaridades do movimento operário local em relação ao movimento geral da classe operária no Brasil durante aquele período.

Marli de Oliveira Costa e Maurício Ruiz Câmara, em 2014, lançam obra comemorativa aos 25 anos do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Criciúma e Região (Siserp), intitulada “25 Anos de Organização, Lutas e Conquistas”.

Isto posto, a proposta para esta pesquisa é sistematizá-la em três capítulos. No primeiro, intitulado “Um sindicato, diversas categorias”, apresenta a diversificação econômica na região carbonífera concluindo com as indústrias de produtos plásticos, químicos e farmacêuticos incrementando a economia da região.

No segundo capítulo, intitulado “Experiência de Organização do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região”, será pesquisada a organização do sindicato, dividindo este processo em três fases; as eleições e diretorias do sindicato; o sindicato e a relação com os sindicatos da região: tensões e conexões; o sindicato e as centrais sindicais; e a reconfiguração do sindicalismo brasileiro na virada do milênio e o sindicato local.

Finalmente, no terceiro capítulo, denominado “O perfil dos trabalhadores e seu olhar sobre o Sindicato”, registrará as formas de comunicação e contatos da diretoria do sindicato com os trabalhadores; as singularidades dos trabalhadores que compõe a categoria representada e a participação da mulher neste mercado de trabalho. A base principal desta análise é uma pesquisa em que foram ouvidos 400 trabalhadores, desenvolvida nas principais indústrias e nos municípios de maior concentração de trabalhadores do setor na região de representação do Sindicato da categoria.

## 1 DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL E TRABALHO

O capítulo que segue, busca fazer uma breve contextualização da diversificação econômica que se processou em Criciúma e região carbonífera. Aborda-se inicialmente as fases de exploração do carvão na região carbonífera, e em seguida, destaca-se os setores industriais implantados em Criciúma e região – cerâmica, metalúrgicas, vestuário, calçadista e finalizando com as indústrias plásticas, descartáveis e flexíveis e químicas e farmacêuticas.

### 1.1 A DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA REGIÃO CARBONÍFERA

Após a breve historiografia sobre a organização dos trabalhadores na região carbonífera, este trabalho passa a analisar o início do desenvolvimento econômico regional a partir da extração de carvão. Como foi exposto, após a constituição do sindicato dos mineiros em 1945, nas décadas seguintes, outras categorias de trabalhadores foram se organizando. Este processo está ligado à diversificação econômica experimentada pela região entre os anos 1950 e 1980. Portanto, consideramos imperativo abordarmos a diversificação econômica da região.

A economia regional vinha se diversificando desde a década de 1940, com o surgimento das primeiras indústrias cerâmicas de revestimento. Na visão de Teixeira (1996), em “Os donos da cidade”, famílias tradicionais deixaram, até, de investir seus recursos em minas de carvão, buscando alternativas mais rentáveis e menos turbulentas.

As próprias empresas mineradoras se diversificam, algumas, inclusive abandonam a mineração e passam a dar prioridade a outros ramos de atividade mais lucrativas e menos dependentes das oscilantes políticas governamentais e cíclicas crises do carvão. Na nova configuração econômico-empresarial temos um cenário diferente na cidade, agora caracterizada pela diversificação da economia e o pluralismo político e cultural. (TEIXEIRA, 1996, p. 115).

As novas iniciativas econômicas da região sul de Santa Catarina, iniciadas pela produção de azulejos, se voltaram para investimentos nas indústrias metalúrgicas, do vestuário, calçadistas, plástica de descartá-

veis e flexíveis, construção civil, química, entre outras, que passam a ser vistas adiante, nesta pesquisa.

Contudo, antes de abordar os vários setores que foram se constituindo no pós-década de 1940, vamos apontar para as fases do processo de exploração do carvão e a instalação da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

Conforme Silva (2006), a economia do sul de Santa Catarina é marcada pelo processo de exploração do carvão em Lauro Müller no final do século XIX, e a construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, que dá início a primeira das cinco fases da indústria carbonífera de Santa Catarina. Esta primeira fase compreende o período entre 1880 e 1930.

A ferrovia ligava a região das minas de carvão pelas indústrias carboníferas que se instalaram, efetivamente, na bacia carbonífera a partir de 1917. A primeira grande guerra e a substituição de importações foram fatores que impulsionaram a criação do mercado nacional do carvão (SILVA, 2006).

Leis protecionistas dos dois governos Vargas (1930-1943 e 1951-1954), valorizaram o carvão nacional e durante a Segunda Guerra Mundial, o setor teve grande impulso, passando a integrar as políticas econômicas da nação, estabelecendo a segunda fase da indústria carbonífera. A aprovação do Plano Nacional do Carvão e a criação da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (Cepecan), órgão ligado diretamente à presidência da República, em 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas, marca a terceira fase da indústria carbonífera catarinense, que se estende até 1973 (SILVA, 2006).

A crise mundial do petróleo, em 1973, abre a quarta fase da indústria de extração de carvão no sul de Santa Catarina. O governo militar lança o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento para concluir a instalação da indústria pesada no país e incentivar a indústria de bens de capital e, ainda, proporcionar infraestrutura de energia, transporte e comunicações no país. Na área energética, o objetivo era substituir os 17 mil barris de petróleo/dia por cinco milhões de toneladas de carvão nacional, concedendo subsídios que se estenderam até 1980, exatamente quando a região carbonífera foi considerada a 14ª área crítica para efei-

tos de controle da poluição e conservação da qualidade ambiental no país.

O golpe de misericórdia na indústria do carvão foram as privatizações, decretada pelo governo Collor, que “liquidaram” empresas estatais, entre elas a Companhia Siderúrgica Nacional. Goularti Filho registra:

O governo Collor simplesmente liberou a importação do carvão metalúrgico, desobrigou as siderúrgicas estatais de comprar o carvão nacional, acabou totalmente com as cotas e fechou o Lavador de Capivari. As unidades da ICC em Imbituba e Criciúma foram fechadas em 1994. Associado a essas medidas iniciou o processo de privatização, que atingiu diretamente a Cia. Próspera, subsidiária da CSN, demitindo mais de 1500 trabalhadores. Os trabalhadores da Próspera ficaram um ano e oito meses num movimento de resistência à privatização da empresa, aguardando uma reversão da política econômica em prol da estatal. A solução veio com a venda da estatal para a Metropolitana, criando a Nova Próspera. Como a nova empresa não cumpriu os prazos estabelecidos e ficou impossibilitada de minerar numa área de preservação ambiental, a Próspera novamente voltou às mãos da CSN, agora privatizada, que fechou definitivamente em 1995. (GOULARTI FILHO 2002, p. 44).

Segundo Silva (2006), a partir deste período, a indústria carbonífera catarinense teve que sobreviver sem a intervenção do Estado, enfrentar a competição com o carvão importado que era de melhor qualidade, e, sobretudo, fazer frente à consciência ecológica da população e das organizações ambientalistas. Posto isto, passamos a avaliar a diversificação da economia na região carbonífera.

## 1.2 A INDÚSTRIA CERÂMICA

A economia de Criciúma e região se diversificou enquanto a indústria de extração do carvão enfrentava suas crises cíclicas. Pesquisa em dissertação de Maurício Aurélio dos Santos com o título “Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina”, mostra que:

A diversificação econômica da região sul de Santa Catarina, iniciada no final da década de 1940, com o setor cerâmico, através da criação da CESACA, CERÂMICA ELIANE, bem como da CEUSA, entre outras, toma novo fôlego na década de 1970, em especial na cidade de Criciúma. A extração de carvão em Criciúma significava 70% do produto industrial, não ultrapassando os minerais não metálicos a casa de 10%. Os restantes 20% distribuíam-se pelos demais ramos industriais (SANTOS, 1995, p. 93).

Incentivos do governo militar à construção civil, constituindo o Banco Nacional da Habitação, naquele período, impulsionam a produção de pisos de revestimentos cerâmicos na região de Criciúma, situação que grupos econômicos ligados à mineração de carvão aproveitam para tornar o sul de Santa Catarina como referência nacional e internacional nos anos seguintes. A situação, no entanto, se agrava com a crise econômica dos anos 1990<sup>2</sup>.

A atual realidade da indústria cerâmica catarinense, concentrada no sul do estado é formada por um total de 13 indústrias, a saber: Cecrisa S/A - Revestimentos Cerâmicos; Cerâmica Angel Grês Ltda; Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda; Cerâmica Gabriela Ltda; Cerâmica Elizabeth Sul Ltda e Firenze Revestimentos Cerâmicos S.A., em Criciúma. Cerâmica Urussanga S/A – Ceusa, em Urussanga; Eliane S/A - Revestimentos Cerâmicos, em Cocal do Sul; Moliza Revestimentos Cerâmicos Ltda, em Morro da Fumaça; Cerâmica Artística Giseli Ltda, em Imbituba, Indústria Cerâmica Solar Ltda, em Forquilha, Cerâmica San Marcos Ltda em Jaguaruna e Itagres Revestimentos Cerâmicos S.A., em Tubarão. (<<http://www.sindiceram.com.br/> acesso em 08 julho 2014)

---

<sup>2</sup> Segundo (SOUZA, 2006, p. 2): “No Brasil o desafio da competitividade para as firmas ampliou-se na década de 90 devido à política econômica de cunho liberalizante. O Estado brasileiro encontrava-se em uma profunda crise fiscal e o esgotamento do modelo de desenvolvimento anterior implicava em necessidade de revisão, tendo em vista adequar as instituições públicas e privadas a um novo período de desenvolvimento definido por novas bases”.

Conforme a página oficial na internet do Sindicato das Indústrias de Cerâmica de Criciúma – SC, a organização do setor surgiu na primeira metade da década de 1970, como forma de enfrentar o Sindicato dos trabalhadores, que já era organizado:

A Associação nasceu em 1974 como Associação Profissional das Indústrias de Cerâmica e de Olarias de Criciúma e da necessidade dos ceramistas terem uma política trabalhista, para enfrentar um organizado sindicato de empregados, que até então negociava individualmente com cada empresa, o que fortalecia a classe trabalhadora. Entendiam ser a única maneira de se evitar distorções e negociações mal feitas de empresários com o sindicato dos empregados. Era a união da classe, através de uma política única. Em 10.01.1975 transforma-se em SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO E OLARIA DE CRICIÚMA e tem como principal objetivo congregar o segmento da indústria cerâmica do sul do estado de Santa Catarina e propiciar a existência de um fórum permanente de discussões a respeito das questões que afetam direta ou indiretamente o setor. (<  
<http://www.sindiceram.com.br/> acesso 08 julho 2014)

O site oficial do Sindiceram informa dados completos sobre suas atividades econômicas, das quais destacamos três: produção, faturamento bruto e quantidade de trabalhadores empregados. A pesquisa comparou os dados dos anos de 2004 e 2014, como forma de acompanhar a evolução do setor<sup>3</sup>.

Constatou-se que em 2004, foram produzidos mensalmente em torno de 6,3 milhões de metros quadrados de pisos e azulejos, que representam um faturamento bruto mensal de R\$ 81,6 milhões e, no mês de dezembro, no ponto mais alto do gráfico, estavam contratados 4,8 mil trabalhadores. Dez anos depois, em 2014, a produção chegou a 8,4 milhões de metros quadrados de pisos e azulejos, para um faturamento superior a R\$ 170 milhões ao mês, com 5,5 mil trabalhadores.

---

<sup>3</sup> Os dados disponível são da produção a partir de 2001.

### 1.3 A INDÚSTRIA METALÚRGICA

O desenvolvimento da diversificação da economia no sul de Santa Catarina, paralela ao período em que a indústria de extração de carvão representava a maior parte dos empregos e recursos produzidos na região, fez surgir iniciativas no setor metal-mecânico. Indústrias foram criadas para produzir peças e equipamentos necessários à mineração de carvão e à indústria cerâmica. Além disso, a agricultura, desde o início da colonização da região, continuava sendo fonte de demandas.

Muitas metalúrgicas da região que surgiram nos anos 1950 e 1960 para atender às minas ou à agricultura ainda estão em atividade e tiveram origem em pequenas oficinas ou no comércio. A metalúrgica mais antiga da região é a Metalúrgica Spillere, em Nova Veneza, fundada em 1946, que começou suas atividades funcionando com uma caldeira a vapor, produzindo implementos agrícolas à tração animal. (GOULARTI FILHO, 2001, p. 48).

(...)

Dezenas de pequenas e médias empresas surgiram nas décadas de 1970 e 1980, a partir de Criciúma, para atender a demanda de peças, componentes e equipamentos utilizados na mineração e na indústria cerâmica, que, em 1988, já absorvia mais de quatro mil empregos.

Hoje, a indústria metalúrgica da região carbonífera, além de ser capaz de produzir fábricas inteiras para o setor cerâmico, bem como a maioria dos equipamentos utilizados na mineração das minas de carvão, vem exportando pacotes inteiros para países da América Latina e da África. Unidades cerâmicas completas vêm sendo implantadas no Peru, no Suriname e no Zâmbia por indústrias locais. (SANTOS, 1995, p. 127).

A realidade dos trabalhadores do setor é revelada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Criciúma, em sua página oficial na internet ([www.sinmetal.org.br](http://www.sinmetal.org.br)). O órgão de representação foi fundado em 5 de



maio de 1962 e conta com cerca de 3,5 mil associados, sendo que em sua base territorial atuam aproximadamente 10 mil trabalhadores, em 29 municípios. Os trabalhadores metalúrgicos desde 1979, renovam anualmente uma convenção coletiva de trabalho, contando com conquistas como estabilidade pré-aposentadoria, horas extras com adicional de até 100%, adicional noturno de 30%, entre outros direitos ampliados previstos na CLT.

O Jornal da Manhã, diário de Criciúma, em sua edição 9128, de 28 de julho de 2014, publicou ampla reportagem, intitulada “Indústria do Sul caminha para o desenvolvimento”. O trabalho tem como base de informações o Programa de Desenvolvimento da Indústria Catarinense para os próximos anos (PDIC 2022), promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). Uma das pautas relata a atual situação e contextualização da indústria metal-mecânica de Criciúma e região. O jornal constrói a reportagem incluindo entrevista com o presidente do Sindimetal, empresário Guido Búrigo. Ele informa que o sindicato patronal conta com 100 indústrias associadas mas, nas regiões carbonífera e do extremo sul catarinense, sua área de atuação, existem em torno de 1,5 mil empresas, que geram mais de 10 mil empregos e faturamento superior a R\$ 3 bilhões/ano.

#### 1.4 A INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO

Segundo Goularti Filho (2001), a indústria do vestuário foi o setor a fortalecer a economia regional com o processo de diversificação da produção, se constituindo, a partir da década de 1960, em atividade de destaque e projeção estadual, de Criciúma e de municípios vizinhos. Os comerciantes que serviam às indústrias mineradoras e aos trabalhadores naquele período deixaram de adquirir produtos em centros maiores e passaram a confeccionar suas próprias marcas. O crescimento deste setor fica evidenciado também no estudo de Teixeira:

(...) A indústria do vestuário representa a terceira expressão econômica da região Sul, destacando-se a produção de jeans (...). Das primeiras empresas que surgiram nos anos 60 e na década de 70 (cerca de 20 empresas), quando o setor oferecia 900 empregos diretos a 1993, houve um salto gigantesco: o número de empresas na região cresceu para 450, sendo 350 só em Criciúma e o número de empre-

gos diretos em Criciúma é de 7.000 e mais 2.000 na região carbonífera. O maior crescimento registrado no setor de vestuário deu-se durante a vigência do Plano Cruzado. (TEIXEIRA, 1996, p.63).

Santos (1995) revela que a instabilidade da economia nacional na década de 1990 provocou altos e baixos na indústria do vestuário da região de Criciúma. O então presidente do sindicato patronal do setor, empresário Diomício Vidal, relatou que em 1994, na região sul, existiam cerca de 700 empresas, e destas, 450 eram em Criciúma. No total, o setor oferecia em torno de 11 mil vagas e mais de 80% delas era mão-de-obra feminina. Após o Plano Real, em 1994, a indústria do vestuário regional trabalhou com ociosidade superior a 35%.

Ainda conforme Santos (1995), de janeiro a abril de 1995, a indústria do vestuário de Criciúma e região ocupou cerca de 95% de sua capacidade instalada, produzindo, na região, em torno de 3 milhões e 500 mil peças/mês.

No que tange a situação recente, o Programa de Desenvolvimento da Indústria Catarinense para os próximos anos (PDIC 2022)<sup>4</sup>, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), informa que dados de 2011, davam conta que os segmentos têxtil, vestuário e acessórios do sul de Santa Catarina contavam com mais de 22 mil trabalhadores em 1,6 mil estabelecimentos industriais.

## 1.5 INDÚSTRIA CALÇADISTA

Santos (1995) também faz diagnóstico sobre representativo setor industrial de geração de postos de trabalho na região de Criciúma, o de produção de calçados, que teve início nos anos 1960, em torno da indústria carbonífera, que necessitava de milhares de pares de calçados profissionais para uso de seus trabalhadores.

O sul de Santa Catarina transformou-se num pólo calçadista, com destaque para os municípios de Sombrio, Araranguá, Nova Veneza e Criciúma, perdendo apenas para o Vale do Rio dos Sinos, no

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://www4.fiescnet.com.br/images/homepedic/estudosocioec.pdf>

Rio Grande do Sul e para a região de Franca, em São Paulo.

As exportações começaram em 1971, tendo como pioneira, neste tipo de transação, a Crisul, que já exportou mais de seis milhões de pares de sapatos femininos, contabilizando 30 milhões de dólares. Só a Crisul possui três unidades com capacidade para produzir 60 mil pares femininos mensais com 100% da produção destinada ao mercado norte-americano. (SANTOS, 1995, p. 128).

No polo calçadista sul catarinense, conforme Santos (1995), existiam mais de 40 empresas especializadas em pedidos especiais para os mercados americano, canadense, alemão, francês e finlandês.

A indústria calçadista no sul catarinense, até o decorrer da década de 1990, teve crescimento constante, mas por conta de questões cambiais e políticas governamentais do Brasil e no exterior, teve declínio exponencial. O setor deixou de ser significativo na economia da região a partir da década seguinte.

O Programa de Desenvolvimento da Indústria Catarinense para os próximos anos (PDIC 2022), promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), revela que dados de 2011 contabilizam que os segmentos couro e calçados do sul de Santa Catarina possuem em torno de 870 trabalhadores, em 88 indústrias.

## 1.6 INDÚSTRIAS PLÁSTICAS DE DESCARTÁVEIS E FLEXÍVEIS

O desenvolvimento do segmento de descartáveis e flexíveis plásticos na região sul de Santa Catarina foi rápido. Uma das primeiras empresas a dar projeção ao setor foi a empresa Embalagens Canguru em 1970; em 1974, surge a Inza, fabricante de copos descartáveis, ambas do mesmo grupo empresarial.

A origem da indústria plástica no sul do estado tem a ver com a expansão do complexo petroquímico de Canoas, (RS), na grande Porto Alegre, com pequenas iniciativas locais de comerciantes que se transformam em proprietários de indústrias, com a diversificação de pequenos grupos

econômicos que diversificam seu ativo entrando no segmento de plástico (GOULARTI FILHO, 2007, p. 275).

A tese de Goularti Filho (2007), no entanto, é contestada por Schlickmann (2012), que sustenta ter ocorrido na segunda metade da década de 1960, a primeira tentativa de implantação de uma indústria plástica em São Ludgero:

(...), pouco antes, em 1967, (...) novamente a igreja entrou em ação, e com um grupo de parceiros, entre eles, Aloísio Schlickmann e Tito Niehues (Tesoureiro da cooperativa), fundam a Indústria Catarinense de Plástico. O grande líder desse grupo foi exatamente o Padre José, que numa clara atitude progressista, partiu com “amigos” para resgatar máquinas de uma empresa de plástico no Rio Grande do Sul. No entanto, em menos de um ano declarou-se a falência da empresa.

A indústria da transformação do plástico tem sua origem, no sul do estado, nos fins da década de 60, através de pequenas iniciativas regionais; destaque para: Plazom (1968) em Orleans de origem no grande grupo Zomer; Indústria Catarinense de Plástico (1962 - 1967) em São Ludgero, primitiva do grande grupo Copobras S/A (Incoplast, Copobras e Incomir); Canguru (1970) em Criciúma.

Naquela conjuntura, modestamente e gradativamente incluía-se a produção do sul de Santa Catarina, que ia edificando seu parque, encabeçado pela Canguru de Criciúma, quando em 1972 passou a produzir além das típicas sacolas, também embalagens para produtos higiênicos, limpeza e outros, além de em 1974 criar a primeira indústria de descartáveis do sul do Brasil, no caso, a empresa Inza (Indústria Zanatta). Também o grupo Canguru foi pioneiro no lançamento de embalagens plásticas que substituam as embalagens de papel, tipicamente de 10 – 15 kg sobretudo para açúcar, arroz e farinha. (SCHLICKMANN, 2012, p. 69).

Independente da “gênese”, a indústria de produtos plásticos descartáveis e flexíveis se tornou um dos setores mais desenvolvidos em toda região sul. “A região sul catarinense é o maior pólo produtor de descartáveis plásticos do Brasil”, com base em pesquisa da Associação Brasileira de Descartáveis (Abrade). À época, “85% da produção nacional de copos, pratos e bandejas de plástico” eram produzidos no “eixo São Ludgero-Içara, passando pelos municípios de Orleans, Urussanga e Criciúma”. (GASTALDON, 2003, p.59).

A partir de 1970, o Grupo Empresarial Jorge Zanatta se destacou na região e construiu, rapidamente, um conglomerado composto por 13 empresas dos mais variados segmentos, em Criciúma, em outras regiões do estado e do país. Santos (2002), em sua tese, relata esta trajetória de que 25 anos depois já representava a oferta de dois mil empregos diretos.

Foram quatro empresas de 1970 a 1975, e em 1995 já eram mais de 2.000 empregos diretos nas empresas do grupo. Ele foi o pioneiro no Estado de Santa Catarina na produção de embalagens plásticas e, com a Industrial de Descartáveis Zanatta (INZA), em 1974, na produção de descartáveis plásticos. O grupo, diante das oportunidades daquele momento, fabricou até suas máquinas e equipamentos para o setor plástico, numa época em que era difícil importar, em função dos impostos e da indústria nacional não produzir tecnologia avançada. (SANTOS, 2002, p. 331).

A década de 1990 foi de avanços significativos para o desenvolvimento das indústrias plásticas, tanto do ramo de descartáveis quanto de flexíveis. Conforme Goularti Filho (2007), o setor teve um rápido crescimento nos anos 1990 com a proliferação de micro e pequenas empresas focadas na produção de mangueiras flexíveis, canos, tubos, manilhas, garrafas plásticas, artigos para uso comercial e doméstico e embalagens.

De três empresas em 1970 o segmento de descartáveis plásticos, 30 anos depois contava com 60 unidades produtoras no ano 2000 e empregava cerca de 4,7 mil trabalhadores.

Tabela 1 – Desempenho da indústria de matérias plásticas no sul de Santa Catarina (1970-2000).

Ano	Número de Trabalhadores	Produção de Descartáveis (em t)	Número de empresas
1970	23		3
1975	220	1.740	5
1980	900	3.079	9
1985	1.400	4.202	15
1986	1.600	4.810	17
1988	1.800	6.113	20
1990	2.000	8.620	25
1992	2.500	12.071	35
1994	2.800	24.460	43
1996	3.600	32.691	47
1998	4.600	52.456	58
2000	4.700	55.000	60

Fonte (GOULARTI FILHO, 2007).

As indústrias do setor de descartáveis plásticos são representadas pelo Sindicato das Indústrias dos Descartáveis Plásticos do Estado de Santa Catarina (Sindesc) e atualmente é presidida por Anselmo Freitas. Já as empresas do segmento de plásticos flexíveis têm como representação o Sindicato da Indústria de Material Plástico do Sul Catarinense (Sinplasc), presidido por Reginaldo José Cequinel.

As duas entidades de representação das indústrias do sul catarinense de plásticos estão ligadas à Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), que representa o setor no país, organizada desde 1967, segundo informa a página oficial da entidade na internet. A associação atua:

(...)para aumentar a competitividade da indústria de transformação de material plástico. Para isso, realiza ações que promovem condições favoráveis à indústria, incentivando novas tecnologias, novos processos, a pesquisa de produtos com foco na sustentabilidade e muito mais. Ao completar 47 anos de atividade em 2014, a Abiplast exhibe uma série de realizações em prol dos interesses do se-

tor plástico do país. Representando atualmente 11.670 empresas que empregam um total de 358 mil pessoas, a Entidade além de incentivar ao longo das últimas quatro décadas o uso do plástico nos mais diferentes segmentos, tem exercido ativa participação junto aos órgãos governamentais, de forma a reivindicar medidas que atendam às necessidades do setor. ([http://: www.abiplast.org.br](http://www.abiplast.org.br), acesso em 15 março 2015).

O Sindicato da Indústria de Material Plástico do Sul Catarinense (SINPLASC), que reúne as empresas fabricantes de produtos de plástico flexível, é alinhado a Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis (ABIEF), fundada em 1977, para fomentar o mercado nacional de embalagens plásticas flexíveis; alavancar as exportações do setor; criar programas de incentivo à educação ambiental e à reciclagem das embalagens; lutar pela isonomia tributária do setor e buscar o reconhecimento da cadeia produtiva do plástico como uma cadeia de valor, segundo informa a entidade em seu site na internet ([www.abief.com.br](http://www.abief.com.br)).

A Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis (Abief) reúne 163 empresas, que fabricam filmes monocama, coextrusados e laminados; filmes de PVC e de BOPP; sacos e sacolas; sacaria industrial; filmes shrink (encolhíveis) e stretch (estiráveis); rótulos e etiquetas; *stand up pouches* (SUP); e embalagens especiais.

Entre os 29 municípios que integram a base territorial do sindicato de trabalhadores em estudo nesta pesquisa, conforme padronização da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, em dezembro de 2014 existiam 162 empresas entre as produtoras de embalagens de material plásticos e outros artefatos de material plástico.

É neste segmento que se inserem, especialmente, as indústrias que produzem copos, pratos e talheres, entre outros produtos descartáveis. São estes empreendimentos os que empregam a maior número de trabalhadores na região, entre os representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região.

Tabela 2 – Empresas da indústria de matérias plásticas no sul de Santa Catarina (2014).

Município	Embalagens	Descartáveis/outros	Total
Criciúma	22	15	37
Orleans	10	17	27
Içara	13	7	20
São Ludgero	13	7	20
Urussanga	7	8	15
Araranguá	4	8	12
Morro da Fumaça	3	5	8
Praia Grande	0	7	7
Siderópolis	1	4	5
Sangão	2	0	2
Forquilha	1	1	2
Jaguaruna	2	0	2
Passo de Torres	0	2	2
Santa Rosa do Sul	0	1	1
Maracajá	0	1	1
Meleiro	0	1	1
Totais	78	84	162

Fonte (RAIS, 2014).

O setor produtivo de descartáveis plásticos e o de embalagens e artefatos chamados no meio empresarial de “flexíveis” vem apresentando crescimento gradativo da quantidade de empresas nos cinco anos anteriores. Em 2010 foi registrado o número de 123 empresas, em 2011 o valor passou para 134, chegou a 147 no ano de 2012, atingiu a marca de 156 em 2013 e, finalmente as 162 apontadas no banco de dados da RAIS/2014, disponibilizado na rede mundial de computadores pelo governo federal, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego em pesquisa do IBGE.

A maior concentração de trabalhadores do setor é no município de São Ludgero, com 1.794 postos de trabalho, seguida de Orleans com 1.739. Os dois municípios concentram mais de 30% dos 9.041 postos de trabalho em toda região (RAIS/2014), conforme se pode constatar na tabela abaixo, quando somados os que atuam em empresas do ramo de embalagens plásticas e os demais segmentos.



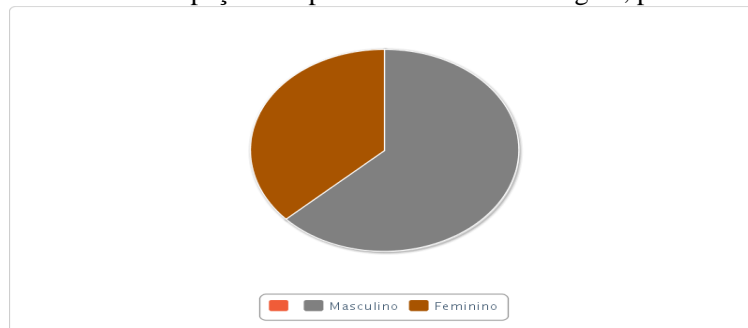
Tabela 3 – Trabalhadores nas empresas da indústria de matérias plásticas no sul de Santa Catarina (2014).

Município	Total
São Ludgero	1.794
Orleans	1.739
Urussanga	1.626
Criciúma	1.446
Içara	1.291
Morro da Fumaça	508
Praia Grande	309
Siderópolis	133
Passo de Torres	74
Araranguá	65
Forquilha	25
Santa Rosa do Sul	15
Jaguaruna	8
Sangão	4
Meleiro	2
Maracajá	2
<b>Total</b>	<b>9.041</b>

Fonte (RAIS, 2014).

As mulheres, cada vez mais, ocupam postos de trabalho na linha de produção das empresas das indústrias plásticas da região sul. Entre os 9.041 postos de trabalho do setor, elas ocupam 3.334 deles, o que corresponde a 36,88% do total. (RAIS/2014).

Gráfico 1 – Ocupação dos postos de trabalho na região, por sexo



Fonte (RAIS/2014)

## 1.7 INDÚSTRIA QUÍMICA

A importância da indústria de extração de carvão de Santa Catarina na diversificação econômica de Criciúma e região, estudada e documentada por pesquisadores como Goularti Filho (2003, 2007), Miranda (2013), Livramento et al (2003), Santos (1997, 2007), em síntese, mostram que necessidades e oportunidades marcam este desenvolvimento e sua diversificação.

A indústria metalúrgica, por exemplo, cresce a partir de necessidades das indústrias carboníferas, inicialmente, depois das cerâmicas, superando o estágio de produzir artefatos necessários à agricultura. O mesmo processo ocorre com a indústria química, que surge da necessidade das cerâmicas produtoras de pisos de revestimento e das indústrias de produtos plásticos, principalmente as de embalagens.

E foi uma oportunidade ímpar, que se mostrou como um nicho de mercado a ser amplamente explorado e, diversificado. Das matérias-primas necessárias à produção de pisos e revestimentos surgiram outras necessidades do mercado, como a fabricação de tintas e vernizes. Indústrias químicas que surgiram nas décadas de 1980 e 1990, projetaram-se no mercado brasileiro e estenderam significativamente seus parques fabris, incluindo unidades em outros estados brasileiros e novos produtos, como as linhas imobiliária, moveleira e automotiva.

O setor químico tem uma cadeia produtiva complexa e diversificada e conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2012, contava com mais de 1,8 milhão de trabalhadores com vínculo ativo.

O setor químico possui uma cadeia produtiva bastante heterogênea, que se inicia com a extração de petróleo e gás, além da agricultura da cana-de-açúcar, passando pela produção de petroquímicos básicos, pela indústria de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos e produtos de limpeza, de transformação plástica, de tintas, entre outros. (...) Os diferentes segmentos que compõem o setor Químico contavam com 1.820.965 trabalhadores em dezembro de 2012, elevação de 19,35% em relação ao total do final de 2007. Destes, 461,7 mil estavam no segmento sucroalcooleiro, 352,7 mil

na indústria plástica e quase 275 mil no segmento de produtos químicos, para citar apenas os segmentos que contam com maior contingente de trabalhadores. O estoque de pessoal do setor aumentou em todos os anos da série analisada. (DIEESE, 2014, p.39).

Assim, com base nos estudos bibliográficos e de pesquisas em bancos de dados da RAIS, foi possível analisar e avaliar o potencial deste segmento da economia de Criciúma e região, no que se relaciona a quantidade de estabelecimentos e de trabalhadores durante o período estudado.

Ressalta-se que a pesquisa se limita aos oito anos citados pela ausência de dados anteriores no banco da RAIS em relação à combinação dos subgrupos que integram as atividades da indústria química regional. A fonte de informações, contudo, mostra, por exemplo, que em Santa Catarina, a indústria química em 2013, está presente em 112 municípios e conta com 528 empresas. Criciúma, com 38 indústrias, é o município com maior número de empresas.

Empresário da indústria química e de outros segmentos da economia da região de Criciúma, Jaime Zanatta, testemunha do processo, relembra a trajetória do segmento em reportagem do Jornal da Manhã, edição 9128, intitulada Indústria do Sul no caminho para o desenvolvimento.

Junto com o meu tio Jorge (Zanatta), fundei a primeira indústria plástica, a primeira de copos e descartáveis, de artefatos de cimento, tubos e conexões e depois seguimos para as tintas e vernizes. Poderia ter investido na cerâmica, que estava em expansão na época, mas sempre procurei algo novo. Quando o Sul era um pequeno polo de engenhos de arroz, percebi que havia necessidade de embalagens e assim surgiu a Canguru”, conta o presidente da Tintas Farben. Segundo ele, o sucesso nos empreendimentos deve-se ao envolvimento da família. “Há 21 anos, a Farben produzia apenas de 80 a 100 mil litros por mês. Hoje, produz quatro milhões. É uma empresa premiada, reconhecida no mercado nacional e internacional. Meus quatro filhos (Edilson, Edmilson, Elton e

Jayme) me deram suporte para esses avanços e têm colaborado muito para o crescimento da empresa”, considera Jayme Zanatta. (JORNAL DA MANHÃ, Criciúma, 28 de julho de 2014, p. 11).

A reportagem do Jornal da Manhã, de 28 de julho de 2014, destaca que “no segmento químico, o sul é o maior polo no número de empresas e de pessoas empregadas, tendo na produção de tintas e coloríficos suas principais atividades”.

São 80 empresas do nosso setor no Sul, entre Imbituba e Passo de Torres, pelo menos metade disso concentrada na Região Carbonífera, em Criciúma, Içara, Siderópolis e Forquilha. Estimamos que sejam gerados em torno de 1,2 mil empregos diretos e três mil indiretos”, diz Jaime Dal Farra, presidente do Sindicato das Indústrias Químicas do Sul Catarinense (Sinquisul) e da Resicolor Tintas. Ele conta que as atividades iniciaram nos anos de 1980, quando pequenas empresas produziam químicos para a indústria cerâmica. “Depois, o fornecimento se expandiu para outros setores e hoje é bastante diversificado, com uma grande produção de tintas imobiliárias, automotivas e moveleiras. Mesmo as empresas de menor porte estão se fortalecendo. A indústria química cresceu fortemente, em média 10% ao ano. Em 2014, alguns setores vão manter a média e outros não, mas a projeção para os próximos dez anos é crescimento de pelo menos 5% ao ano”, estima Dal Farra. (JORNAL DA MANHÃ, Criciúma, 28 de julho de 2014, p. 11).

Na década de 1980, o segmento de tintas, solventes e vernizes surge na região de Criciúma, também como oportunidade para atender a necessidade das indústrias plásticas de flexíveis (embalagens, principalmente) e a de compostos cerâmicos. O setor conta com 11 empresas, originadas do capital de pequenos comerciantes, médios e grandes empresários e ex-funcionários que montaram suas próprias empresas, vendo oportunidade de sucesso e necessidade do mercado: Untergen (1982), Manchester Química (1984), Anjo Química (1986), Santhinner (1987), Politex (1991), Resicolor, Farben Indústria Química, TSA Química e

Reciclo Química (todas em 1993), Anil Química (2000) e Cyan Química (2001). (LIVRAMENTO, 2003).

## 1.8 CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA E DOS TRABALHADORES DO SETOR QUÍMICO DE CRICIÚMA

Segundo dados da RAIS, em Santa Catarina em 2013, estavam em atividade um total de 528 indústrias no grupo 2.0 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Desse total, 108 indústrias, ou 20,5%, estão instaladas na região de estudo, que integra a base de representação oficial e legal do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região.

Apesar da base de representação do sindicato de trabalhadores contar com 29 municípios, somente em 16 cidades existem indústrias que se enquadram nos subgrupos que integram o setor químico da CNAE, a saber, por ordem alfabética: Araranguá, Balneário Arroio da Silva, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Sangão, Santa Rosa do Sul, São Ludgero, Siderópolis, Turvo e Urussanga.

Em 2006, o parque industrial químico catarinense era composto por 456 empresas e chegou em 2013 com 528, totalizando um incremento de 13,8%. Na região de estudo, o setor passou, no mesmo período, de 90 para 108 empresas produzindo. Um aumento de 16,7%, superando o índice estadual. Em Santa Catarina, o setor está presente em 115 municípios e em apenas cinco têm mais de 20 empresas em seus territórios. Criciúma tem 38 indústrias, seguida por Blumenau com 32, Joinville com 26, Palhoça com 23 e Içara 21 empresas.

A tabela 4 mostra a quantidade de indústrias químicas em Santa Catarina e na região de estudo, bem como o percentual que a região ocupa em relação ao estado de Santa Catarina. No sul catarinense, dentro da região estabelecida para o estudo, em 29 municípios, são 108 empresas, dado que difere do apresentado pelo presidente do Sinquisul, Jaime Dal Farra, na reportagem do Jornal da Manhã, anteriormente citada.

De todo modo, mesmo que os dados sejam diferentes, o que fica evidenciado é o número significativo de empresas do setor na região. Já

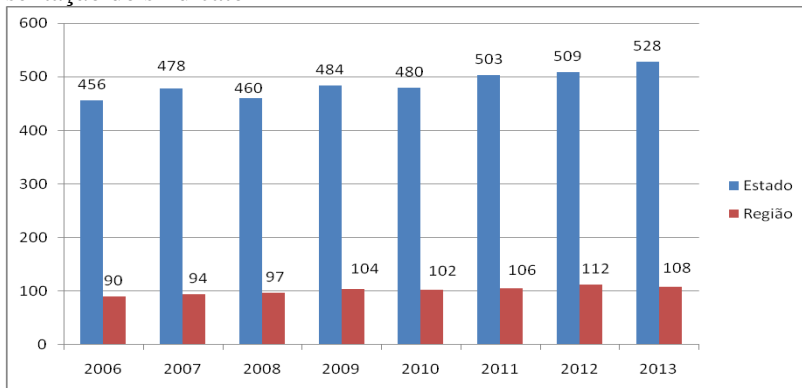
o Gráfico 2 mostra os mesmos dados com visualização por meio de colunas.

Tabela 4 – Indústrias químicas em Santa Catarina e na base de representação do sindicato

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
SC	456	478	460	484	480	503	509	528
SU	90	94	97	104	102	106	112	108
L	19,7	19,7	21,1	21,5	21,3	21,1	22,0	20,5
	%	%	%	%	%	%	%	%

Fonte: Rais/Ministério do Trabalho e Emprego – Organização do autor (2015).

Gráfico 2 – Indústrias químicas em Santa Catarina e na base de representação do sindicato



Fonte: Rais/Ministério do Trabalho e Emprego – Organização do autor (2015).

Como se pode notar nos quadros citados, a indústria química catarinense, desde 2006, vem apresentando crescimento na quantidade de empresas em atividade, com exceção do período de 2009 e 2010, quando o volume se reduziu, mesmo que em quantidade mínima. O fenômeno se repete, tanto no estado quanto na região, com a redução de duas unidades produtivas no sul catarinense e quatro no Estado. De qualquer forma, entre 2006 e 2013, Sana Catarina registrou, no período, 72 novas indústrias no setor, ou seja, nove fábricas a cada ano, em média. Na região foco deste estudo, o setor passou de 90 para 108 empresas, uma diferença de 18 indústrias, média superior a duas por ano.

Das 38 empresas da indústria química de Criciúma, os três principais segmentos são os que produzem defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários, com 12 indústrias; tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins e preparados químicos diversos, cada um destes dois setores com 11 indústrias. Blumenau e Joinville se destacam nos subsetores “preparados químicos diversos”, cada uma com 12 unidades instaladas em seus territórios. (RAIS, MTE).

Palhoça, com oito indústrias de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins, é a segunda colocada neste setor. Já o município sulino Içara, se equivale a Palhoça no segmento “produtos e preparados químicos diversos”, com sete indústrias do setor. Blumenau é o único município entre os cinco maiores concentradores de indústrias químicas do estado que está presente nos oito subgrupos relacionados, como nota-se na tabela, abaixo:

Tabela 5 – As especialidades dos cinco municípios de maior concentração de empresas em Santa Catarina

Produtos	Criciúma	Blumenau	Joinville	Palhoça	Içara
Químicos Inorgânicos	2	2	3	0	3
Químicos orgânicos	1	3	0	1	3
Resinas e Elastômeros	1	4	2	0	0
Fibras Artificiais e Sintéticas	0	1	1	1	0
Defensivos Agrícolas e Desinfetantes Domissanitários	12	9	3	6	4
Tintas, Vernizes, Esmaltes, Lacas e Produtos Afins	11	2	5	8	4
Produtos e Preparados Químicos Diversos	11	12	12	7	7

Fonte: Rais/Ministério do Trabalho e Emprego – Organização do autor (2015).

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) informa quais municípios e quantas empresas cada um sedia. Criciúma tem o maior

número de indústrias químicas, com 38 unidades. A tabela 05 mostra as cidades que contam com dez ou mais indústrias do setor.

Tabela 6 – Cidades catarinenses com dez ou mais indústrias químicas

Município	Total
Criciúma	38
Blumenau	32
Joinville	26
Palhoça	23
Içara	21
São José	19
Chapecó	17
Brusque	15
Araquari	14
Itajaí	12
Tubarão	12
Indaial	11
Lages	11
São Bento do Sul	11
Xanxerê	10

Fonte: Rais/Ministério do Trabalho e Emprego – Organização do autor (2015).

Na sequência aparecem Araranguá com nove empresas, Florianópolis, Gaspar e Jaraguá do Sul com oito cada, Cocal do Sul, Morro da Fumaça e Pomerode com sete; Balneário Camboriú, Concórdia, Imbituba, Mafra e Rio Negrinho com seis; Biguaçu, Braço do Norte, Caçador, Guaramirim, Nova Trento e Videira com cinco; Barra Velha, Canoinhas, São Francisco do Sul, São João Batista, Siderópolis, Turvo, Urusanga têm quatro empresas; Camboriú, Capivari de Baixo, Coronel Freitas, Curitiba, Forquilha, Garuva, Palmeira, Porto Belo, Sangão, Timbó e Tijucas têm três.

Têm duas indústrias químicas os municípios Abelardo Luz, Apiúna, Campo Erê, Fraiburgo, Gravatal, Guatambu, Luiz Alves, Luzerna, Maracajá, Massaranduba, Navegantes, Piçarras, Pouso Redondo, Rio do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Xaxim.



Os municípios catarinenses com uma empresa do setor são: Alfredo Wagner, Antônio Carlos, Arabutã, Arroio Trinca, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Bom Retiro, Caibi, Campos Novos, Capinzal, Doutor Pedrinho, Formosa do Sul, Governador Celso Ramos, Iporã do Oeste, Iraceminha, Itá, Itapema, Jaborá, Jacinto Machado, Joaçaba, Laguna, Meleiro, Nova Erechim, Nova Itaberada, Nova Veneza, Ouro, Palmitos, Paulo Lopes, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Rio do Oeste, Santa Rosa do Sul, São Cristóvão do Sul, São Joaquim, São José do Cedro, São Ludgero, Schroeder, Serra Alta, Três Barras, Urubici e Vargem Bonita.

Conforme o banco de dados da RAIS, em 2013, a indústria química catarinense contava com 9,7 mil trabalhadores. A região foco deste estudo totalizava 2,5 mil profissionais, com o sul do estado gerando mais que 26,3% dos postos de trabalho do setor no estado.

É a região com maior número de empregos do setor no estado, conforme dados do Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense (PDIC) da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

A participação de Criciúma e região que integra a base de representação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas, considerando os vínculos ativos em Santa Catarina chegou a ser de 29%, em 2011.

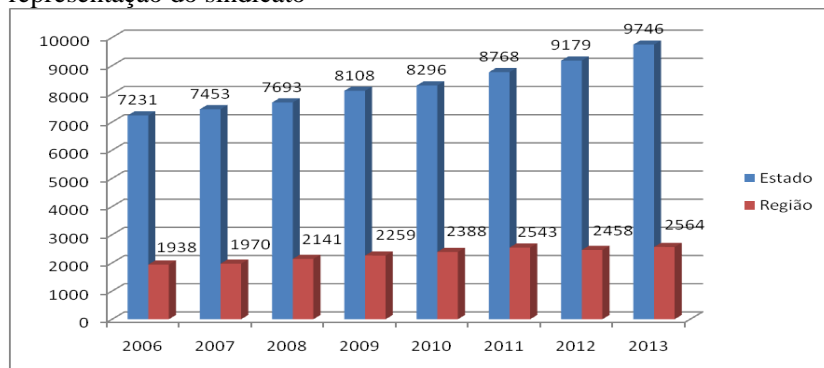
Esta constatação pode ser constatada na tabela 7 e no gráfico, representados a seguir, apurados pela pesquisa no Banco de Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 7 – Trabalhadores na indústria química no estado e na base de representação do sindicato

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
SC	7231	7453	7693	8108	8296	8768	9179	9746
Sul	1938	1970	2141	2259	2388	2543	2458	2564
%	26,80%	26,4%	27,8%	27,9%	28,8%	29,0%	26,8%	26,3%

Fonte: Rais/Ministério do Trabalho e Emprego – Organização do autor. (2015)

Gráfico 3 – Trabalhadores na indústria química no estado e na base de representação do sindicato



Fonte: Rais/Ministério do Trabalho e Emprego – Organização do autor

Com 38 indústrias, Criciúma concentra o maior número de trabalhadores na indústria química, com 918 profissionais, seguida por Içara, com 845 trabalhadores.

Tabela 8 – Indústria química por municípios e média por empresa

Município	Empresas	Trabalhadores	Média
Criciúma	38	918	24,1
Içara	21	845	40,2
Siderópolis	4	168	42
Cocal do Sul	7	109	15
Araranguá	9	104	11,5
Morro da Fumaça	7	101	14,4
Forquilha	3	96	14,4
Bal. Arroio da Silva	1	93	-
Turvo	4	42	10,4
Sangão	3	25	8,3
Urussanga	4	20	5
Meleiro	1	17	-
Jacinto Machado	1	10	-
Maracajá	2	6	3
Nova Veneza	1	6	-
São Ludgero	1	3	-
Santa Rosa do Sul	1	1	-
Total	108	2564	23,7

Fonte: Rais/Ministério do Trabalho e Emprego – Organização do autor.

A maior concentração de trabalhadores da indústria química do sul de Santa Catarina, considerando os municípios da região proposta neste estudo é o de fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins, que em 2013 mantinha 1.287 vínculos ativos, segundo dados da RAIS. O segundo maior empregador do setor é o de fabricação de produtos e preparados químicos diversos, com 784 trabalhadores, seguido do segmento de fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, com 222 vínculos ativos.

Os homens predominam o mercado de trabalho na indústria química na região de estudo, no sul de Santa Catarina. Do total de trabalhadores do setor em 2013, 2.564 profissionais, 2.067 são homens e as mulheres, 497, representam apenas 24% da massa trabalhadora. Em Criciúma, este índice é de 23%, enquanto em Içara, 18,3%.

Tabela 9 – Trabalhadores por município e sexo na indústria química

Município	Masculino	Feminino	Total
Criciúma	741	177	918
Içara	714	131	845
Siderópolis	118	50	168
Cocal do Sul	84	25	109
Araranguá	64	40	104
Morro da Fumaça	88	13	101
Forquilha	75	21	96
Turvo	25	17	42
Sangão	21	4	25
Urussanga	14	6	20
Meleiro	15	2	17
Jacinto machado	8	2	10
Maracajá	5	1	6
Nova Veneza	5	1	6
São Ludgero	2	1	3
Santa Rosa do Sul	0	1	1
Total	2067	497	2564

Fonte: Rais/Ministério do Trabalho e Emprego – Organização do autor. (2015)

Posta a realidade e o crescimento também da indústria química de Criciúma e região, a pesquisa conclui este primeiro capítulo e passa, a seguir, no segundo capítulo, a tratar, especificamente, da organização da classe trabalhadora objetivo central deste trabalho acadêmico.

## **2 EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE CRICIÚMA E REGIÃO**

Este segundo capítulo da pesquisa sobre a trajetória da organização dos trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região foi sistematizada em três fases, que foram possíveis de identificar nas consultas realizadas em atas oficiais da diretoria e da categoria, entrevistas com dirigentes e jornais entre outras fontes.

A primeira fase é a de organização primária da categoria com os trabalhadores fundando uma associação com fins recreativos, culturais e de confraternização, como preconizava a legislação da época e prossegue até o final da década de 1990, quando o fundador e seu primeiro presidente, deixa o cargo após 17 anos.

A segunda fase pode ser considerada “de transição” e ocorre entre os anos 2000 e 2005, quando o Sindicato passa a ser presidido por Joel Bittencourt, Carlos de Cordes é o vice-presidente, e José Natalício Vieira, o Bizezo, depois de 17 anos como presidente, passa a ser o tesoureiro geral.

A terceira se inicia em 2005, quando Bittencourt e de Cordes invertem as posições de presidente e vice, e se rompem definitivamente os laços com o grupo que fundou e comandou o Sindicato até o ano 2000.

Os primeiros anos da organização dos trabalhadores que passaram a ser conhecidos como “químicos” entre os demais integrantes do movimento sindical e da própria sociedade, foram marcados por um comando centralizador e com duvidosa aplicação dos recursos financeiros gerados pela classe trabalhadora, motivos pelos quais tiveram início as primeiras cisões entre os dirigentes eleitos para os mandatos que se sucederam.

A segunda fase, considerada de transição, tratou de dar início a um processo de maior integração da diretoria com as bases do sindicato e aperfeiçoamento dos dispositivos de gestão e, sobretudo, de controle das contas do órgão de representação da classe trabalhadora.

Nesse período, foi evitado o surgimento de um novo sindicato para a mesma categoria. O embate fortaleceu a diretoria de transição pe-

rante o movimento sindical e a própria categoria, já que ficou evidenciado que a ação era articulada por interesses da classe patronal e operada por dirigentes da primeira fase de organização da categoria.

Finalmente, a terceira fase da experiência de organização dos trabalhadores químicos consolida o sindicato como efetivo órgão de representação da categoria, priorizando o fim de acordos coletivos por empresas com fins sempre duvidosos e seguramente em prejuízo aos profissionais e o estabelecimento de convenções coletivas.

É neste período que o piso salarial da categoria passa a ser valorizado como política de elevação de todos os salários. Além disto, embates com a classe patronal se tornam frequentes e greves passam a ser praticamente anuais, com conquistas salariais, sociais e de segurança e saúde aos trabalhadores.

Enquanto as primeiras fases deste processo de organização dos trabalhadores químicos ocorriam em Criciúma, no Brasil, na década de 1980 e início dos anos 1990, a classe trabalhadora sentia os efeitos da abertura comercial, da desregulamentação da economia e início do processo de atração de capitais externos, instrumentos de políticas neoliberais dos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello/Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Assim, antes destas três fases de organização dos químicos do sul de Santa Catarina, consideramos imperativo abordar, mesmo que sucintamente, o sindicalismo brasileiro.

## 2.1 SINDICALISMO BRASILEIRO NA VIRADA DO MILÊNIO

Se a década de 1980 marcou a positivação da organização dos trabalhadores do país, a que veio a seguir serviu para castigar duramente a classe trabalhadora e seus organismos de representação pela política neoliberal que lançou seus tentáculos na economia nacional.

A abertura dos mercados e a desregulamentação da economia exigiram que as empresas se adaptassem às novas exigências da economia neoliberal internacional e, em consequência, os trabalhadores sentiram as consequências, com reflexos indelévels na representação e movimento sindicais. A nova realidade exigiu das empresas a mescla de processos produtivos antigos e os novos preconizados pela política neoliberal. Se constataram novas formas de produção, foram flexibilizados

processos produtivos, priorizando a qualidade de serviços prestados e produtos.

Requalificação de mão-de-obra, novos modelos organizacionais nas empresas, passam a ser palavras de ordem e são exigências frente à necessidade de readequação da nova realidade. Essa contextualização acarreta uma mudança estrutural nas relações de produção e dos processos de trabalhos. (ANTUNES, 2003).

Na prática, o trabalhador passa a conviver com situações de terceirização, “pejotização” (trabalhador que deixa emprego formal regido pela CLT, para se tornar prestador de serviços como pessoa jurídica à mesma ou outra empresa), novos modelos de jornadas de trabalho e ampliação do quadro de informalidade nas relações de trabalho. Mais da metade da classe trabalhadora brasileira, 53%, em 2009, se sustentava atuando na informalidade, sem proteção social previdenciária ou de direitos trabalhistas consagrados na CLT. (ANTUNES, 2003).

Transformando esta realidade em números, mais uma vez, o ônus da solução da equação recaiu sobre a classe trabalhadora.

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 336).

Em artigo publicado na edição nº 3, da revista *Crítica Marxista*, em 1996, Armando Boito Júnior, já alertava para os prejuízos à classe trabalhadora pela política neoliberal e, sobretudo, destacava o apoio que as medidas tiveram da sociedade civil organizada, seduzida pelo discurso modernizador de gestão do Estado.

O tripé da plataforma política neoliberal, composto pelo aprofundamento da abertura da economia nacional ao capital imperialista, pela privatização

de empresas e de serviços públicos e pela desregulamentação das relações de trabalho obteve aceitação junto a grande parte da população. O Brasil não chegou a constituir um Estado de bem-estar, no sentido europeu do termo. Apesar disso, os direitos sociais restritos, excludentes e precarizados que ainda existem são um alvo importante da ofensiva neoliberal. O objetivo é abrir novas áreas de acumulação para o capital privado (previdência, educação, saúde, transporte, etc), reduzir os investimentos em política social – “muito custosa e ineficiente” – e diminuir os impostos que incidem sobre as empresas – a palavra de ordem hoje é eliminar o denominado “custo Brasil”. (BOITO JR.1996, , p. 2).

Enquanto o capital se reorganizou em escala mundial, no Brasil a representação sindical se manteve nos mesmos moldes da estrutura criada por Getúlio Vargas, na década de 1930, marcada como forma de coibir a livre organização dos trabalhadores e controlar as lideranças sindicais. Um exemplo dessa dicotomia está na exigência Varguista de limitações de representação por categoriais profissionais, enquanto nas empresas se multiplicaram as atividades por conta da terceirização e pejotização. (BOITO JR., 2005).

Observando o cenário, (ALVES, 2002), entende que nos anos 1990, que ficou conhecida como a “década perdida” ou “década neoliberal”<sup>5</sup>, o Brasil passou por uma “crise no sindicalismo”, sem, no entanto, registrar uma “crise sindical”. A burocracia sindical conseguiu, em parte, manter a estrutura “Varguista” consolidada e aprofundada pela ditadura militar, mas viu a taxa de sindicalização cair sistematicamente, em virtude da ineficácia da própria ação sindical.

---

<sup>5</sup> Segundo Carinhato (2008), a ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia.



Esta realidade se operou pela crescente participação do poder judiciário nos confrontos entre as classes trabalhadora e patronal, já que a terceirização e a “pejotização” tornaram vulneráveis os trabalhadores individuais e os sindicatos com menor poder de atuação utilizaram as vias judiciárias para tentar garantir direitos trabalhistas aos seus representados, diante dos insucessos nas negociações coletivas, com a ofensiva neoliberal pela flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista. (ALVES, 2002).

O período, entre os anos 1990-2000, representou um duro golpe no processo de representação e organização da classe trabalhadora e, sobretudo, deixou marcas que podem ser observadas por mais de uma década depois, com os sindicatos fragilizados na adesão dos representados como associados e participação restrita de trabalhadores em atos e mobilizações da classe trabalhadora.

A “década neoliberal” representou a ampliação do vácuo organizativo do mundo do trabalho no Brasil. É claro que o sindicalismo brasileiro sempre organizou um contingente limitado do mundo do trabalho, restringindo-se, no caso de centros urbanos, aos núcleos modernos da produção capitalista no país. Mas, com a ofensiva do capital na produção, que atinge os polos mais desenvolvidos e organizados da força de trabalho, o sindicalismo foi atingido em sua base social moderna – o que significou uma regressão relativa do sindicalismo no Brasil, principalmente no tocante à sua capacidade de agitação social e de militância política. (ALVES, 2002, p. 91/92).

A incapacidade de agitação social e mobilização dos trabalhadores ficaram evidenciadas em 1996. Em 21 de julho daquele ano, as três centrais sindicais – CUT, CGT e Força Sindical -, que existiam à época, convocaram greve geral, mas não tiveram o êxito planejado. “Os próprios sindicalistas reconheceram que não houve adesão total, confirmando-se assim a resistência dos trabalhadores à proposta de greve em um contexto de desemprego”. (MARTINS E RODRIGUES, 2000). Afinal, a forma de luta eficiente nos anos 1970 e 1980, passou a ser utilizada apenas quando a classe patronal não se dispunha a negociar com os representantes dos trabalhadores.

A luta pelo controle social da produção, presente com intensidade nos anos 60/70, na Europa, e em tantos outros momentos da luta dos trabalhadores, parece cada vez mais distante. O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação e a concertação. (ANTUNES, 1996, p. 132).

Na década de 1990, as centrais sindicais e demais organismos de representação dos trabalhadores – sindicato, federações e confederações – apostaram todas suas fichas para reverter o quadro, participando de “Câmaras Setoriais”, propostas pelo governo, com objetivo de reunir capital, trabalho e governo na busca de soluções. A experiência, no entanto, não teve os resultados esperados.

“Das 26 câmaras projetadas, a CUT obteve a participação em cerca de 14. No final do processo, três lograram estabelecer acordos”(BOITO JR, 1996). Os trabalhadores da indústria automobilística reivindicavam aumentos mensais para compensar os efeitos da inflação nos salários, mas o governo Itamar Franco proibiu e as câmaras sucumbiram.

As montadoras, por sua vez, abandonaram a câmara e começaram a demitir – a Ford e a Mercedes demitiram, em um só mês, quase três mil operários. O ponto do acordo que previa crescimento do emprego também se tornou letra morta. O governo e as montadoras ficaram na câmara apenas enquanto era do seu interesse. Apesar disso, a Articulação sindical está reivindicando a reativação das câmaras setoriais. É possível que uma ou outra seja reativada ou ainda venha a ser criada. Mas a experiência parece indicar que, como alternativa estratégica para o conjunto do sindicalismo as câmaras fracassaram. (BOITO JR, 1996, p. 12).

O “novo sindicalismo”, produto das mobilizações dos trabalhadores da indústria automobilística do final dos anos 1970 e início da década seguinte, desafiando e contribuindo para o ocaso da ditadura militar, nos anos 1990, se arrefeceu. Segundo Antunes (2012), a “social-democracia sindical”, em especial a europeia, acabou por contaminar o sindicalismo de classe no Brasil.

Foi neste contexto que Lula sagrou-se vitorioso nas eleições presidenciais em 2002, depois de um período de enorme desertificação social, política e econômica do Brasil, vitória que ocorreu em um contexto internacional e nacional bastante diferente dos anos 1980. A vitória da “esquerda” no Brasil ocorria quando ela estava mais fragilizada, menos respaldada nos polos centrais que lhe davam capilaridade, como a classe operária industrial, os assalariados médios e os trabalhadores rurais. (ANTUNES, 2012, p.78).

Pontuando a trajetória da organização dos trabalhadores e do mundo do trabalho brasileiro, em um dos seus momentos mais instigantes da classe trabalhadora brasileira, concluímos o relato deste período para ingressarmos, efetivamente, a dissertar sobre a organização dos trabalhadores nas empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região.

## 2.2 FUNDAÇÃO E TRANSIÇÃO MARCAM A PRIMEIRA E A SEGUNDA FASES DO SINDICATO

A década de 1980 é de intensa agitação de movimentos sociais e sindicais em Criciúma e região. Indústrias do setor plástico já geravam em torno de um mil empregos, contabiliza Goularti Filho (2007), e em condições precárias de locais de trabalho e salários, conforme relata, em entrevista, o atual vice-presidente do Sindicato, Joel Bittencourt. Ele foi o secretário da assembleia que criou a Associação dos Trabalhadores nas Indústrias do Material Plástico de Criciúma e Urussanga e elaborou a primeira ata da entidade.

As condições de trabalho que enfrentávamos e os salários pagos criaram um clima que exigia uma forma de organização dos trabalhadores. O salário era muito ruim, muito próximo do salário mínimo, que naquela época era menor que 100 dólares. Foi daí que começamos a conversar, reunir pequenos grupos e a organizar a associação, tudo em muito sigilo, pois tentativas anteriores haviam sido frustradas com a demissão de companheiros que tentavam reunir o pessoal. Além disso, estávamos ainda vivendo períodos finais da ditadura militar,

que em Criciúma foi muito dura. (ENTREVISTA BITENCOURT, 2014).

Fundadores da associação que se transformou em Sindicato, Bruno Goulart e Paulino Nascimento, que ainda integram a diretoria, relatam o contexto daquela realidade na Revista Plasquim, comemorativa aos 30 anos de fundação do Sindicato, publicada em junho de 2014.

O primeiro grupo que havia tentado criar a associação na Canguru e na Inza, pensando em transformá-la em sindicato, foi todo demitido um tempo antes e todo mundo tinha receio em arriscar de novo”, conta Bruno Goulart, atual 1º tesoureiro do sindicato, outro remanescente da primeira diretoria do sindicato. Também é do mesmo grupo, o atual 1º Secretário do sindicato, Paulino do Nascimento que lembra com saudosismo “foi preciso fazer tudo às escondidas, para que os chefes não soubesse; quando eles viram já estava tudo feito. (PLASQUIM, junho, 2014, p. 14).

A década de 1980, conforme Boito Júnior (1991), marcou mudanças profundas no funcionamento dos sindicatos brasileiros. A ditadura militar, em seus anos finais, cedeu um progressivo afrouxamento do controle que exercia no cotidiano dos organismos de representação dos trabalhadores. Foi neste espaço que surgiram lideranças sindicais reivindicativas e não seguidoras dos ditames governamentais.

Em primeiro lugar, o ressurgimento das grandes greves de massa na conjuntura de 1978-1980. Um segundo marco no processo de mudança de funcionamento e do papel do sindicalismo oficial foi a criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Terceiro ponto, a política liberalizante iniciada por Almir Pazzianotto, em 1985, na qualidade de ministro do Trabalho do governo civil de José Sarney. Pazzianotto aboliu o estatuto padrão, suspendeu o controle direto das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT's) sobre as eleições sindicais e abandonou a prática de depor exemplarmente as diretorias sindicais que se opusessem à política econômica. (BOITO JÚNIOR, 1991, p. 47).

A Assembleia Geral Extraordinária de fundação da Associação se deu em 27 de agosto de 1982, nas dependências do Centro Social Urbano, situado no bairro Próspera, em Criciúma. José Natalício Vieira e Joel Bittencourt foram escolhidos pelo plenário para atuarem como presidente e secretário da assembleia, respectivamente. Foram aprovados, na oportunidade, os estatutos da Associação e a composição de uma diretoria provisória, com a função de, conforme a ata, “para administrar a associação até a obtenção de sua investidura sindical”. (ATA DE 12 DE SETEMBRO DE 1982).

A diretoria provisória teve a seguinte composição: José Natalício Vieira, Romário Antônio Maurício, Joel Bittencourt, Honório Domingos, Oscar Pereira, Paulino Nascimento, Valdir Mariano, José Arseno Neto, Bruno Goulart e Francisco Carlos da Silva. Enquanto Associação, a entidade desenvolveu atividades de cunho social e esportivo, segundo Joel Bittencourt. “Em dez meses, conseguimos aglutinar a categoria, mostrar a importância da organização e isto se refletiu na assembleia que transformou a associação em Sindicato”. (Entrevista BITENCOURT, 2014).

Com efeito, em 5 de junho de 1983, a segunda ata do livro da instituição informa que na sede da associação, na Rua João Pessoa, se reuniram 218 associados, que utilizaram cédulas, em votação secreta, para atender exigências do edital de convocação publicado para o objetivo do encontro.

A votação transcorreu normalmente e, ao seu final o escrutinador da mesa realizou a apuração, com as cautelas costumeiras, obedecendo o resultado, item por item da ordem do dia: 1º Por unanimidade foi aprovada a transformação da Associação em Sindicato; 2º Por unanimidade também foram aprovados os estatutos da Entidade; 3º Também por unanimidade de votos foi aprovada a mensalidade social da entidade, no valor de CR\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) e por último foi aprovada também por unanimidade a Diretoria provisória da entidade, que ficou assim constituída: Presidente: José Natalício Vieira, Secretário: Romário A. Maurício, Tesoureiro: Joel Bittencourt, Suplentes da Diretoria - Honório Domingos, Acioli Fernandes de Souza e Francisco Carlos da Silva, Conse-

lho Fiscal – Efetivos – Paulino Nascimento, Bruno Goulart e José Arseno, Suplentes – Selézio E. Pacagnan, Pedro Strachoski e Marçal Guilherme. (ATA DE 05 DE JUNHO DE 1983).

Maria Gorete Leonel foi a primeira funcionária contratada pela diretoria do Sindicato, tendo sido admitida em 1985, ano seguinte ao da transformação da associação em Sindicato e continua trabalhando na entidade. “A primeira máquina de escrever que o Sindicato teve, foi doada pela prefeitura, assim como as duas primeiras mesas, cadeiras e um arquivo”. (Entrevista LEONEL, 2014).

“Tivemos um grande apoio da diretoria do Sindicato dos Ceramistas, que nos cedeu uma sala para iniciarmos nossa organização e entre outras pessoas, quem nos ajudou foi o então prefeito José Augusto Hülse” (ENTREVISTA BITENCOURT, 2014).

Estabelecido, o Sindicato na sequência passou a utilizar, gratuitamente, uma sala cedida no Edifício Milano (Avenida Getúlio Vargas, 372, Centro de Criciúma), pelo advogado Haroldo Bez Batti. “A primeira sede própria foi uma sala no segundo andar do edifício Centro Profissional, até 1996, quando compramos a sede na Rua Cecília Darós, onde permanecemos até 2014”. (Entrevista BITTENCOURT, 2014). O Centro Profissional é o edifício em que está instalada a Câmara Municipal de Criciúma, na Rua Coronel Pedro Benedet, imediações do Hospital São José.

Ainda realizando diariamente homologações de contratos rescindidos de trabalhadores das categorias representadas, Maria Gorete compara os métodos e condições de trabalho das duas épocas.

Todos os registros dos sócios e de atas de assembleias eram feitos manualmente. Eu tinha que escrever à mão em livros, por exemplo, toda a convenção coletiva de cada ano e todas as reuniões das diretorias; era muito trabalho, muito diferente de hoje em dia que está tudo informatizado e muito mais tranquilo para ser elaborado. A gente usava o telefone de uma advogada que era vizinha e onde o pessoal deixava recados, até que foi comprada a primeira linha telefônica, que é uma

das que ainda usamos hoje, o 3433-2603. (Entrevista LEONEL, 2014).

Entre 27 de setembro de 1982, quando foi realizada a primeira assembleia para fundação da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias do Material Plástico de Criciúma e Urussanga, até 5 de fevereiro de 2000, na primeira fase de organização, enquanto o Sindicato esteve sob a presidência de José Natalício Vieira, conhecido como Bizezo, foram registradas, catalogadas e resumidas pela pesquisa um total de 111 (cento e onze) atas, por ordem em que ocorreram, observando data, local, forma de publicação do edital de convocação e Ordem do Dia.

Destas 111 assembleias, 43 (quarenta e três) tiveram a finalidade de reunir a categoria para elaboração do rol de reivindicações visando a convenção coletiva das categorias representadas. Os trabalhadores das indústrias plásticas – descartáveis, flexíveis e reciclados – têm data base em 1º de abril, enquanto os profissionais dos ramos químico e farmacêutico a data base é 1º de novembro.

O Sindicato, cumprindo determinações, à época, do Ministério do Trabalho e Emprego realizava anualmente uma assembleia para “leitura e discussão do Relatório da Diretoria sobre atividades do Sindicato” do ano anterior e “apresentação do Balanço Anual e respectivo parecer do Conselho Fiscal”. Os dois relatórios eram aprovados em votação secreta, sempre, por unanimidade ou aclamação. Na mesma assembleia, ia a discussão e votação do “Plano de atividades e previsão orçamentária” para o ano seguinte. Invariavelmente, a aprovação era por unanimidade, depois de “explicações apresentadas pelo presidente”.

Aumento de mensalidade, compra de um telefone, insalubridade dos trabalhadores, extensão da base territorial, debates sobre o uso de abafador de ruído (que diretores informavam causar “infecções no ouvido”), mudanças na diretoria por saída a pedido de diretor, apoio aos mineiros em comitiva que ia a Brasília (em 1988), eram os assuntos que dominavam a “Ordem do Dia” de assembleias.

Nos livros pesquisados foram encontradas atas de reuniões de diretoria em que a Ordem do Dia foge à rotina, como, por exemplo, a realizada em 4 de novembro de 1988, quando a sede do Sindicato ainda era na Rua Coronel Pedro Benedit, 488. A ata informa que:

Presidente Sr. José Natalício Vieira fez uma completa explicação sobre vários assuntos, entre eles foi discutido o problema da dívida do Sindicato para o presidente. Após várias explicações, a diretoria decidiu que este dinheiro que o Sindicato deve ao presidente que é no valor de CZ\$ 900.000,00 (Novecentos mil cruzados) será pago com correção da poupança. Todos os diretores se manifestaram favoráveis. (ATA de 04 de novembro de 1988).

Pelo conversor de valores de moedas brasileiras ao longo da história pelo Jornal O Estado de São Paulo, disponível em <http://acervo.estadao.com.br/> o valor citado na ata – CZ\$ 900.000,00 (Novecentos mil Cruzados) -, equivaleria em julho de 2015 a R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), mais os “juros da poupança”, não calculados pela pesquisa.

As reuniões de diretoria registradas em atas revelam, também, indícios de que havia insatisfação pela forma como o Sindicato era administrado. Em 31 de maio de 1995, o diretor Bruno Goulart questiona o presidente sobre a aquisição de um novo carro sem consultar a diretoria. A ata informa que o “presidente disse que quem administra e sabe da realidade financeira do Sindicato é ele e o tesoureiro e se tivesse que consultar a diretoria a cada aquisição teria que fazer reuniões diárias”. (ATA 31 DE MAIO DE 1995).

No ano seguinte, quando a diretoria se reuniria para tratar de “assuntos gerais”, o diretor “João Carlos S. dos Reis, disse que a desunião que está havendo no sindicato está direto(sic) com o presidente, já que alguns diretores têm privilégios e outros não”. (ATA 23 DE ABRIL DE 1992). O diretor Vanderlei Pizzetti “falou que a diretoria do Sindicato tem que fazer mais trabalho de base”, ressaltando que o “presidente explicou que não são todos os diretores que têm capacidade para fazer os trabalhos de base, porque tem algumas pessoas que não gostam muito de ficar dando explicações”. (ATA DE 02 DE JUNHO DE 1993).

O clima de insatisfação entre diretores do Sindicato se acentuou no último mandato de José Natalício Vieira.

Houve um desgaste do presidente com a maioria dos integrantes da diretoria, principalmente por



sua forma de liderar o processo, cada vez mais centralizado, sem a participação efetiva dos demais dirigentes e este clima perdurou até o ano 2000, quando começou a mobilização para formação da chapa que concorreria à eleição marcada para junho daquele ano. (ENTREVISTA BITTENCOURT, 2015).

Carlos de Cordes, atual presidente, que integrava a diretoria daquele período, também confirma a rejeição que o primeiro e, até então único, presidente enfrentava entre os demais diretores do Sindicato.

Entre as lideranças da categoria existia um clima de desconfiança e preocupações com a forma de administrar o Sindicato e liderar a luta dos trabalhadores e tratamos de articular para que tivéssemos outro candidato a presidente, o que acabou acontecendo, com o Bizezo (José Natalício Vieira) ficando como tesoureiro já que por seu passado como principal articulador e fundador do Sindicato não poderia ficar de fora da chapa que concorreria a reeleição. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015).

A eleição ocorreu com apenas uma chapa, em 17 de junho de 2000, com 1.363 associados votando, com 887 votos favoráveis, 63 em branco e 25 votos nulos, conforme está registrado na ata de apuração do pleito, presidido por Idemar Antônio Martini, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc). A chapa tinha na diretoria executiva: Joel Bittencourt (Presidente), Carlos de Cordes (Vice-presidente); Rogério Hillmann (Secretário Geral), Cláudio Camilo Bernardo (1º Secretário), José Natalício Vieira (Tesoureiro Geral).<sup>6</sup>

---

6 Os demais diretores eleitos em 17 de junho de 2000 foram: João Carlos Silva dos Reis (1º Tesoureiro), Alberto Peres (Diretor Social), Jorge Marques Bittencourt (Diretor de Patrimônio), Osmar José Dias (Diretor de Esporte e Lazer), Antônio José Borges (Diretor de Assuntos Culturais), Paulino do Nascimento (Diretor de Orientação Sindical), Belini Bento da Sila (Diretor de Comunicação), Gonçalves Antônio Feliciano (Diretor de Assuntos Jurídicos). Como suplentes de diretoria foram empossados: Sofia Custódio Vieira, Anselmo Martinho Tomé, Sônia Santiago, José dos Passos da Silva Ferreira,

A ata de número 112 (cento e doze), com data de 25 de setembro de 2000, informa ser da “reunião da diretoria do sindicato empossada em 1º de setembro de 2000”, para tratar de “assuntos diversos” e que foi “aberta pelo presidente Joel Bittencourt” e dá conta do exercício da segunda fase de organização da categoria, com o final do comando de José Natalício Vieira como presidente, mas ainda integrando a diretoria no cargo estratégico de tesoureiro.

Da pesquisa nas atas do Sindicato disponibilizadas, se evidencia o ano 2003 como efervescente para a entidade. A situação financeira era precária e foi detalhada em reunião da diretoria.

O Sr. Presidente (Joel Bittencourt) convocou os diretores Bizezo (José Natalício Vieira), Carlos (de Cordes), João Carlos (Silva dos Reis), Jorge (Marque Bittencourt), mais os integrantes do Conselho Fiscal Efetivo, para realizarem uma reunião, a fim de se discutir alguns problemas internos do sindicato. Começou dizendo que estava sendo cobrado por algumas situações, em especial da parte financeira (...) fez esclarecimentos sobre as dívidas do Sindicato, entre elas uma de R\$ 29.000,00 da CASCRI. A seguir todos foram chamados a fazer comentários.

Bizezo - “hoje a arrecadação do Sindicato não cobre as despesas, sendo necessário todos os meses pedir dinheiro emprestado para poder pagar parte dos salários. (...) Carlos - “(...) fiz um levantamento parcial da arrecadação dos meses de novembro e dezembro de 2.002 e cheguei a quantia de R\$ 194.000,00. E que o que mais me preocupa

---

Roguimar de Oliveira, Maria Helena Aguiar da Silva, Sérgio Luiz da Rosa, Edson Rebelo, Lindomar Borges Cardoso, Pedro Leopoldo Filho, José Silvano Machado, José Salvador Netto e Rosane Apolinário de Lima Ferreira. Os efetivos do Conselho Fiscal empossados foram: Valter Norberto Bongioiolo, João Batista Albino Alves e Bruno Goulart e suplentes: Francisco Carlos da Silva, Francisco Bueno e Manoel Flávio Jacobseu de Oliveira. Os delegados representantes junto à Federação efetivos: Joel Bittencourt e Carlos de Cordes e suplentes: Alcionir Mauricio e Jenevaldo de Souza.

é que mesmo entrando este valor no caixa da entidade, ainda se está devendo”. (ATA DIRETORIA 18 DE FEVEREIRO DE 2003).

Bizezo, que passara 17 anos na presidência do Sindicato, mantinha o mesmo estilo de gestão, agora, como Tesoureiro Geral, centralizando decisões e informações. A ata acima citada não revela especificamente valores de receitas e despesas, mas a simples comparação de uma das principais dívidas que o presidente tinha conhecimento, da CASCRI, somava R\$ 29.000,00, enquanto as receitas referentes aos meses de novembro e dezembro totalizavam R\$ 194.000,00.

Apesar disto, o tesoureiro alegava que eram necessários empréstimos para pagar as despesas mensais do Sindicato. Com sua saída do cargo, no entanto, o Sindicato passou a ter fluxo de caixa e, inclusive, realizou investimentos, como aquisição de imóveis e construção da nova sede social e da sede recreativa em Siderópolis.

Um episódio, no entanto, se destacou neste período e se tornou a pedra angular para o futuro das relações entre dirigentes do Sindicato. Conforme BITTENCOURT (2015), no decorrer de março daquele ano, a assessoria jurídica da Fetiesc alertou para um edital publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, convocando assembleia geral para constituição do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico Descartável, Flexível, Reciclados e assemelhados de Criciúma e Região. “Mobilizamos a nossa diretoria e lideranças do movimento sindical da região e fomos à assembleia” (BITTENCOURT, entrevista, 2015) Uma ata foi elaborada pelos presentes com o seguinte teor:

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e três (17/03/2003), reuniram-se no lugar denominado Salão Paroquial, situado na Rua Narciso Domingui, bairro São Domingos, em Criciúma/SC, os integrantes da categoria, acompanhados do Presidente e Diretores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região, a fim de deliberar sobre as ordens do dia inscritas no edital de convocação publicado no dia seis de março de dois mil e três (06/03/2003), no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Nº 17.108, página 44.

Inicialmente, constatou-se o não comparecimento da Comissão Organizadora citada no dito edital. Constatou-se ainda, através do responsável pelo salão Paroquial do lugar indicado no Edital, que jamais foram procurados por qualquer pessoa, comissão ou entidade para que o Salão Paroquial da Comunidade fosse reservado ou locado para o dia 17/03/2003. (ATA 17 DE MARÇO DE 2003).

A ata revela que foi formada uma comissão, realizada a assembleia e votados todos os itens da Ordem do Dia. A intenção de criar um novo sindicato para as mesmas categorias e base territorial foi rejeitada por unanimidade pelos presentes. Em Florianópolis, junto a Imprensa Oficial do Estado, Joel Bittencourt apurou que o edital havia sido mandado publicar por José Natalício Vieira, o Bizezo, mas o documento que comprova isto tem uma assinatura diferente da utilizada pelo então tesoureiro do Sindicato. De qualquer forma, independente da assinatura diferente, o evento marcou a distensão entre Bizezo e os demais integrantes da diretoria executiva.

Em 18 de março daquele ano, um dia depois da assembleia realizada no bairro São Domingo, a ruptura se consolidou. Reuniram-se em “sessão extraordinária” a diretoria executiva e conselho fiscal do sindicato. A pauta mostra a evidente grave situação financeira do sindicato: troca dos dois carros da entidade por apenas um, “tendo em vista a necessidade de redução de custos com manutenção e principalmente combustível”. A proposta foi aprovada por unanimidade. (ATA DE 18 DE MARÇO DE 2003).

Apenas três dias depois, reforçando o clima de “efervescência” daquele ano de 2003, registra a ata seguinte:

Reuniram-se na sede do Sindicato, os diretores liberados Joel Bittencourt, Carlos de Cordes, José Natalício Vieira e Rogério Hillman, como convidados os diretores João Carlos Silva dos Reis, Valter Norberto Bongioiolo, João Batista Albino Alves e Jorge Marques Bittencourt (...) foi questionado ao Sr. Rogério Hillman a respeito da entrega das guias da Contribuição Sindical, eis que segundo o diretor João Batista Albino Alves, o Sr. Rogério, secretário do sindicato, saiu no dia

20.03.2003, às 13:30 horas do sindicato para fazer a entrega das guias, tendo retornado às 17:00 horas, alegando ter feito as entregas, quando na verdade não o fez, salientando ainda que o mesmo teria dormido a tarde toda com o carro do sindicato em sua casa, quando deveria ter entregue tais documentos. Questionado, o Sr. Rogério disse para os presentes, que no dia do fato teria levado sua parente ao médico. No entanto, o presidente do Sindicato, achou por bem, com aprovação dos demais presentes na reunião, afastar o Sr. Rogério de suas funções até o dia 28.03.2003 (reunião ordinária da diretoria geral), momento em que deverá apresentar-se. (ATA DE 21 DE MARÇO DE 2003).

A pesquisa não conseguiu localizar a ata da reunião ordinária da diretoria executiva, realizada em 28 de março de 2003. O então, presidente do sindicato, Joel Bittencourt, revelou que o tesoureiro, José Natalício Vieira, o Bizezo, renunciou ao cargo, oralmente, e se retirou. Além disso, a diretoria reunida naquela oportunidade decidiu pelo desligamento de Rogério Hilman das atividades do Sindicato, perdendo a condição de “liberado”. A partir de abril, portanto, Hilman retornou ao cotidiano da Canguru Embalagens, não exerceu mais o cargo de secretário geral, o que pode explicar a ausência daquela ata. A situação se manteve até o final do mandato daquela diretoria.

Dois meses depois, em documento com data de 30 de maio de 2003, recebido em 4 de junho, mas que estranhamente tem reconhecimento de firma datada em 28 de maio, José Natalício Vieira comunica, oficialmente, ao presidente Joel Bittencourt que “por motivos de foro íntimo, solicito o meu desligamento do cargo de tesoureiro desta entidade”. O diretor João Carlos da Silva Reis, conhecido por “Papelão”, a partir de 1º de abril, por deliberação da diretoria, assumiu o lugar de Vieira na tesouraria geral do Sindicato até o final do mandato.

Em 2005, a eleição convocada para ser realizada nos dias 19 e 20 de maio, completa o ciclo de “Bizezo” e seu grupo no Sindicato, conforme relato de Carlos de Cordes, que à época era vice-presidente do Sindicato e assumiria a presidência no ano seguinte.

No final de 2004, começamos a receber informações que o Bizezo e seu grupo estavam articulando a formação de uma chapa para concorrer nas eleições que iriam acontecer em 2005. Tinham apoio e incentivo da diretoria da Canguru Embalgens, inclusive com chefes e pessoal de confiança dos patrões na chapa. Em 19 de janeiro de 2005 mandamos publicar o edital convocando as eleições para o mês de maio no Jornal A Notícia e eles perderam o prazo para registro de chapa. Recorreram à justiça, alegando que não havia a devida publicidade ao edital e o processo se prolongou até 11 de maio, quando o juiz Rogério Mariano concedeu sentença, reconhecendo que todos os procedimentos tinham sido dentro da lei e do estatuto do Sindicato. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015).

Nos dias 19 e 20 de maio de 2005, a eleição se realizou com chapa única, “com a participação de 1.202 (hum mil, duzentos e dois) eleitores (...) verificando-se o seguinte resultado: 1.166 (hum mil, cento e sessenta e seis) votos úteis, em branco 26 (vinte e seis) e votos nulos 10 (dez)”, informa a ata de apuração, concluída às 23:30 (vinte e três horas e trinta minutos) do dia 20 de maio de 2005. Esta eleição encerra a segunda fase de organização do Sindicato dos trabalhadores, considerada “de transição”, sob a presidência de Joel Bittencourt.

A ata de posse da diretoria eleita, elaborada em dois de setembro de 2005, relata que o ato ocorreu no Próspera Clube Recreativo, presidido pelo presidente da Fetiesc, Idemar Antônio Martini. A diretoria efetiva ficou composta por Carlos de Cordes (Presidente), Joel Bittencourt (Vice-presidente), João Batista Albino Alves (Secretário Geral), Lindomar Borges Cardoso (1º Secretário), João Carlos Silva dos Reis (Tesorero Geral), Jorge Marques Bittencourt (1º Tesoureiro), Alberto Peres (Diretor Social), Edson Rebelo (Diretor de Patrimônio), Sérgio Luiz da Rosa (Diretor de Esportes e Lazer), Rosane Apolinário de Lima Ferreira (Diretora de Assuntos Culturais), Paulino do Nascimento (Diretor de

Formação Sindical), Maria Helena Aguiar (Diretora de Comunicação), Gonçalves Antônio Feliciano (Diretor de Assuntos Jurídicos)<sup>7</sup>.

A terceira fase de organização do Sindicato, iniciada em 2005, com a diretoria eleita naquele ano, muda a forma de organização e catalogação de atas de diretoria, quando ficam definidos os rumos das ações da categoria. Até então, atas eram elaboradas e arquivadas em livros, intercaladas com assembleias das categorias representadas para debate em torno de reivindicações para elaboração do rol de reivindicações para negociações coletivas e acordos coletivos, entre outras reuniões com trabalhadores.

A partir de 2005, estas atas de reuniões de diretoria do sindicato passaram a ser digitadas e arquivadas separadamente e proporcionam melhores condições de sistematização da pesquisa e que passam a ser analisadas.

Além disto, é a partir deste período que a diretoria toma contornos definitivos em relação ao grupo que fundou o sindicato, com o afastamento do último membro das primeiras formações e que é eleito para ocupar o cargo de tesoureiro geral, José Carlos Silva dos Reis, mais conhecido como Papelão entre os integrantes da categoria e no mundo político e dos movimentos sociais de Criciúma, onde se inseriu depois de ter deixado a categoria dos trabalhadores das indústrias plásticas da região, e se aposentou.

---

<sup>7</sup> Como suplentes de diretoria foram empossados: Sofia Custódio Vieira, Anselmo Martinho Tomé, Sônia Santiago, José dos Passos da Silva Ferreira, Roguimar de Oliveira, Maria Helena Aguiar da Silva, Sérgio Luiz da Rosa, Edson Rebelo, Lindomar Borges Cardoso, Pedro Leopoldo Filho, José Silvano Machado, José Salvador Netto e Rosane Apolinário de Lima Ferreira. Os efetivos do Conselho Fiscal empossados foram: Valter Norberto Bongioio, João Batista Albino Alves e Bruno Goulart e suplentes: Francisco Carlos da Silva, Francisco Bueno e Manoel Flávio Jacobseu de Oliveira. Os delegados representantes junto a Federação efetivos: Joel Bittencourt e Carlos de Cordes e suplentes: Alcionir Mauricio e Jenevaldo de Souza.

### 2.3 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: A TERCEIRA FASE DO SINDICATO 2005 - 2015

Quatro circunstâncias marcam este período pelo que foi apurado na leitura das atas das reuniões da diretoria e em entrevistas com dirigentes do sindicato. A primeira foi o rompimento definitivo com representantes do grupo que deu início ao processo de organização do Sindicato. A demissão sem justa causa por empresas do Grupo Zanatta de cinco dirigentes sindicais eleitos foi a segunda destas circunstâncias.

O período ainda foi marcado pela sentença definitiva da que pode ser a maior ação trabalhista da região, tanto em valores financeiros quanto no número de trabalhadores beneficiados, cobrando adicional de periculosidade, na empresa Canguru Embalagens e, por último a consolidação da reestruturação administrativa, financeira e patrimonial do Sindicato.

### 2.4 FIM DE VÍNCULOS DO PASSADO

Ao renunciar ao cargo de tesoureiro e deixar a categoria, o primeiro presidente da instituição, José Natalício Vieira, o Bizezo, foi substituído por um dos seus homens mais próximos, José Carlos Silva dos Reis, conhecido como Papelão. Silva dos Reis foi eleito, em 2005, para o cargo pelo qual respondia de tesoureiro.

Empossada em setembro, dois meses depois, a diretoria tratou pela primeira vez da “situação envolvendo o Papelão”, conforme registra a ata daquela reunião da diretoria. O tesoureiro João Carlos Silva dos Reis manteve relacionamento íntimo com uma das funcionárias do sindicato. O envolvimento do tesoureiro com a funcionária se tornou público, repercutiu na base da categoria e passou a ser motivo de comentários, debates, votações e ações judiciais até três anos depois, como se constatou nos registros de atas da diretoria.

João Carlos, inicialmente, foi afastado de suas funções por seis meses, por decisão da diretoria. Nesta data, Papelão, segundo a ata “admitiu que o cometido erro foi muito grave, atingiu sua família, colegas e a entidade sindical”. O diretor Bruno Goulart informou que, na base, a categoria achava “um absurdo” o que ocorria. (ATA 18 DE NOVEMBRO DE 2005).



O presidente Carlos de Cordes, após os debates, apresentou propostas para que a diretoria votasse e definisse a situação, que foram as seguintes, com os devidos votos para cada opção: Papelão é expulso da diretoria (2 votos); Papelão volta a base (8 votos); Papelão é afastado por seis meses (17 votos); ou Papelão não sofre qualquer punição (1 voto).

Para recompor a diretoria executiva, conforme previa o estatuto, com afastamento de João Carlos Silva dos Reis, assumiu o diretor eleito para o cargo de 1º tesoureiro, Jorge Bittencourt, que foi empossado naquela mesma reunião. (ATA 18 DE NOVEMBRO DE 2005)

O assunto voltou à pauta de reunião da diretoria que registra “o afastamento do diretor João Carlos Silva dos Reis continua repercutindo” (ATA DE 31 DE MARÇO DE 2006). O afastado estaria promovendo boatos e incentivando abaixo-assinado nas empresas para voltar ao cargo. Ficou decidido que a diretoria teria reunião extraordinária no próximo dia 12 de maio para tratar do caso.

Ao abrir a reunião extraordinária, para a qual foi convocado o tesoureiro afastado, o presidente “solicitou aos presentes que discutissem o caso com muita serenidade e responsabilidade, pois a imagem do Sindicato está em jogo”. Papelão pediu que fosse realizada a leitura da reunião de 18/11/2005, que definiu sua punição e após ponderou que a reunião extraordinária que estava sendo realizada “não tinha sentido” e que seu retorno estava garantido no dia 19/05/2006, uma semana depois daquela reunião. (ATA DE 12 DE MAIO DE 2006).

O presidente ponderou que “após a reunião de 18/11/2005 ocorreram muitos fatos relevantes, sendo de maior peso a cobrança da categoria, haja vista a gravidade do ato praticado por ele”. Papelão negou que tivesse incentivando um abaixo-assinado entre os trabalhadores. (ATA DE 12 DE MAIO DE 2006).

Encerrados os debates, o presidente colocou em votação as seguintes proposições, que tiveram as respectivas votações: Papelão retorna as atividades normais em 19/05 (10 votos) ou deve ser afastado por prazo indeterminado (18 votos). Da ata consta que “Papelão disse que não concordava e que voltaria no dia 19/05/2006 e o presidente informou que não o aceitaria de volta porque tinha que respeitar a decisão tomada pela diretoria”. A ata de 26/05/2006 anota que o presidente

informou que “o diretor João Carlos Silva dos Reis (Papelão), no dia 19 se apresentou para trabalhar, mas como a diretoria havia decidido no dia 12, não assumiu o cargo”. (ATA DE 12 DE MAIO DE 2006).

O afastamento definitivo do tesoureiro eleito voltou a ser pauta da reunião da diretoria de 30 de junho de 2006, quando, informa a ata “a diretoria debateu sobre ação judicial impetrada pelo dirigente João Carlos Silva dos Reis (Papelão), na justiça trabalhista, contra a diretoria”. Conforme a ata daquela data, “os diretores ficaram indignados. O diretor João Batista Albino Alves disse que Papelão deveria ser expulso da diretoria, por ter feito acusações sem qualquer prova”. No mês seguinte, em 28 de julho, o assunto voltou aos debates que foram encerrados com o presidente solicitando que “a diretoria deixasse que a justiça se pronunciasse a respeito do caso”. (ATA DE 30 DE JUNHO DE 2006).

A ata de 27 de julho de 2007 registra que o assessor jurídico “Dr. Edson Mendes informa sobre acordo na justiça do trabalho entre diretoria do sindicato e ex-dirigente João Carlos Silva dos Reis (Papelão), que recebeu uma indenização pecuniária em compensação aos serviços que prestou ao Sindicato”. O assunto apenas saiu de pauta de reunião da diretoria em 2008. A “ex-funcionária moveu ação contra o Sindicato na Justiça do Trabalho e em audiência de conciliação foi fechado acordo com indenização pecuniária”. (ATA DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008).

O assunto não voltou à tona nas reuniões da diretoria do Sindicato, mas uma questão de foro íntimo de um dirigente sindical e uma funcionária do Sindicato pautou reuniões e debates e se tornou pano de fundo para desdobramentos e geração de fatos. Enquanto esteve afastado das funções, o dirigente foi acusado de estar articulando sua volta, incentivando abaixo-assinado em seu favor, entre outros comentários que surgiram, mas que ao final acabaram somando argumentos para o rompimento definitivo com o grupo fundador do órgão de representação e o que se mantém na direção.

## 2.5 DEMISSÕES DE DIRIGENTES MOBILIZAM MOVIMENTO SINDICAL ESTADUAL

Outro fato relevante deste período da trajetória do Sindicato, foi o embate com a diretoria das empresas do Grupo Jorge Zanatta (Canguru Embalagens e Inza), iniciado em 2006. Conforme se apura nas atas de reuniões da diretoria, as empresas decidiram demitir, sem justa causa,

cinco trabalhadores, todos dirigentes sindicais eleitos pelos trabalhadores da categoria no ano anterior.

Para isto, o grupo empresarial iniciou ação declaratória na justiça do trabalho, questionando se os dirigentes eleitos, que não ocupavam cargos na diretoria executiva, teriam a estabilidade que dispõe o artigo 543 § 3º da CLT:

§ 3º – Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação. (Redação dada pela Lei nº 7.543, de 2.10.1986).

Nascimento (2011, p. 1325) reforça o direito ao trabalhador para participar do processo de organização de sua categoria profissional, previsto na constituição federal promulgada em 1988.

A Constituição Federal de 1988, no art. 8º, VIII, confere ao dirigente ou representante sindical, mantendo e ampliando critério já acolhido pela CLT (art. 543, § 3º), proteção contra dispensa imotivada, atribuindo-lhe o direito de estabilidade no emprego, nos seguintes termos: “É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei”.

Outro entendimento na cultura jurídica nacional, que ainda não tem ponto final pela falta de atuação do Congresso Nacional em aprimorar os dispositivos constitucionais, é ressaltado por Nascimento (2011, p.1328).

Decidiram, também, os Tribunais que, mesmo após a promulgação da atual constituição Federal de 1988, art. 8º, I, enquanto não se legislar diversamente, a estabilidade conferida pelo art. 543, §

3º, da CLT dirige-se somente àqueles cargos de administração sindical, consoante previsão do art. 522 consolidado, sob pena de se tolerar o abuso de direito. O referido dispositivo da CLT declara: “A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída, no máximo, de sete e, no mínimo, de três membros e de um conselho fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela assembleia geral”. Nesse sentido são várias decisões regionais, e no mesmo sentido pronunciaram-se o TST e o STF (STF, RE 193.345-3, de Santa Catarina, 2ª T., 13-4-1999, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ, 28 maio 1999). Arnaldo Lopes Süsskind, em Comentários à Constituição, v. 2, pronuncia-se segundo a mesma diretriz.

Por este entendimento, as empresas do Grupo Jorge Zanatta tiveram sentença declaratória favorável no ano seguinte, 2007, e demitiram, sem justa causa, os cinco dirigentes sindicais, criando a maior “queda de braço” da década entre trabalhadores e patrões. Mobilizados pela diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região, apoiada pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc), o movimento sindical reagiu.

Em menos de uma semana, a cidade recebia representantes de sindicatos de todas as regiões do estado. Federações e centrais sindicais aderiram à mobilização, inclusive integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que acamparam com suas barracas de lona preta em frente à sede do grupo empresarial, no bairro Próspera, em Criciúma. As duas empresas tiveram suas produções paralisadas por greve dos trabalhadores por uma semana, como relata Carlos de Cordes.

Os trabalhadores entenderam que, naquele momento, a manutenção das demissões comprometeria a representação sindical em todo país. Era preciso reagir e foi estabelecido um confronto histórico, que teve sete dias de enfrentamentos. A diretoria do Sindicato promoveu reuniões com representantes do sindicato patronal, participou de sessão da Câmara de Vereadores, sempre pontuando a importância da estabilidade do dirigente sindical e da organização dos trabalhadores. A vitória dos

trabalhadores foi política, não jurídica. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015)

A pressão dos trabalhadores e a greve foram decisivas para que as duas empresas voltassem em suas posições, readmitissem os cinco trabalhadores e o movimento se encerrasse. A assessoria jurídica do Sindicato dos trabalhadores, mesmo assim, recorreu da sentença declaratória de primeiro grau, favorável às empresas, e reverteu a decisão em segunda instância.

## 2.6 PERICULOSIDADE, DIREITO RECONHECIDO NA CANGURU

Também neste período, 2005/2010, da trajetória do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região teve início uma série de processos de ações coletivas para garantir direitos de adicionais de insalubridade e periculosidade aos seus representados.

A primeira e mais longa entre as ações coletivas, no entanto, foi a iniciada em 2003, para que o direito ao adicional de periculosidade fosse reconhecido aos trabalhadores das indústrias Canguru Embalagens. O advogado cricumense, Gilvan Francisco, teve acesso à cópia de um laudo pericial produzido em 1998 a pedido da diretoria da empresa, que reconhecia o direito a todos os trabalhadores do parque fabril, exceto aos que atuavam no setor administrativo da empresa.

Mesmo tendo conhecimento do dever legal de pagar mais 30% a cada um dos seus empregados do setor industrial, a diretoria da Canguru Embalagens nada fez e segundo apuraram diretores do sindicato, os adicionais de periculosidade e insalubridade eram utilizados como forma de negociação de salários.

Por exemplo, se um trabalhador era competente, bem visto pelas chefias, produzia bem e estava insatisfeito com seus salários ou recebia proposta para mudar de emprego, a diretoria concedia a ele um aumento salarial no valor da periculosidade ou insalubridade, dependendo do caso, acrescentando o direito à folha de pagamentos. Isso perdurou por muitos anos, até que tivéssemos as informações do laudo engavetado por cinco anos e iniciásse-

mos a ação coletiva. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015)

A diretoria da empresa, conforme os registros dos autos do processo, buscou de todas as formas não pagar o direito do adicional de periculosidade e para isto utilizou todos os recursos judiciais disponíveis e estratégias, algumas não recomendáveis como, por exemplo, pressionar os trabalhadores a desistir da ação coletiva impetrada pela assessoria jurídica do sindicato profissional.

No início eram mais de 700 trabalhadores relacionados na ação coletiva e de um momento para outro sugeriram perto de 400 declarações deles requerendo ao juiz a desistência da ação, abrindo mão do direito pelo qual estávamos buscando reconhecimento. Conseguimos provar que se tratava de uma manobra da diretoria da empresa, com depoimentos velados de trabalhadores ameaçados de demissão e pelas características das declarações anexadas ao processo. Todas as declarações eram iguais, mudavam apenas os dados pessoais de cada trabalhador e até a data era a mesma em todas, deixando flagrante a ação orquestrada pela diretoria da empresa. (ENTREVISTA BITTENCOURT, 2014)

O advogado Gilvan Francisco destaca como fato interessante no processo, a iniciativa de um dos juízes que atuou na contenda. Com a cópia do laudo contratado pela empresa em 1998, e não aplicado, teve início uma disputa acirrada de competência de laudos, inclusive o laudo elaborado por perito judicial, questionado pela assessoria jurídica patronal. O juiz, por iniciativa própria, quando analisava os autos do processo para se manifestar, deixou seu gabinete, acompanhado de sua assessoria, munido de uma máquina fotográfica, foi à fábrica da Canguru Embalagens. Pessoalmente constatou as ponderações das partes e documentando fotograficamente cada situação. Decidiu, finalmente, pela concessão do direito, encerrando as discussões sobre as divergências, em primeiro grau.

O processo só se concluiu em outubro de 2014, com sentença no Superior Tribunal do Trabalho, que tornou o processo transitado em julgado. A partir da decisão terminativa em última instância, a diretoria

do sindicato tratou de colocar em prática a primeira meta do processo, conceder o direito ao adicional de periculosidade aos trabalhadores, no índice de 30% do salário de cada trabalhador.

A empresa apresentou proposta de incluir 10% na folha de março de 2015, mais 10% em abril de 2015 e finalmente mais 10% em maio de 2015 e a partir daí, mensalmente remunerar integralmente os trabalhadores. A proposta foi levada e aprovada por unanimidade em assembleia realizada em 1º de dezembro de 2014, no salão paroquial na Igreja Nossa Senhora da Salete, no bairro Próspera.

A outra providência foi negociar com a diretoria da empresa a contratação de um perito contábil para levantar quanto cada um dos trabalhadores terá de direito a receber a título de adicional de periculosidade. A tarefa é uma das mais complexas, conforme ilustra Carlos de Cordes.

Todo trabalhador de chão de fábrica que passou pela empresa a partir de setembro de 1998 deve ser considerado, pois tem direito a mais 30% de tudo que recebeu. É importante lembrar que inclusive aqueles trabalhadores que se aposentaram têm direito de rever seus benefícios e os beneficiários de trabalhadores que foram empregados da Canguru Embalagens e já morreram também têm direito a uma indenização. Não duvido que esta possa ser uma das maiores ações trabalhistas da história do movimento sindical de Criciúma e região, senão a maior, tanto em quantidade de trabalhadores beneficiados quanto de valores financeiros. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015)

Com o fim das controvérsias jurídicas em torno do instituto da “substituição processual”, prevista na Constituição Federal de 1988, a partir de 2005, a assessoria jurídica do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e região ingressou com quase 50 ações coletivas buscando recuperar direitos negados aos trabalhadores do setor, a maioria cobrando adicionais de insalubridade ou periculosidade, ou ambos, e regularização de jornadas de trabalho.

Até 2015, mais de 30 ações coletivas tiveram perícia judicial que constatou os direitos e as empresas acionadas fizeram proposta de acordo para implantar o pagamento dos adicionais na folha de pagamento dos trabalhadores e parcelamento para quitar os valores dos cinco anos anteriores ao início das ações. Todos os acordos firmados tiveram aprovação dos beneficiados em assembleias especialmente convocadas para este fim. A contabilidade da assessoria jurídica é de que mais de R\$ 30 milhões tenham sido pagos a trabalhadores, desde 2005, como ressarcimento dos direitos não pagos no passado.

O advogado Edson Mendes de Oliveira, assessor jurídico do Sindicato, instruiu os processos, faz o acompanhamento dos procedimentos e explica:

Como a fiscalização do Ministério do Trabalho é precária por falta de recursos humanos, ao longo dos anos os patrões decidiam por sua própria conta quais trabalhadores deveriam receber insalubridade ou periculosidade; o que fazemos é questionar as condições e quem, efetivamente, tem qual direito. (ENTREVISTA MENDES, 2015)

Dois fatores são importantes neste processo. Em primeiro lugar, relaciona De CORDES (2015), são os valores que os trabalhadores recebem. “É dinheiro do trabalhador, que tinha ficado por anos no bolso do patrão e que volta para onde deveria ter ido”. O outro aspecto é que a partir do acordo, que é judicial, as condições de trabalho nas indústrias ficam regularizadas e os adicionais de insalubridade e periculosidade passam a ser pagos legalmente. “Além disso, são recursos que movimentam a economia regional, já que os trabalhadores utilizam este dinheiro para suas necessidades pessoais e patrimoniais”, (CORDES, entrevista, 2015)

A contribuição deste processo para que trabalhadores tenham melhores condições nos locais de trabalho está confirmada na ata da reunião de diretoria de 7 de dezembro de 2007. O diretor José dos Passos Ferreira informa que “em virtude das ações que o Sindicato está promovendo as empresas Incoflat, Incomir e Copobrás estão implantando mudanças para melhorar as condições de trabalho. (ATA DIRETORIA DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007)



## 2.7 NOVOS MÉTODOS ADMINISTRATIVOS, FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

O quarto ponto desse período é a estruturação administrativa, a normalização das finanças e, sobretudo, o crescimento do patrimônio dos trabalhadores. Foi nesse período, que a diretoria do Sindicato adquiriu, em 2008, dois terrenos na Rua Treze de Maio, centro de Criciúma, pelo valor de R\$ 450 mil, pagos parceladamente, onde foi construída a nova sede social, inaugurada em 2013.

Na primeira reunião da diretoria empossada em 2005, em 30 de setembro daquele ano, a ata do encontro mostra a necessidade e a disposição dos empossados em reduzir custos. Está registrado:

Fica decidido que a partir de 1º de outubro os veículos do sindicato ficarão todos os dias após o expediente e nos finais de semana na garagem do sindicato e que serão colocados adesivos de identificação nos veículos; a liberação e gasolina só será possível em caso de emergência (doenças e coisas do gênero), pois a despesa fixa do sindicato está muito alta. A diretoria executiva fica encarregada de negociar com prestadora de serviço forma de redução de custos de telefonia celular e fixo, pois os custos estão muito elevados. A diretoria delibera também que doações e empréstimos para associados e diretores não serão mais permitidos. Presidente falou que “está um absurdo”, pois a inadimplência deixa o sindicato no prejuízo. As doações em geral e assinatura de jornais serão cortadas. (ATA DIRETORIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2005).

É neste período, também, que a diretoria dá melhor estrutura à prestação de serviços e de representação das categorias nos 29 municípios que integram a base territorial da instituição.

(...) o presidente comunicou investimentos na área de informatização, com aquisição de novas impressoras para emissão de cheques, recibos e carteirinhas e a diretoria autorizou a contratação de um jornalista e de uma pessoa para o setor finan-

ceiro do sindicato. (ATA DIRETORIA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2006)

É nesta lógica e por necessidade da complexidade dos métodos adotados para impor rigor e controle efetivo nos investimentos, que mais uma funcionária é contratada para operacionalizar a documentação do Departamento Financeiro e o Setor de Homologações de rescisões de contratos de trabalho passa a ter também mais uma funcionária.

É neste período, igualmente, a partir de 2007, que por decisão da diretoria é contratado um jornalista para atender as relações com a mídia e estabelecimento de políticas de comunicação com os trabalhadores representados e com a sociedade organizada em geral.

Além da atuação de representação dos trabalhadores em mesas de negociações anuais de convenções coletivas e, no decorrer do ano fiscalizando as condições dos locais de trabalho e do cumprimento das normas previstas em leis ou convenionadas, o Sindicato oferece assistência médica, odontológica e, até, opções de lazer aos associados.

O Sindicato, que adquiriu caráter combativo e de lutas depois de afastado o grupo que o fundou, no entanto, não se afastou do processo a que se submete a maioria dos demais congêneres, de manter um sistema assistencial aos seus associados e é um dos mantenedores da Comunidade Assistencial de Criciúma (Cascri), entidade fundada em abril de 1972, que oferece atendimento médico e dentário gratuito aos associados.

Conforme a contabilidade do sindicato, a cada mês, mais de 400 associados ou seus dependentes são atendidos gratuitamente por médicos clínicos gerais, pediatras, ginecologistas ou dentistas nos consultórios da Cascri, que funciona em sede própria, no primeiro andar do Edifício Bolonha, na Avenida Getúlio Vargas, centro de Criciúma. (PLASQUIM, 2013, p. 50).

Além da Cascri, o sindicato oferece aos associados uma rede de clínicas, laboratórios, médicos especialistas e tratamento de fisioterapia, entre outros serviços médicos, com descontos que chegam, até, a 50% do custo de atendimento particular. (PLASQUIM, 2013, p. 50).

O Sindicato mantém uma estrutura administrativa de duas funções para homologar rescisões de contratos de trabalho de profissionais de sua base de representação. A cada dia, em média, são feitas cerca de 30 homologações, fiscalizando o cumprimento das disposições da convenção coletiva das categorias representadas e dos direitos previstos na CLT. O mesmo serviço é prestado na subsede de São Ludgero, onde há concentração expressiva de empresas do setor de plásticos descartáveis e de trabalhadores representados. (CORDES, ENTREVISTA 2015).

A entidade sindical também mantém uma estrutura de assistência jurídica ao próprio sindicato e aos trabalhadores da categoria nas áreas trabalhista, previdenciária e cível, em Criciúma e São Ludgero.

## 2.8 CHAPA ÚNICA NAS ELEIÇÕES DE 2010

Única chapa inscrita a concorrer nas eleições marcadas para os dias 24 e 25 de junho de 2010 teve aprovação de 98,55% dos 1.358 votos válidos, recolhidos entre os associados na base territorial. A posse ocorreu em três de setembro. No site oficial do Sindicato, o presidente reeleito, Carlos de Cordes, ressalta que o resultado da eleição:

(...) amplia nossa responsabilidade e, sobretudo, nos dá entusiasmo para continuar o trabalho de representação que estamos desenvolvendo, com majoritária aprovação da categoria", avalia o presidente reeleito Carlos de Cordes, o Dé. O fato de a eleição contar com apenas uma chapa, naturalmente, não empolga e nem cria polêmica na categoria, mas de outro lado, mostra que a atual diretoria fez um trabalho a contento dos companheiros a ponto de não haver oposição", analisa Carlos de Cordes. Dé explica que a foi montado um sistema com uma urna fixa, na sede do sindicato, e outras 11 itinerantes. Somente em uma das indústrias do setor plástico onde estão cerca de 300 associados, mais de 70 estavam em férias ou afastados por doenças ou motivos particulares e, dessa forma, a quantidade de votos superou todas as expectativas. (<http://www.quimicoscriciuma.org.br/ acesso em 20 de janeiro 2015>)

A diretoria executiva empossada teve a seguinte composição: Carlos de Cordes (Presidente); Joel Bittencourt (Vice-Presidente); João Batista Albino Alves (Secretário-Geral); Jorge Marques Bittencourt (Tesoureiro Geral); Bruno Goulart (1º Tesoureiro); Edson Rebelo (Secretário de Administração e Patrimônio); Paulino do Nascimento (1º Secretário).<sup>8</sup>

As atas das reuniões de diretoria deste período, que vai de setembro de 2010 a setembro de 2015 e as entrevistas com dirigentes permitem estabelecer três aspectos representativos, com seus desdobramentos que marcam a trajetória do Sindicato.

A primeira constatação tem o cunho político da atividade sindical. Neste período, a diretoria do Sindicato intensifica e qualifica sua representação junto à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc), faz uma incursão no processo político-partidário com seu presidente sendo candidato a vereador, se filia a central sindical União Geral de Trabalhadores (UGT) e se fortalece, também, na representação junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Químico (CNTQ).

O segundo aspecto do período 2010-2015 é a consolidação do patrimônio dos trabalhadores com a construção de uma sede social, no centro de Criciúma e a aquisição de uma sede recreativa em Siderópolis. A situação é muito diferente da realidade do final dos anos 1990, quando faltavam recursos para pagar salários, era preciso fazer empréstimos todos os meses para saldar as despesas e, até, a energia elétrica da sede chegou a ser suspensa por falta de pagamentos. A gestão dos recursos do Sindicato naquele período resultou na renúncia ao cargo de tesoureiro do presidente fundador do sindicato, José Natalício Vieira, o Bizezo.

---

8 Os suplentes da diretoria empossados foram: Alberto Peres, Volnei Paes Constante, Maria Helena Aguiar, Sofia Custódio Vieira, Roberto Elias Rosso, Jair dos Santos e José dos Passos da Silva Ferreira. Os efetivos do Conselho Fiscal empossados foram: Valter Norberto Bongioiolo, Sônia Santiago e Juvenil Corrêa Silveira e os suplentes: Gonçalves Antônio Feliciano, Rosane Apolinário de Lima Ferreira e Giovani Flauzino. Os delegados representantes na Federação empossados foram: Anestor Ricardo Augustinho e Carlos de Cordes e os suplentes: Sergio Luiz da Rosa e Jenevaldo de Souza.

Finalmente se destaca neste período, a primeira greve dos trabalhadores das indústrias químicas da região, fato registrado em 2013 e que marcou a história da categoria, em um segmento que sempre foi marcado pela reduzida participação dos trabalhadores nas assembleias que tratavam das questões relacionadas às negociações coletivas com a classe patronal.

O fato da data-base dos trabalhadores químicos ser em 1º de novembro e, por tradição, repetir os mesmos parâmetros da negociação coletiva dos trabalhadores das indústrias plásticas, que têm data-base em 1º de abril, explica a única greve desde que a categoria está organizada. “Todos os anos, o sindicato patronal da indústria química seguia o acordo das indústrias plásticas, mas em 2013, isto não ocorreu e os trabalhadores decidiram pela greve”. (De Cordes, Entrevista 2015).

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região desde seus primeiros anos de fundação se associou à Fetiesc e esta relação se intensificou a partir dos anos 2000, quando os trabalhadores de Criciúma viram na Federação uma fonte de formação/qualificação e de incremento a sua própria organização da representação sindical.

Entendemos que sem capacitação não é possível uma atuação de representação a altura da realidade que enfrentamos; os patrões estão cada vez mais bem preparados, têm condições de contratar assessorias capacitadas. Por isso, decidimos que investir em qualificação era fundamental e vimos na Fetiesc uma fonte de informações e capacitação aos nossos diretores. A partir desta proposta passamos a participar muito mais das ações da Federação e conquistamos espaços importantes. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015).

O avanço cada vez mais expressivo da participação das mulheres na produção da indústria plástica, que atualmente a diretoria estima muito próxima de 50% do total, incentivou a participação de dirigentes e trabalhadoras em eventos específicos na Escola de Formação Sindical da Fetiesc, entre outros. A ata da reunião da diretoria de 24 de fevereiro de 2006 registra:

O presidente orientou que mulheres integrantes da diretoria se organizassem para participar de eventos da Departamento Feminino da Fetiesc, pois em 26/03/2006 será realizado o 7º Encontro Estadual de Mulheres, na Fetiesc, e o sindicato vai contratar um ônibus para levar mulheres da categoria para participar do evento.

Na reunião da diretoria do mês seguinte, em 31 de março, duas diretoras fazem relato positivo de participação no evento do Departamento Feminino da Fetiesc, conforme registra a ata: “as diretoras Sônia Santiago e Maria Helena Aguiar informaram que mulheres da categoria gostaram de participar do 7º Encontro das Mulheres Trabalhadoras e querem participar novamente no próximo ano” (ATA DIRETORIA 31 DE MARÇO DE 2006).

Na eleição da Fetiesc, em 2010, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região passou a ter três de seus dirigentes como diretores da Fetiesc, situação inédita entre todos os 42 sindicatos associados à Federação. Carlos de Cordes foi eleito para ocupar o cargo de 2º Vice-Presidente da entidade; Joel Bittencourt, para Secretário Jurídico de Negociações Coletivas; e Jorge Bittencourt, como suplente da diretoria executiva. Em 3 de dezembro de 2015, em nova eleição na Fetiesc, Carlos de Cordes e Jorge Bittencourt foram reeleitos e Joel deixou de integrar a diretoria da Federação.

Carlos de Cordes e Joel Bittencourt também estão no Departamento Químico da Fetiesc, um fórum permanente de debates do setor que reúne representantes de 18 sindicatos do estado. De Cordes é presidente do departamento e Bittencourt o secretário geral. As reuniões ocorrem mensalmente em encontros itinerantes conforme o calendário de eventos das instituições participantes.

É no Departamento Químico da Fetiesc que debatemos as questões relacionadas à remuneração, as condições econômicas do setor, as estratégias que vamos desenvolver em períodos de negociações coletivas. É um fórum de amplos debates e que reúne as principais lideranças do setor químico de Santa Catarina. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015).

Fundada em 2006, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Químico (CNTQ) em congresso que reuniu mais de 1,3 mil dirigentes sindicais de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Minas Gerais representa mais de 647 mil trabalhadores das indústrias do ramo químico do Brasil, informa a página da entidade na internet ([www.cnt.org.br](http://www.cnt.org.br)). O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região, Joel Bittencourt foi eleito pelo segundo mandato na CNTQ, agora como Secretário de Saúde, Segurança, Medicina do Trabalho e Meio Ambiente, representando os trabalhadores de Criciúma e Região.

A CNTQ tem como principal missão fortalecer os trabalhadores brasileiros e é o mais importante fórum do ramo químico, no qual estão inseridos os trabalhadores que representamos na região de Criciúma, pois as indústrias plásticas, naturalmente, também estão incluídas no ramo químico. A secretaria que ocupamos, é uma das mais importantes do ramo químico pela natureza das operações que a indústria desenvolve e estão entre as principais preocupações de nosso dia-a-dia. (ENTREVISTA BITTENCOURT, 2014).

Joel Bittencourt, na condição de dirigente da CNTQ, participou da Conferência Mundial das Indústrias de Celulose e Papel, realizada em novembro de 2012, em Estocolmo, na Suécia, promovida pela IndustriALL Global Union, entidade que representa 50 milhões de trabalhadores em 140 países.

Foi uma oportunidade importante de conhecer as relações entre capital e trabalho no chamado “primeiro mundo” e, principalmente, no momento, em que a Europa enfrentava uma de suas mais graves crises econômicas; além disso, pudemos acompanhar as estratégias e as formas de organização sindical neste cenário de incertezas tanto para trabalhadores quanto para patrões. (ENTREVISTA BITTENCOURT, 2014).

A candidatura à Câmara Municipal de Criciúma, em 2012, marcou a primeira experiência do presidente do Sindicato, Carlos de Cordes e da diretoria do sindicato, na política partidária. Filiado ao PC do B, ele

foi o 16º mais votado entre os candidatos do pleito criciumense, totalizando 1.939 votos, mas não se elegendo.

Faltaram 89 votos para que o PC do B somasse votos para eleger um vereador, mas o partido teve três candidatos impugnados pela justiça eleitoral por apresentarem irregularidades em suas inscrições. Os três somaram o dobro de votos que faltaram para o PC do B atingir o coeficiente eleitoral e conquistar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Criciúma. A votação, a mobilização da diretoria e apoio da categoria foram fatores importantes no processo, segundo avaliação do candidato.

A decisão pela candidatura foi uma decisão da diretoria e materializa uma posição que o movimento sindical vem alimentando nos últimos anos. Não basta estarmos junto à classe trabalhadora na luta, nos movimentos, é preciso que representantes da classe trabalhadora sejam também integrantes dos parlamentos, sejam municipais, estaduais ou federal, pois é onde nascem as leis e onde nossas vidas são decididas. Não tínhamos nenhuma experiência na política partidária e em campanhas eleitorais e todos nós aprendemos muito e este aprendizado não pode ser desperdiçado, vamos continuar buscando este espaço dos trabalhadores nos parlamentos. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015).

Outra decisão política tomada pela diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região se deu, oficialmente, em 8 de novembro de 2013, quando o presidente Carlos de Cordes assinou ficha de filiação à União Geral de Trabalhadores (UGT). O ato ocorreu durante a solenidade de inauguração da sede recreativa do sindicato, em Siderópolis. A opção foi referendada por decisão de diretoria e uma assembleia de trabalhadores da categoria especialmente convocada para este fim.

Por mais de dois anos estudamos a adesão a uma das centrais sindicais existentes no país. Conversamos bastante, nos reunimos com dirigentes de praticamente todas elas, ouvimos muitos planos e projetos, mas acabamos optando por uma central com boa capilaridade no estado, nos segmentos que atuamos como representantes da classe traba-



lhadora e, sobretudo, por uma central que apoiasse um projeto que a nossa diretoria apresentou. Entendemos que é fundamental um trabalho de união e mobilização da classe trabalhadora em nossa região e para isto precisamos estrutura e disposição para que isto ocorra e foi o que a UGT se comprometeu em fazer e está fazendo. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015).

A UGT surgiu da fusão da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e da Social Democracia Sindical (SDS) e é resultado da legislação e estratégias implementadas nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre os 2002 e 2010, que promoveram a reorganização do movimento sindical brasileiro (GALVÃO, 2012, p. 188).

Até então duas centrais dividiam os interesses e sindicatos de base no país: Central Única dos Trabalhadores (CUT), a primeira e mais antiga, e a Força Sindical (FS). O processo de aproximação entre elas se deu no primeiro governo Lula e se consolidou no segundo período com integrantes das centrais ocupando espaços no governo federal. Esta posição, contudo, gerou divergências e dissidências, especialmente na CUT, com o surgimento da Consultar e a Intersindical. (GALVÃO, 2012).

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), integrada predominantemente por federações e confederações, e a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) dissidência da Corrente Sindical Classista da CUT e integrada por maioria de lideranças do PC do B, completaram o cenário estabelecendo os critérios necessários para serem reconhecidas como centrais sindicais pela legislação e, conseqüentemente, receberem recursos do imposto sindical. (GALVÃO, 2012).

O relatório divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 18 de julho de 2014, que mostra os índices de representatividade de cada Central Sindical, com base na quantidade de trabalhadores filiados aos sindicatos de cada central até o dia 31 de dezembro de 2013, apontou que a liderança ainda é mantida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) com 34,39%, vindo em seguida a Força Sindical, com 12,59%; a União Geral dos Trabalhadores (UGT), com 11,92%; a Cen-

tral de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), com 9,33%; e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) com 8,01%. (<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/07/ministerio-divulga-representatividade-das-centrais-sindicais/> acessado em 30 novembro de 2015).

Em Criciúma além dos “químicos”, são filiados à UGT os sindicatos dos comerciários, vigilantes, asseio e conservação e dos trabalhadores em postos de revendas de combustíveis e serviços conexos. Ideologicamente não há uma unidade de pensamento ou atuação político-partidária, apesar da maioria das lideranças destes sindicatos serem filiados ao Partido dos Trabalhadores e siglas consideradas “de esquerda”.

Outra ação de política sindical desenvolvida pela diretoria do Sindicato, neste período, conforme apurado em entrevistas com dirigentes, foi um intercâmbio com trabalhadores da Argentina. Um grupo de seis sindicalistas, ligados à federação dos trabalhadores da indústria do papel da Argentina, esteve em Criciúma, em duas oportunidades, para um intercâmbio com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região e visitou indústrias que produzem copos e pratos de plástico descartável. O primeiro encontro ocorreu em 2011 e o segundo em 2012.

O intercâmbio foi estabelecido no estado pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina (Fetiesc). Dirigentes catarinenses, entre eles os criciumenses, também visitaram a Argentina, em 2010, e conheceram a organização sindical e indústrias naquele país. O grupo argentino participou de palestras sobre legislação trabalhista brasileira, direitos individuais e coletivos do trabalho, visitou uma indústria do setor de papel em Otacílio Costa e depois se deslocou a Criciúma.

Os argentinos conheceram o processo produtivo de uma das mais novas e modernas, indústria de descartáveis plásticos, a Cristalcopo, em Içara. A tecnologia avançada de máquinas para produção de copos e pratos descartáveis, produzidas na região de Criciúma, impressionou os visitantes. Depois, os sindicalistas estrangeiros visitaram uma indústria química de Biguaçu. (ENTREVISTA MARQUES BITTENCOURT, 2014).

A inauguração da nova sede social, na Rua Treze de Maio, número 36, no bairro Comerciário, foi considerada pela diretoria um dos marcos mais importantes na valorização do patrimônio da categoria. Construído com recursos próprios, o imóvel tem aparência de uma residência e foi projetado para atender as necessidades administrativas do Sindicato.

A solenidade ocorreu em 9 de maio de 2013 e encerrou um período de comemorações de 30 anos de fundação do sindicato. O ministro do Trabalho e Emprego à época, Manoel Dias, esteve entre os 300 convidados para o evento. O prédio tem quase 1 mil metros quadrados em três pavimentos. Além de salas para diretores, funcionários, assessoria jurídica e para homologações de rescisões de contratos de trabalho. O imóvel conta com um auditório com capacidade para cerca de 100 pessoas, onde são realizadas assembleias, reuniões de diretoria e eventos como seminários e palestras.

Como terceiro ponto marcante desse período, está a greve dos trabalhadores das indústrias químicas. Pelas circunstâncias em que ocorreu e por ter sido a primeira desde a fundação do sindicato, há 30 anos, a greve surpreendeu até mesmo a diretoria do Sindicato. Com data base em 1º de novembro os trabalhadores contabilizavam uma perda salarial de 5,5%, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O sindicato patronal tentou influenciar a assembleia dos trabalhadores, enviado seus gerentes e chefes de departamento, mas esta ação acabou provocando efeito contrário e em votação secreta a decisão da maioria foi pela greve, que começou na mesma noite da última assembleia, em Içara. (ENTREVISTA DE CORDES, 2015).

A imprensa deu ampla divulgação ao fim do impasse entre as classes trabalhadora e patronal, que teve intermediação da Gerência Regional do Ministério do Trabalho e emprego. O portal [www.engeplus.com.br](http://www.engeplus.com.br). Informou:

Terminou a greve dos profissionais das indústrias químicas e farmacêuticas da região de Criciúma. O acordo entre o sindicato e a categoria patronal foi estabelecido através da imediação do Ministé-

rio do Trabalho por volta das 1h30min dessa sexta-feira. Conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas Descartáveis e Flexíveis, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região, **Carlos de Cordes**, ficou acertado um aumento salarial de 8,5%, sendo a primeira parcela paga em novembro, de 7,5%, e 1% em março.

A categoria também elevou piso, de R\$ 885 para R\$ 1 mil, um aumento de 12,99%. “Conquistamos algo histórico também em nossa categoria, que é o aviso em relação aos acidentes de trabalho. Ficou acertado que a empresa possui um período de sete dias para informar ao sindicato o acidente ocorrido dentro da empresa. Isso é importante porque conseguimos manter um controle da segurança de cada local”, ressalta o presidente.

Também foi definido o aumento da Participação dos Lucros e Resultados (PLR) das empresas. O reajuste também é de 8,5%. “Até então, empresas que contavam com 30 funcionários ganhavam R\$ 440. Já a empresa com mais de 31 colaboradores recebia R\$ 680”, comenta.

Na região de Criciúma, três empresas estavam com as atividades paralisadas, cerca de 700 profissionais, que retornam ao trabalho gradativamente nesta tarde. Ao todo, o sindicato contabiliza 2,5 mil profissionais na categoria. A greve durou três dias, sendo que os trabalhadores não terão que pagar os dias parados. (<http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2013/termina-a-greve-dos-quimicos/>, acesso em 30 novembro de 2015).

Desde que foi fundado em 1983, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região, até o final da sua primeira fase de organização, no final dos anos 1990, registrou apenas uma greve de trabalhadores. O então presidente, José Natalício Vieira, o Bizezo, não chegou a acordo coletivo com as duas empresas do Grupo Jorge Zanatta – Canguru e Inza – e a produção parou por dez dias.

A partir do segundo período de organização, estabelecido por esta pesquisa, a partir do ano de 2002, quando Bizezo deixou de fazer parte da diretoria e da categoria, o cenário mudou nas relações da diretoria do sindicato com a classe patronal do ramo de descartáveis e embalagens plásticas. A prática de Bizezo era de promover acordos coletivos por empresas, em negociações das quais somente participavam os dirigentes ligados a ele. (DE CORDES. ENTREVISTA, 2015).

Sem o presidente fundador do Sindicato integrando a diretoria, a política implantada foi a de realização de negociações coletivas, não mais de acordos coletivos por empresas, quando os embates com o sindicato patronal passaram a ser mais frequentes, especialmente pela exigência de ganhos reais aos salários e valorização do piso salarial da categoria. “Fizemos greves em 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, em 2008 e 2014 estávamos em estado de greve quando fechamos acordo, e paramos também em 2015”. (DE CORDES. ENTREVISTA, 2015).

A análise sobre as três fases da organização dos trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas e os fatos decorrentes destes processos encerram o segundo capítulo deste trabalho acadêmico.

### 3 O PERFIL DOS TRABALHADORES E SEU OLHAR SOBRE O SINDICATO

O terceiro capítulo desta pesquisa sobre a trajetória da organização dos trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região, tem como base principal uma pesquisa desenvolvida com 400 trabalhadores do setor, nas principais indústrias e nos municípios com maior concentração de trabalhadores.

O tamanho da amostra é suficiente para uma margem de erro inferior a 5% e grau de confiabilidade se aproximando de 95%, considerando o universo a ser prospectado na ordem de 11 mil trabalhadores na base de representação do Sindicato estudado, conforme estatísticas disponíveis no site [https://pt.surveymonkey.com /mp/sample-size/?repeat=w3tc](https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/?repeat=w3tc).

Inicialmente desenvolveu-se um questionário estruturado para definir o perfil dos trabalhadores nas indústrias do setor, contemplando informações como sexo, renda familiar e pessoal, idade, grau de instrução e disposição para continuar ou retomar os estudos, estado civil, quantidade de filhos, tempo do trabalhador no mercado de trabalho, na empresa atual e a função que ocupa.

O questionário também contempla questões relacionadas à visão que o trabalhador tem do Sindicato que o representa, em que oportunidade procura o Sindicato e se aprova, ou não a atuação da diretoria do Sindicato. O trabalhador também é questionado sobre questões políticas-partidárias, das formas como recebe informações da categoria, e, finalmente, se, e de que forma ele, ou ela, acessa a internet e as redes sociais mais populares, como *Facebook*, *Whatsapp*, *Twitter*, entre outras, já que a rede mundial de computadores é uma das novas ferramentas de interação entre os trabalhadores e seus representantes.

O Sindicato desde 2015 vem projetando novas investidas para melhorar seu desempenho de comunicação utilizando as redes sociais da internet para informar seus representados de assuntos de interesse da categoria. É tido como meta, ainda em 2016, passar a utilizar estas ferramentas para mobilizações em situações que exijam a participação dos trabalhadores como em greves, por exemplo, ou assembleias. Um aplicativo para esse fim foi adquirido e entra em funcionamento no primeiro

semestre de 2016. A diretoria, também, está ativando os Departamentos de Comunicação para incrementar este processo via redes sociais.

Na prática a pesquisa foi realizada no horário de intrajornada dos trabalhadores. Em todas as empresas visitadas, a jornada de trabalho era em turno e os profissionais tinham uma hora para alimentação e descanso. Autorizado pela diretoria da empresa, este pesquisador se apresentava aos trabalhadores quando estes se preparavam para o almoço ou jantar, explicava os objetivos da pesquisa e pedia a colaboração.

Com o aceite coletivo nos refeitórios, cada trabalhador recebia um questionário em três páginas e uma caneta. O preenchimento era feito, em média, em quatro minutos. Apenas um trabalhador se negou a preencher o questionário, um jovem de aproximadamente 25 anos. Quatro empresas não se dispuseram ou criaram empecilhos para permitir a entrada em suas dependências, mesmo tendo recebido todas as informações a respeito da pesquisa, inclusive cópia do questionário a ser aplicado.

Foram pesquisados trabalhadores das empresas<sup>9</sup> Canguru Embalagens S/A, Anjo Química do Brasil, Plasson do Brasil Equipamentos para Avicultura e Manchester Química do Brasil S/A em Criciúma; Cristalsul Indústria de Produtos Plásticos S/A (Cristalcopo), Copaza Descartáveis Plásticos Ltda e Tintas Farben S/A, no município de Içara; Precon Plásticos S/A e Resicolor Tintas S/A em Siderópolis; Minaplast Descartáveis S/A em Urussanga e DPMC Descartáveis, em Morro da Fumaça.

Concluído o trabalho de coleta de informações, os dados dos questionários foram transferidos para uma planilha do programa Microsoft Excel 2010 e, posteriormente, tabulados, com produção de quadros,

---

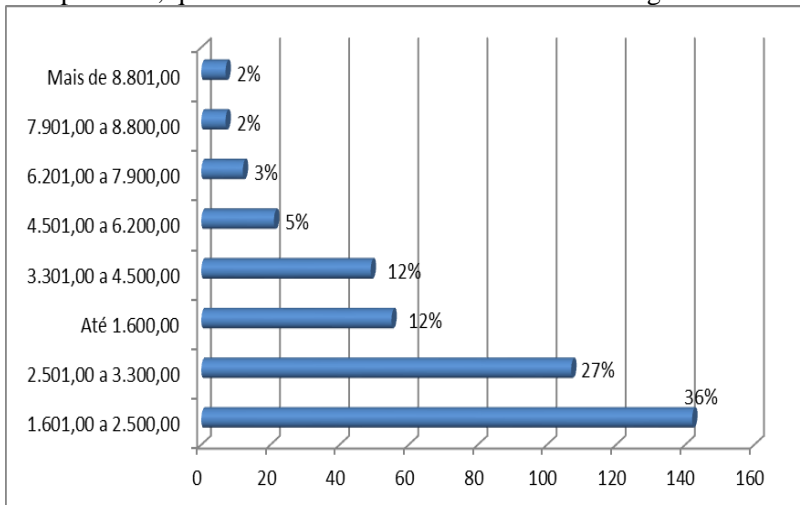
<sup>9</sup> A reta final da coleta de dados coincidiu com uma série de oito assembleias que a diretoria do Sindicato realizou nos municípios de Içara, Criciúma, Urussanga e São Ludgero, abrindo a campanha salarial 2015/2016. Os encontros serviram para elaboração do rol de reivindicações a ser apresentado aos sindicatos patronais. Antes de cada, assembleia foram distribuídos os últimos 60 questionários, a princípio reservados para uma grande empresa de Morro da Fumaça e outras de São Ludgero e Orleans, as que criaram dificuldades e impediram que seus trabalhadores respondessem os questionários no interior das fábricas, como as demais.

gráficos e tabelas que permitiram a visualização dos dados coletados e sua devida análise.

### 3.1 O PERFIL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS

Em relação as rendas familiar e pessoal, a pesquisa levou em consideração o valor do salário mínimo vigente, R\$ 880,00. No quesito “Renda Familiar”, a maioria dos trabalhadores questionados, 36%, se inserem em uma faixa entre dois e três salários mínimos e se ampliada esta faixa até a um valor em torno de quatro salários mínimos, próximo de R\$ 3.500,00, tem-se 77% do universo pesquisado. Apenas 2% dos entrevistados informaram perceber acima de oito salários mínimos e somente dois acima de dez salários mínimos, ou seja, mais que R\$ 8.800,00.

Gráfico 4 – Renda familiar dos trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região.



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

O gráfico acima indica, portanto, que 12% dos trabalhadores do setor sustentam suas famílias com o piso da categoria, R\$ 1.210,00, ou seja, mantém seus familiares com um salário mínimo e meio. Como se verá a seguir, mais de 50% das famílias dos trabalhadores pesquisados têm até dois filhos. Em um recorte crível existem casos em que famílias



de quatro pessoas sobrevivem com um salário inferior a R\$ 1.600,00, e muito mais provável, ainda, que o trabalhador ganhe o piso da categoria, fixado em R\$ 1.210,00, nas empresas das indústrias plásticas e R\$ 1.250,00, nas do ramo químico.

A matemática pura conduz a realidade de famílias que, formadas por um casal e dois filhos, vivem com renda per capita inferior a média nacional de 2015, estimada em R\$ 1.113,00, conforme o último levantamento divulgado pelo IBGE, em 26 de fevereiro de 2016. Os valores médios divulgados variam entre R\$ 2.252,00, do Distrito Federal, o maior valor do Brasil, e R\$ 509,00 no Maranhão (menor valor) constatado pela Pesquisa Nacional da Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, uma coleta domiciliar que, a cada três meses, apura dados socioeconômicos em mais de 200 mil residências, em 3.500 cidades brasileiras, de todas as regiões. O valor apurado na pesquisa realizada na região de Criciúma apresenta, ainda, renda per capita média inferior a Santa Catarina, como se verifica no quadro abaixo.

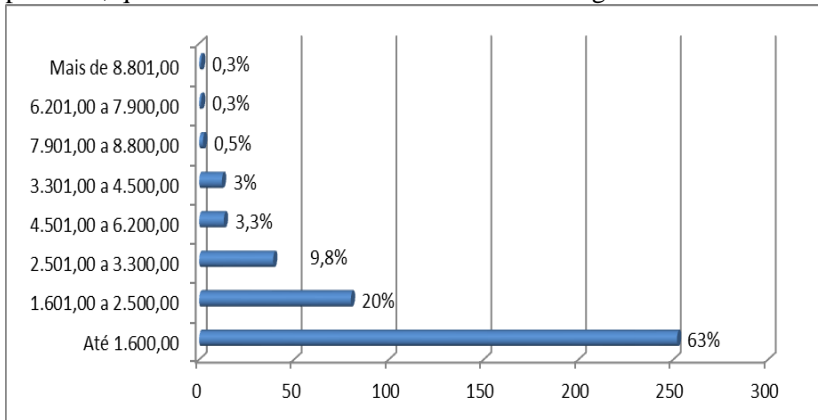
Tabela 10 – Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação – 2015

Unidades da Federação	Renda per capita	Unidades da Federação	Renda per capita
Brasil	1113	Alagoas	598
Rondônia	822	Sergipe	782
Acre	752	Bahia	736
Amazonas	752	Minas Gerais	1128
Roraima	1008	Espírito Santo	1074
Pará	672	Rio de Janeiro	1285
Amapá	849	São Paulo	1482
Tocantins	818	Paraná	1241
Maranhão	509	Santa Catarina	1368
Piauí	729	Rio Grande do Sul	1435
Ceará	680	Mato Grosso do Sul	1045
Rio Grande do Norte	818	Mato Grosso	1055
Paraíba	776	Goiás	1077
Pernambuco	822	Distrito Federal	2252

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2015.

Mais da metade dos entrevistados, 63%, informaram ter renda pessoal de até R\$ 1.600,00. No segundo patamar proposto, para renda entre dois e até três salários mínimos (até R\$ 2.500,00), 20% afirmaram se inserir. Apenas um dos abordados declarou ter renda pessoal superior a dez salários mínimos, como evidencia o gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Renda pessoal dos trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região.



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Nos últimos dez anos, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores tem conseguido ganhos reais nas negociações coletivas das categorias e atuado para elevar o piso da categoria. Esta prática é uma política sindical praticada em todo país e em todas as categorias. O objetivo é forçar que a classe patronal, a partir da elevação do piso, eleve os ganhos para os trabalhadores mais graduados e com maior tempo de trabalho na mesma empresa. A intenção, contudo, não se transforma em total realidade, já que a maioria dos trabalhadores recebe o piso ou muito pouco acima disto.

Em dez anos, no entanto, a evolução nominal dos salários é representativa, com os trabalhadores das empresas das indústrias plásticas passando de R\$ 480,61 em 2005 para R\$ 1.210,00 em 2015, praticamente triplicando o valor no período. Os “químicos” tiveram uma elevação ainda maior, saindo de R\$ 429,28 para R\$ 1.221,00. Cabe ressaltar que

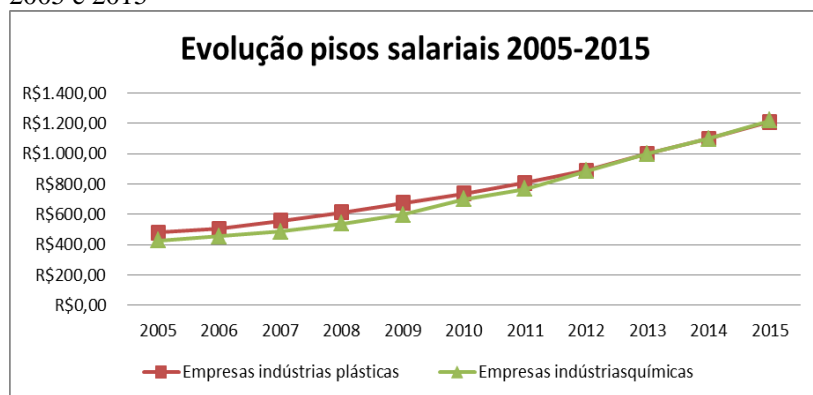
as duas categorias têm datas-bases diferentes. Os do setor plástico negociam salários a partir de 1º de abril, enquanto os demais têm sua negociação coletiva com base em 1º de novembro e os dados estudados se limitam a 2015, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 11 – Série histórica do piso das categorias representadas entre 2005 e 2015

Ano	Empresas indústrias plásticas	Empresas indústrias químicas
2005	R\$ 480,61	R\$ 429,28
2006	R\$ 504,64	R\$ 455,04
2007	R\$ 557,91	R\$ 487,00
2008	R\$ 613,70	R\$ 540,00
2009	R\$ 675,07	R\$ 599,40
2010	R\$ 735,82	R\$ 698,76
2011	R\$ 809,40	R\$ 769,40
2012	R\$ 890,34	R\$ 885,00
2013	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
2014	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
2015	R\$ 1.210,00	R\$ 1.221,00

Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Gráfico 6 – Série histórica do piso das categorias representadas entre 2005 e 2015



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Os valores dos pisos salariais dos dois segmentos deflacionados, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculados pelo aplicativo disponível no site do Banco Central do Brasil, de-

nominado “Calculadora do Cidadão”, disponível em <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>, resultou nas duas tabelas a seguir:

Tabela 12 – Série histórica dos pisos salariais nas indústrias plásticas entre 2005 e 2015

Ano	Pisos salariais à partir de abril de	Valor deflacionado Até 04/2015
2005	R\$ 480,61	R\$ 839,43
2006	R\$ 504,64	R\$ 846,27
2007	R\$ 557,91	R\$ 905,75
2008	R\$ 613,70	R\$ 944,37
2009	R\$ 675,07	R\$ 980,74
2010	R\$ 735,82	R\$ 1015,18
2011	R\$ 809,40	R\$ 1.050,45
2012	R\$ 890,34	R\$ 1.100,81
2013	R\$ 1.000,00	R\$ 1.153,17
2014	R\$ 1.100,00	R\$ 1.201,04
2015	R\$ 1.210,00	- 0 -

Fonte: <https://www3.bcb.gov.br/> Pesquisa do autor (2016)

Tabela 13 – Série histórica dos pisos salariais das indústrias químicas entre 2005 e 2015

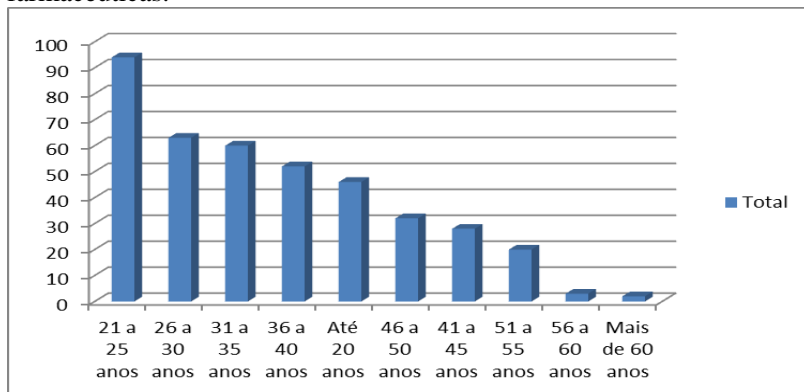
Ano	Pisos salariais à partir de abril de	Valor deflacionado Até 11/2015
2005	R\$ 429,28	R\$ 770,36
2006	R\$ 455,04	R\$ 756,57
2007	R\$ 487,00	R\$ 812,05
2008	R\$ 540,00	R\$ 839,51
2009	R\$ 599,40	R\$ 894,50
2010	R\$ 698,76	R\$ 973,36
2011	R\$ 769,40	R\$ 1.002,09
2012	R\$ 885,00	R\$ 1.108,53
2013	R\$ 1.000,00	R\$ 1.186,33
2014	R\$ 1.100,00	R\$ 1.227,11
2015	R\$ 1.221,00	- 0 -

Fonte: <https://www3.bcb.gov.br/> Pesquisa do autor (2016)

Os jovens com idade até 30 anos predominam nas empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas pesquisadas, totalizando 50,5%. A maioria dos trabalhadores dos setores pesquisados estão sujeitos a insalubridade ou periculosidade em suas atividades profissionais. Consequentemente, esses profissionais são contemplados com benefícios de aposentadoria especial aos 25 anos de efetiva atividade. Além disso, foi possível notar durante a consulta aos trabalhadores a longevidade deles em algumas empresas, como a Canguru Embalagens, por exemplo.<sup>10</sup>

Diante deste raciocínio – aposentadoria precoce e tempo de trabalho na mesma empresa – chama atenção a presença de mais de 20% dos entrevistados com idade superior a 46 anos na ativa, muitos já aposentados, entre eles dois com mais de 60 anos de idade.

Gráfico 7 – Idade trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas.



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

O nível de escolaridade dos trabalhadores pesquisados é de ensino médio completo, com 139 respostas, ou 34% do total, considerando que foram contabilizadas respostas com mais de uma opção, já que se constataram ocorrências de questionados com ensino médio completo e

<sup>10</sup> A maioria dos trabalhadores das empresas das indústrias plásticas está sujeita a atividades insalubres e parte representativa se submetem a situações de periculosidades. No primeiro caso, por terem comprometimento de suas saúdes, recebem adicionais em relação ao salário mínimo (de 20% a 40%), dependendo do grau de insalubridade e de 30% sobre o salário em caso de periculosidade.

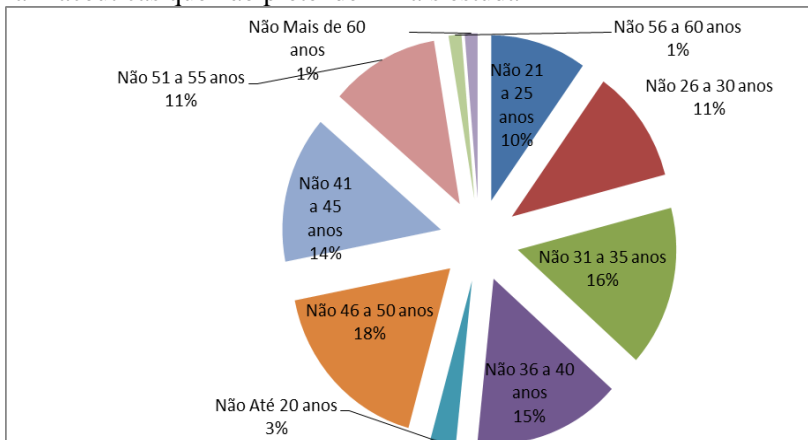
curso superior incompleto, por exemplo. Dos ouvidos, 52 têm ensino médio completo, igual número de trabalhadores que concluíram curso técnico e 17 não concluíram o curso profissionalizante.

Um total de 39 entrevistados informou ter concluído o ensino fundamental e 36 não concluíram esta fase. O curso superior foi completado por 26 trabalhadores entre os 400 pesquisados e 33 não concluíram a graduação. Ao todo, 33 não concluíram o ensino superior e 21 declararam terem curso de pós-graduação.

Entre as citações de participação em cursos técnicos, o mais indicado foi o de química, 16 vezes, seguido de eletrotécnica (12), eletromecânica (5), mecânica (5), administração, segurança do trabalho (3), contabilidade (2), informática (2), eletrônica (2), logística (2), processos gerenciais (2) e com uma indicação: edificações, elétrica residencial, enfermagem, gestão RH, manutenção automotiva, mecânica, mineração e radiologia.

A pergunta “Pretende continuar estudando?”, entre os 400 entrevistados, 247, ou 63% responderam afirmativamente, e 153 não pretendem retornar aos bancos escolares. Surpreende que deste total, 83 respostas foram de trabalhadores com até 40 anos de idade, ou seja, 54% não pretendem elevar seu nível de escolaridade.

Gráfico 8 – Idade dos trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas que não pretendem mais estudar

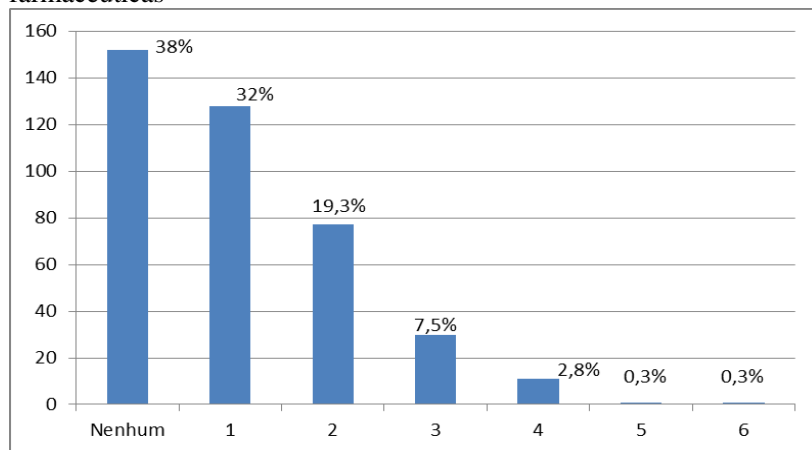


Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Considerando-se o estado civil casado e os que se declararam em união estável tem-se 65% da massa trabalhadora nas empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região, conforme a coleta de dados realizada. São 203 casados e 58 em união estável. Declararam-se solteiros 111 trabalhadores, enquanto 13 informaram ser “separados”, 11 divorciados e quatro viúvos.

O controle de natalidade fica explícito com a análise do número de filhos informados. Apesar de existência de raros casos de “pais ou mães solteiros”, um total de 152 trabalhadores informou não ter filhos e entre estes 46 são casados. Os solteiros que declaram ter filhos totalizam 19. Entre os que têm filhos, a maioria, 128, ou 32%, têm apenas um filho. Apenas um tem seis filhos, outro tem cinco, 11 entrevistados revelaram ter 4 filhos, 30 têm 3 e 77 são pais de dois filhos.

Gráfico 9 – Filhos por trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas

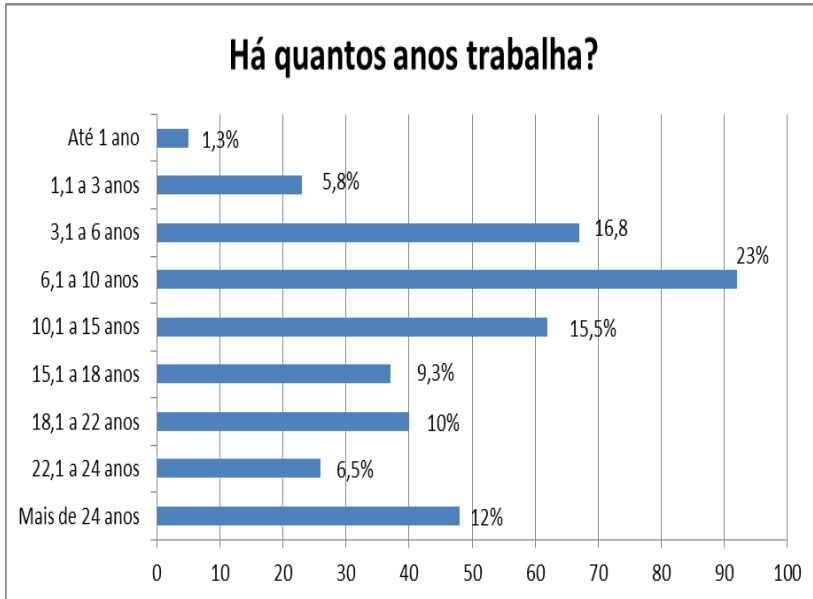


Fonte: Pesquisa do autor (2016)

A pesquisa buscou, também, avaliar o tempo em que os trabalhadores estão no mercado e constatou que a maioria, 92 dos 400 entrevistados, ou 23%, trabalham entre 6,1 e 10 anos. Os mais experientes, que estão há mais de 24 anos no mercado de trabalho, totalizam 48 profissionais e representam 12% da categoria. Entre os entrevistados, em primeiro emprego, iniciando carreira, foram identificados apenas cinco trabalhadores, que informaram estar há menos de um ano no mercado. Unindo os percentuais dos que estão até seis anos trabalhando, no entan-

to, chega-se ao valor de 23,9% do total dos entrevistados, que podem ser considerados “novos” integrantes da classe trabalhadora. Acrescido a este contingente, os que estão até 10 anos no mercado de trabalho, chega-se a 46,9% da categoria, ou seja, uma massa trabalhadora jovem.

Gráfico 10 – Tempo de trabalhadores das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas no mercado de trabalho



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

O “real” perfil do trabalhador das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas pode ser considerado, pelo que apontou a pesquisa, quem está há mais de seis anos no mercado de trabalho. Cruzando este dado com o tempo de trabalho na mesma empresa, isolando a faixa de até 15 anos no mercado, e cruzando com os dados de renda pessoal, se pode concluir que a maioria dos trabalhadores, mesmo depois de passado o período de “maturação”, também são aqueles que percebem os menores salários. Em outras palavras, o trabalhador não cresce profissionalmente e vai até o fim da carreira ganhando o piso da categoria, conforme a tabela a seguir.



Tabela 14 – Perfil do trabalhador de 6 a 15 anos no mercado de trabalho das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas

No mercado há x renda pessoal:	Quantidade
<b>6,1 a 10 anos</b>	<b>92</b>
Até 1.600,00	71
1.6001,00 a 2.500,00	13
2.501,00 a 3.300,00	7
3.301,00 a 4.500,00	1
<b>10,1 a 15 anos</b>	<b>62</b>
Até 1.600,00	38
1.6001,00 a 2.500,00	13
2.501,00 a 3.300,00	7
3.301,00 a 4.500,00	1
4.501,00 a 6.200,00	2
7.901,00 a 8.800,00	1
<b>Total Geral</b>	<b>154</b>

Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Se o setor tem número reduzido de trabalhadores iniciando carreira, o mesmo não se pode afirmar em relação a rotatividade nas empresas do setor. Dos entrevistados, 43,6% está há, no máximo, três anos na mesma empresa em que está atuando. No primeiro ano de atividades no atual emprego se inserem 22,3% do total de entrevistados, ou seja, 89 trabalhadores.

Tabela 15 – Tempo de trabalho na empresa atual

Anos na mesma empresa	Quantidade	Percentual
Até 1 ano	89	22,3%
1,1 a 3 anos	85	21,3%
3,1 a 6 anos	77	19,3%
6,1 a 10 anos	48	12,0%
10,1 a 15 anos	33	8,3%
18,1 a 22 anos	29	7,3%
15,1 a 18 anos	20	5,0%
Mais de 24 anos	12	3,0%
22,1 a 24 anos	7	1,8%
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa do Autor (2016)

Entre os 89 trabalhadores que se enquadraram na condição de “até um ano na empresa atual”, como questionado, 30 deles têm até 20 anos de idade, 26 até 25 anos e 14 até 30 anos. Unindo as três faixas é possível afirmar que 78% dos que estão no primeiro ano na atual empresa, têm até 30 anos de idade. Entre os entrevistados que informaram estar entre 1,1 ano até 3 anos na empresa atual, 57 têm até 30 anos de idade, entre 85 que se encontram nesta situação. Assim, entre os 400 entrevistados, 174 trabalhadores estão há 3 anos, ou menos, na mesma empresa, ou 43,5% do total.

As elevadas taxas de rotatividade são consideradas um “sério problema” (Dieese, 2001), que afeta o funcionamento do mercado de trabalho. Aos trabalhadores, conforme o estudo, o problema começa com a insegurança em relação ao contrato de trabalho, que o conduz a períodos de desemprego, e a conseqüente garimpagem no mercado por uma nova vaga, que pode vir acompanhada de rebaixamento salarial. O processo também compromete a formação profissional do trabalhador, já que pode culminar com interdição de aprendizagem que vinha ocorrendo e consolidação da experiência no exercício da função que exercia.

Do lado empresarial, a literatura da área de Recursos Humanos é enfática ao apontar os custos decorrentes do processo de seleção e de treinamento e de avaliação do admitido contratado para substituir o desligado; a perda de “capital intelectual”; os problemas decorrentes da “aculturação” do novo trabalhador, de forma mais ampla; a influência da rotatividade sobre a “saúde organizacional”, com impactos negativos sobre a produtividade e a lucratividade das empresas. (DIEESE, 2011, pag. 11).

O dado sobre a rotatividade no setor também é considerado preocupante pela representação sindical e, explicação, até, para o elevado nível de acidentes de trabalho registrados no setor.

Se tornou rotina o trabalhador ser contratado e ir no mesmo dia para o chão da fábrica, sem nenhum tipo de treinamento ou preparação para a atividade que vai exercer. E ele está diante ou no entorno de máquinas e equipamentos que podem colocar sua vida em risco. Como a rotatividade acaba sendo

grande entre as empresas, em pouco tempo na mesma empresa o trabalhador pode assumir o cargo de operador de máquinas, despreparado e os acidentes são consequência desta situação. Estamos começando a reunir informações sobre estes acidentes, pois a partir de 2014, efetivamente, nossa negociação coletiva obriga as empresas enviarem cópia ao sindicato de cada Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) emitida. (ENTREVISTA DE CORDES, 2016).

A explicação para a rotatividade não está ligada tão somente a questão salarial. Um dos fatores ponderados por dirigentes sindicais, inicialmente, é o praticamente “pleno emprego” do setor, apesar da “crise político-econômica” que se registra no país desde 2015. As empresas das indústrias plásticas e químicas não demitem em massa até o primeiro trimestre de 2016, mantendo o padrão do ano anterior, não alterando o cotidiano do setor de homologações do Sindicato.

Pesam na rotatividade setorial fatores como empresas que oferecem perspectivas de evolução salarial e profissional baseados em tempo de trabalho, regularidade da frequência e qualificação profissional do trabalhador.

Tem importância nas decisões de troca de uma empresa por outra, além de alguma vantagem salarial, naturalmente, a proximidade da indústria com a residência do trabalhador, plano de saúde familiar, regularidade na quitação dos salários, qualidade do refeitório e da alimentação servida e, até, planos de participação em lucros e resultados das empresas.

Portanto, pode-se afirmar que a rotatividade dos trabalhadores configura-se em uma resistência individual dos trabalhadores para enfrentar/driblar as péssimas condições de trabalho e melhorarem suas vidas.

A pesquisa prospectou, também, qual era a função atual do pesquisado. Ao total, foram sistematizadas mais de 60 funções diferentes. As que mais se repetiram, no entanto, foram de “auxiliar de produção” e “operador de máquina”, que juntos somaram mais da metade das respostas catalogadas.

Tabela 16- Funções de trabalhadores nas empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região

Função	Quantidade
Auxiliar	150
Operador de Máquinas	118
Administrativo	23
Expedição	18
Manutenção	15
Encarregado	15
Laboratório	13
Formulador	8
Não informou	7
Analista	7
Gerente	6
Almoxarifado	5
Líder	4
Estagiário/Aprendiz	3
Técnico segurança	3
Colorista	2
Motorista	1
Pedreiro	1
Vendedor	1
<b>Total geral</b>	<b>400</b>

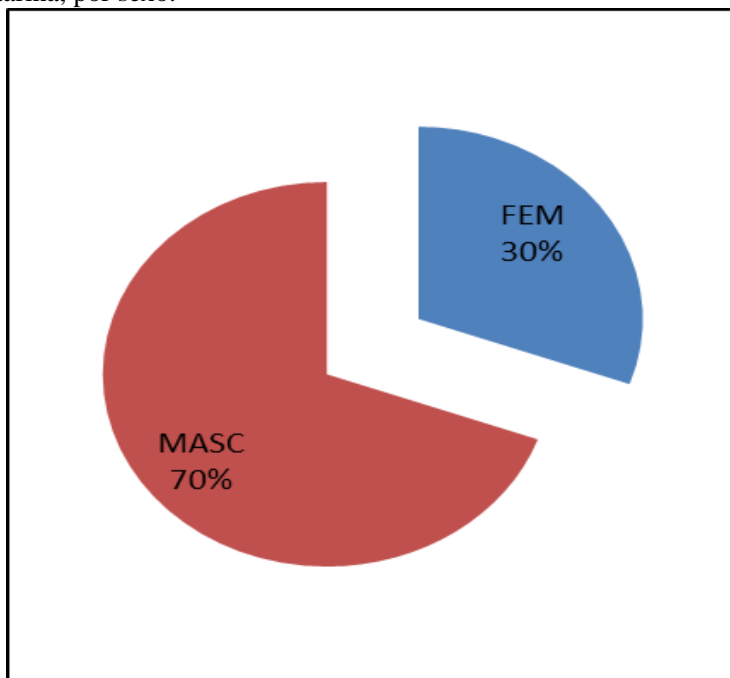
Fonte: Pesquisa do autor (2016)

A participação feminina nas linhas de produção das empresas é notável ao entrar em qualquer das fábricas das indústrias plásticas e químicas da região de Criciúma, mas especialmente nas que produzem produtos plásticos descartáveis.

A pesquisa realizada aproximou-se do resultado apontado pela RAIS/2014, que estima em 37% a participação de mulheres no processo produtivo nas empresas das indústrias plásticas, na região de Criciúma e área base de representação do Sindicato estudado. Entre os 400 entrevistados, 122 são mulheres, a maioria atuando em funções do “chão de

fábrica”, principalmente nas empresas produtoras de descartáveis plásticos.

Gráfico 11– Ocupação dos postos de trabalho na região sul de Santa Catarina, por sexo.

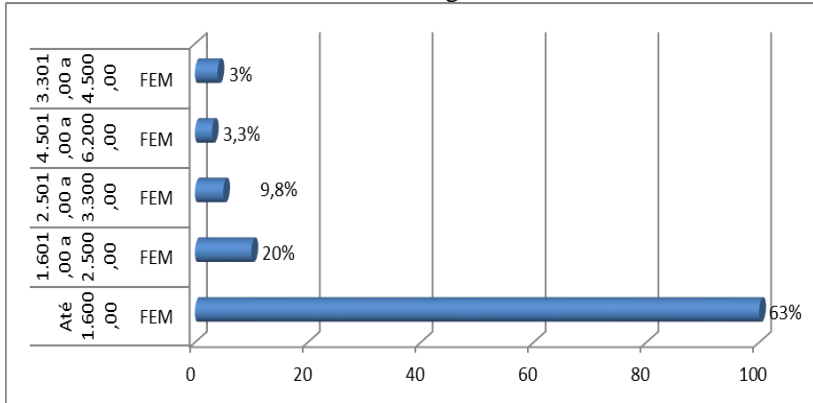


Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Das 122 mulheres entrevistadas, 100 delas, ou seja, 82% do total se inserem na primeira faixa de renda pessoal, percebendo mensalmente, no máximo, R\$ 1.600,00. O segundo maior contingente, com dez trabalhadoras está na faixa salarial de R\$ 1.601,00 a R\$ 2.500,00. Cinco delas ficam entre R\$ 2.501,00 e R\$ 3.300,00, quatro percebem entre R\$ 3.301,00 e R\$ 4.501,00 e apenas três têm renda mensal entre R\$ 4.501,00 e R\$ 6.200,00.

Nas duas últimas faixas de renda propostos, acima de R\$ 6.201,00 e superior a R\$ 8.801,00, nenhuma mulher foi identificada na pesquisa.

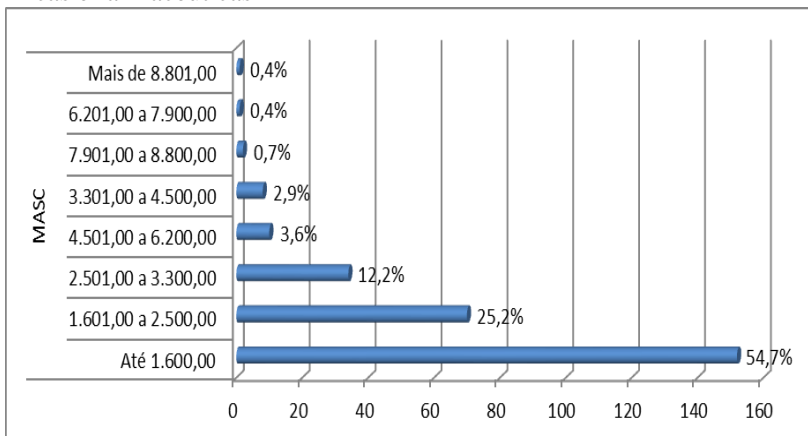
Gráfico 12 – Renda pessoal trabalhadoras nas indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

No mesmo raciocínio, quando se compara renda pessoal em relação ao sexo, fica discrepante a diferença em relação aos salários masculinos. Entre os 278 trabalhadores entrevistados um total de 152 deles, ou 54%, declararam ter renda pessoal de até R\$ 1.600,00. Visto de outra forma, de cada 100 mulheres, oitenta e duas ganham o piso da categoria, enquanto entre os homens, a cada 100 trabalhadores, apenas 54 têm os menores salários da categoria.

Gráfico 13 – Renda pessoal trabalhadores nas indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Mesmo nos cargos de maior expressão na hierarquia das empresas, as mulheres exercem funções semelhantes aos homens e têm remuneração menor, como foi possível constatar na pesquisa. Entre as 122 ouvidas, foram identificadas apenas duas gerentes, uma com salário entre R\$ 3.301,00 e R\$ 4.500,00 e outra na faixa seguinte, de R\$ 4.501,00 a R\$ 6.200,00. Entre os homens foram identificados quatro gerentes, sendo dois na faixa de R\$ 4.501,00 e R\$ 6.200,00, outro com salário entre R\$ R\$ 7.901,00 e R\$ 8.800,00 e um percebendo mais de R\$ 8.801,00. Na prática, eles são em maior quantidade e têm, até, o dobro do salário delas.

Galvane (2016) identificou esta realidade em entrevistas com gestores de recursos humanos de empresas da indústria de material plástico no município de Orleans, um dos principais polos da indústria de produtos plásticos descartáveis e de embalagens da região de Criciúma. A pesquisa de Galvane revelou que não se discrimina por gênero, mas utiliza-se a estratégia de cargos e funções para remunerar de forma diferente trabalhadores e trabalhadoras.

Ao entrevistar gestores de recursos humanos, Galvane (2016) percebeu que a situação discriminatória está inserida na cultura daquela comunidade, com as mulheres se preocupando em trabalhar, contribuir na renda familiar e não exigindo melhores salários e funções mais qualificadas na linha de produção, especialmente.

A realidade da discriminação, não por gênero, mas por funções e salários que colocam as mulheres em desvantagem no processo produtivo das empresas das indústrias plásticas de descartáveis e flexíveis, especialmente, vem sendo constatada pela diretoria do Sindicato, inclusive com depoimento de uma integrante da diretoria

Trabalho há 22 anos na mesma empresa, produzimos descartáveis; entrei como auxiliar de produção e continuo na mesma função. Quando aparece uma vaga para operar uma máquina que dá melhor salário, a empresa, normalmente, prefere os homens para se promovido, mesmo que eles tenham menor experiência que a gente. Mas, esta realidade está aos poucos mudando, as novas que estão entrando para trabalhar no chão de fábrica não se conformam e já temos na empresa que tra-

balho, mulheres operando máquinas, por exemplo. (ENTREVISTA AGUIAR, 2016)

Reativando o Departamento da Mulher, que já existiu no final dos anos 1990 e criando o Departamento da Juventude, também com o objetivo de envolver práticas e políticas que proporcionem condições de maior participação das jovens mulheres no processo do movimento sindical, a diretoria do Sindicato acredita estar encaminhando soluções. “Com estas providências acreditamos que possamos começar a reverter esta condição das mulheres e dos jovens, tanto no cotidiano das empresas em relação aos locais de trabalho quanto seus comprometimentos com as causas coletivas e do movimento sindical” (DE CORDES, 2016).

### 3.2 O SINDICATO VISTO PELA CATEGORIA

Concluída a etapa de definição do perfil do trabalhador, a pesquisa passou a apurar questões relacionadas a organização dos trabalhadores, para saber quantos e quem são os sindicalizados e que visão têm da atual e anteriores administrações da entidade representativa. A questão de avaliação de diretorias anteriores se mostrou prejudicada por dois aspectos constatados no decorrer da consulta aos trabalhadores nos locais de trabalho.

Em primeiro lugar “administrações anteriores”, caracterizadas na primeira fase da trajetória do Sindicato remonta aos anos de 1990 e, além disto, a categoria, em virtude das suas características – insalubridade/periculosidade – aposenta seus profissionais com 25 anos de efetivo trabalho. Assim, a quantidade de respostas de “não sabe” se sobressaiu, impedindo a análise da opinião dos entrevistados no atual quadro de trabalhadores.

A consulta aos trabalhadores confirmou a relação categoria x associados, informada pela diretoria do Sindicato, que seriam em torno de 2,5 mil sócios para os 11 mil trabalhadores representados. Entre os 400 entrevistados, 109, ou 27,3% disseram ser “sindicalizados”, enquanto os demais 291, ou 72,8% não são associados.

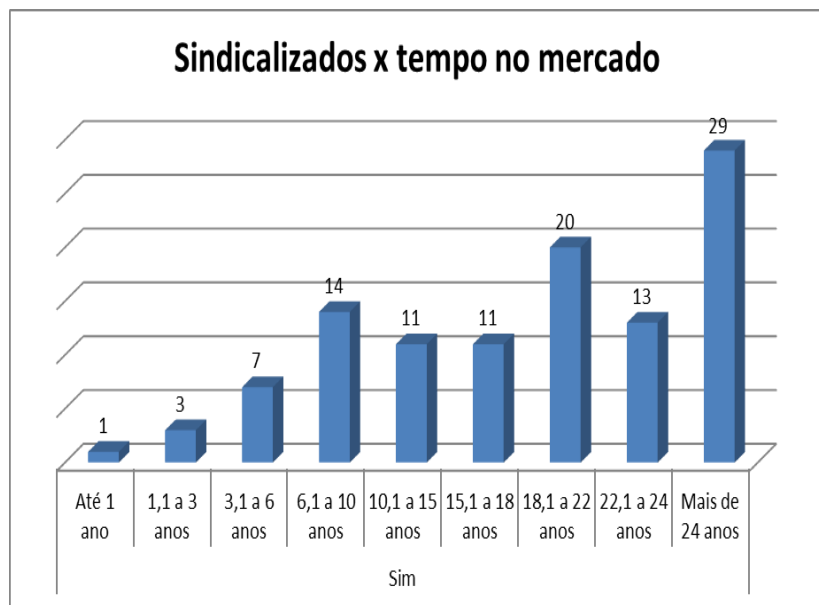
No grupo de não sindicalizados, a maioria também é masculina. São 192 homens e 99 mulheres. Entre estes não sindicalizados, os que estão até 10 anos no mercado de trabalho totalizam 162 indivíduos,



equivalente a 55% do total. A maior concentração fica entre os que têm entre 6,1 e 10 anos no mercado de trabalho, que são 78 pessoas.

Entre os sindicalizados, a maioria é de homens, 86, contra 23 mulheres. Os trabalhadores com maior tempo de mercado de trabalho formam o maior grupo de sindicalizados. Os que estão trabalhando formalmente há mais de dez anos somam 84 dos sindicalizados, enquanto os que estão até 3 anos no mercado de trabalho totalizam 4 respostas. O dado apurado conduz à lógica de que o quadro de associados está “envelhecendo”, os trabalhadores se aposentando e, conseqüentemente, deixando de integrar o quadro social e as lutas da categoria.

Gráfico 14 – Sindicalizados por tempo no mercado de trabalho



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Quais motivos poderiam justificar o desinteresse da participação dos jovens nas questões de interesse coletivo da categoria profissional que integram? Campos (2012) debate a questão e enumera o poder midiático e da cultura de massa, a competitividade como premissa da educação, a desvalorização dos laços de solidariedade, entre outros fatores, segundo ele, têm influência neste processo. Sem solidariedade não exis-

te a lógica do sindicalismo. Atrair os jovens, por isto, é um dos desafios do movimento sindical.

A dificuldade de planejar iniciativas de atração de jovens para ações sindicais tem relação direta com a forma de organização e com o conteúdo das pautas de reivindicação sindical. Tem relação, acima de tudo, com as possibilidades de identificação coletiva a partir do resgate de laços de solidariedade desde sua condição de classe. Se, por um lado, o padrão de inserção ocupacional é um limitador forte para a sindicalização de jovens, por outro, a influência da cultura do novo capitalismo sobre o comportamento juvenil apresenta-se como obstáculo importante mesmo aos jovens em melhores condições no mercado de trabalho. (CAMPOS, 2012, p. 7).

As inúmeras e significativas mudanças no mundo do trabalho na “década perdida” dos anos 1990, para Antunes (2002) acarretaram consequências no universo da subjetividade, da consciência do ser social que trabalha. Ao analisar os resultados dessas transformações, o autor põe em debate a taxa de sindicalização com dados de 1988, relacionando França: 12%; Espanha: 16%; Estados Unidos: 16,8%; Turquia: 18,8%; Grécia: 25%; Países Baixos: 25%; Suíça: 26%; Japão: 26,8% e Portugal: 30%. “A Europa Ocidental em seu conjunto, excluída a Espanha, Portugal e Grécia, reduziu de 41% em 1980 para 34% em 1989” (ANTUNES, 2002, p 68).

O termo “dessindicalização”, desde o final da “década perdida” de 1990, passou a ser “lugar comum” na literatura e no cotidiano do movimento sindical internacional e, sobretudo, do brasileiro. Antunes (2002) reconhece que se trata de uma tendência, mas alerta que não deve ser confundida “como uma uniformização do sindicalismo”. Mais de 80% dos assalariados da Suécia, enfatiza, são sindicalizados.

A densidade sindical em importantes países do planeta continuou se esvaziando no início do século XXI. Na primeira década, este recuo foi de 10,7% no conjunto de países ricos que integram a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na Alemanha, a queda na taxa de sindicalização foi ainda maior. Entre 2002 e 2011, a densidade sindical refluíu de 23,5% para 18,3%, o que equivaleu a redução de 22,1% na taxa de sindicalização dos trabalhadores alemães. Nos Estados Unidos também houve queda na taxa de sindicalização, ainda que não tão significativa como na Alemanha. Para o período de 10 anos passados, a densidade sindical diminuiu 12,4%, passando de 12,9%, em 2002, para 11,3%, em 2011. O Brasil, ao contrário, não registrou queda na densidade sindical, apresentando leve elevação de 1,8%. Em 2011 havia 17% dos ocupados sindicalizados, enquanto em 2002 a densidade sindical atingia a 16,8% dos trabalhadores. (FPA COMUNICA 3, 2013, p. 3)

Campos (2012) relaciona as taxas de sindicalização com o contexto de mudanças no perfil do mercado de trabalho. No Brasil, estas taxas têm sido crescentes desde o início dos processos de industrialização e urbanização, a partir de 1930. Como resultado, o que se constatou foi um processo de estruturação do mercado de trabalho e da legislação trabalhista. Sindicalizada, a massa trabalhadora passa a ter a negociação coletiva de trabalho como a forma mais legítima de conquistas e a manutenção de direitos e ganhos econômicos. Esta evolução, no entanto, é interrompida pelo golpe militar de 1964.

A ausência de liberdades democráticas atingiu em cheio o principal instrumento da classe trabalhadora para a ampliação de direitos e ganhos econômicos. Por mais que o período tenha sido marcado por crescimento econômico, os anos da ditadura militar demonstraram patamares recordes de desigualdade social. (CAMPOS, 2012, p. 2).

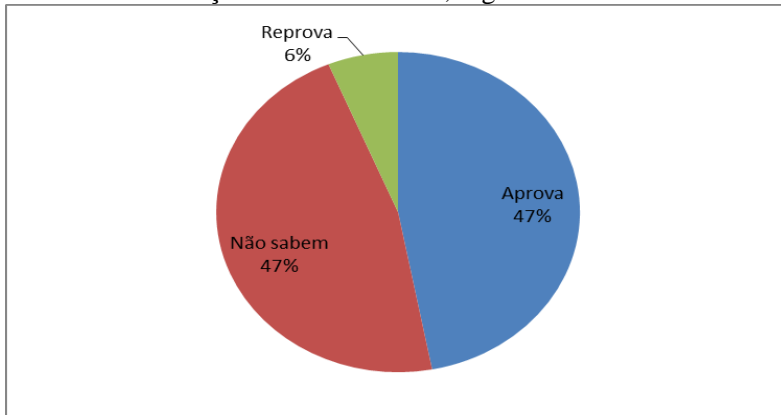
Considerado o período de 2005 e 2011, quando o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) contabilizou a geração de 13,4 milhões de novas ocupações no Brasil, 2,8 milhões de trabalhadores se filiaram a algum tipo de sindicato, com crescimento de 20,5% na quantidade de sindicalizados (FPA COMUNICA, 2013). O número de sindicalizados, com isto, aumentou de 13,5 milhões de trabalhadores em 2005 (16,4% de taxa de sindicalização) para 16,2 milhões de pessoas em 2011 (17,0% de taxa de sindicalização).

Ainda em relação a organização da categoria, a pesquisa procurou prospectar a avaliação dos entrevistados em relação ao trabalho desenvolvido pela atual diretoria do Sindicato. Dos 400 ouvidos, 53 marcaram a resposta “não sabe”. Somados os percentuais de bom e ótimo o total é de 55,3%. Regular foi a resposta de 92 entrevistados, ou 23%. Considera ruim ou péssimo o trabalho da diretoria, um total de 8,3% dos trabalhadores pesquisados.

A resposta “não sabe” foi a segunda opção mais votada pelos trabalhadores para a avaliação da atuação da diretoria. Não souberam avaliar 187 dos pesquisados, enquanto 188 aprovaram e 25 reprovaram. Entre os que reprovaram 15 estão entre os trabalhadores com menor renda pessoal – até R\$ 1.600,00 -, quatro na faixa de R\$ 1.601,00 a R\$ 2.500,00, outros quatro na de R\$ 2.501,00 a R\$ 3.300,00 e dois na faixa de R\$ 4.501,00 a R\$ 6,200,00.

Quanto ao nível de escolaridade, entre os que reprovam a atual diretoria, a maioria, nove ocorrências, têm ensino médio completo. Dos 25, apenas um tem ensino superior completo. Os que desaprovam a atual diretoria, na maioria são profissionais que estão de 3,1 a 6 anos no mercado de trabalho, com sete ocorrências, seguidos dos que têm de 10,1 a 15 anos, com seis respostas.

Gráfico 15 – Atuação da atual diretoria, segundo trabalhadores do setor



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Expurgados os que responderam não saber avaliar a gestão da atual diretoria, restaram 188 aprovações e 25 reprovações, 88% e 12%,

respectivamente. Entre os que aprovam, 134 são homens e 54 mulheres, 63% e 25%, pela ordem. Os trabalhadores ouvidos que estão até 10 anos no mercado de trabalho e que aprovam a atual diretoria totalizam 73 profissionais, o equivalente a 38% do total.

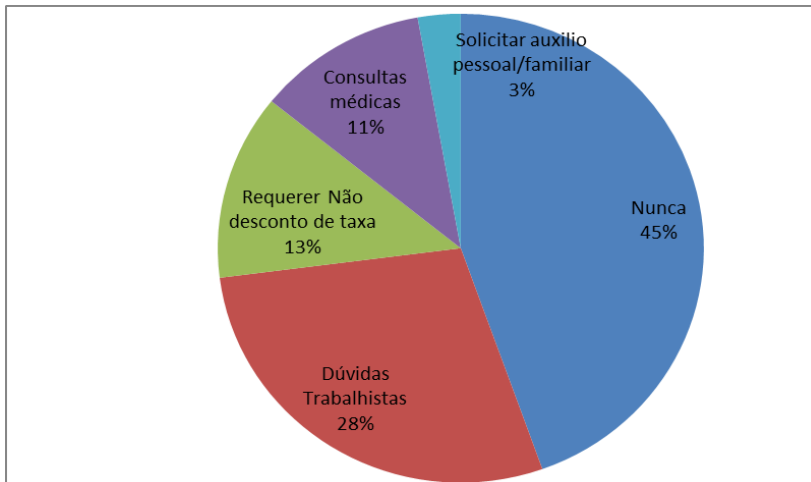
A maior aprovação, desta forma, fica por parte do grupo de trabalhadores mais experientes, com mais de 10 anos de atuação na indústria. Ao todo são 115 industriários, quase 62% do total. O maior contingente entre eles é de trabalhadores com mais de 24 anos de trabalho no setor, com 35 respostas de aprovação. A estatística conduz à lógica que os profissionais com maior experiência e que conhecem a trajetória do Sindicato que os representam reconhece o trabalho de representação desenvolvido e dá seu voto de aprovação.

A pesquisa constatou que 44,5% dos entrevistados “nunca” estiveram na sede do Sindicato. Associados ou não o trabalhador tem direito de consultar a assessoria jurídica e até solicitar auxílio pessoal ou familiar. Quem não é associado também pode procurar a sede do sindicato para fazer oposição ao pagamento da taxa assistencial (valor equivalente a um dia de trabalho), definida em assembleia convocada para este fim, normalmente quando a categoria se reúne para definir o rol de reivindicações para negociação da convenção coletiva.

Dos entrevistados, 28% afirmaram ter ido ao Sindicato em busca de informações para esclarecer dúvidas trabalhistas. O índice é maior que o de associados e isto indica que o serviço é prestado também aos não sócios. O fato de o Sindicato ter atuado como representante da categoria em processos de ações coletivas também tem influência no índice apurado, pois mesmo não sendo sócio, mas com direitos conquistados ou em vias de conquista judicial por parte da diretoria do Sindicato, é comum o trabalhador ir à sede da entidade para tirar dúvidas e saber do andamento do processo judicial no qual está inserido.

Aos sócios há a possibilidade de ir ao sindicato, também, para retirar autorização para consultas médicas ou exames laboratoriais. Diante disto, o total de resposta superou o número de entrevistados, chegando a 422 indicações.

Gráfico 16 – Quando o trabalhador vai ao Sindicato é para:



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

O espaço mais democrático na organização dos trabalhadores são as assembleias convocadas pelo sindicato para debater questões específicas, estatutárias ou de interesse coletivo. A prática mostra o trabalhador afastado destes fóruns de debates, fato que a pesquisa comprovou. Mais da metade dos entrevistados, 55,3%, declarou que não participa de assembleias da categoria, um total de 221 trabalhadores. “Às vezes” foi a resposta de 127 entrevistados, ou 31,8% do total e somente 13%, 52 entrevistados, afirmaram que “sempre” participam.

A prática tem mostrado que os trabalhadores participam mais efetivamente das assembleias nos momentos mais agudos da relação com a classe patronal. As assembleias que são convocadas para elaboração do rol de reivindicações, que abrem a campanha salarial de cada ano, têm frequência sofrível. No decorrer da campanha salarial, contudo, a participação cresce na proporção em que o enfrentamento com a classe patronal se torna mais aguda e existem propostas de reajustes salariais e de condições de trabalho que devem ser debatidas e aprovadas, ou não, para que a convenção coletiva seja firmada. “Quem participa de movimentos sociais e sindicais convive com esta realidade, infelizmente; cada vez mais as pessoas preferem ficar em casa e esperar que alguém resolva o problema da sua comunidade ou categoria profissional”. (EM-TREVISTA BITTENCOURT, 2016)

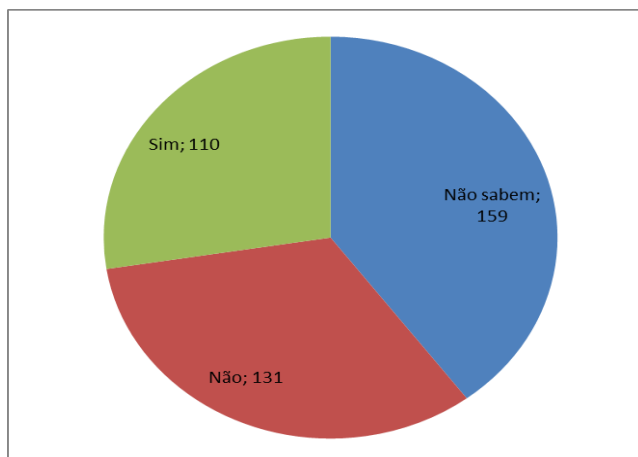
Concluída esta etapa de prospecção, o levantamento convergiu para duas questões voltadas à política partidária, questionando o entrevistado se era filiado a partido político e se acha “interessante e importante” à categoria que dirigente sindical se candidate a cargos eletivos.

Dos questionados, 95,5% não são filiados a partidos político, um total de 382 citações à resposta “Não”. Entre os outros 18 que responderam positivamente, sete informaram filiação ao PMDB, quatro ao PT, três ao PP, dois ao PV e uma citação para PDT e PSDB, cada.

Sobre a possibilidade de líder sindical se envolver com política partidária e se candidatar a cargo eletivo, a resposta com maior índice de citações foi a “Não sabe”, escolhida por 39,8% dos entrevistados, ou seja, 159 trabalhadores. Entre os que opinaram foi majoritário o pensamento de que esta possibilidade “não” é interessante nem importante para a categoria, com 32,8% das respostas, enquanto 27,5% responderam afirmativamente.

No contato pessoal, quando a pergunta era feita nos formulários preenchidos pelo pesquisador, era visível um sentimento que reina entre a maioria da população, de que política não é atividade para pessoas honestas e que o dirigente sindical não devia “misturar” as funções.

Gráfico 17 – Trabalhador considera “importante e interessante” à categoria que líder sindical se candidate a cargo eletivo?



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

### 3.3 COMUNICAÇÃO: DO PANFLETO ÀS REDES SOCIAIS

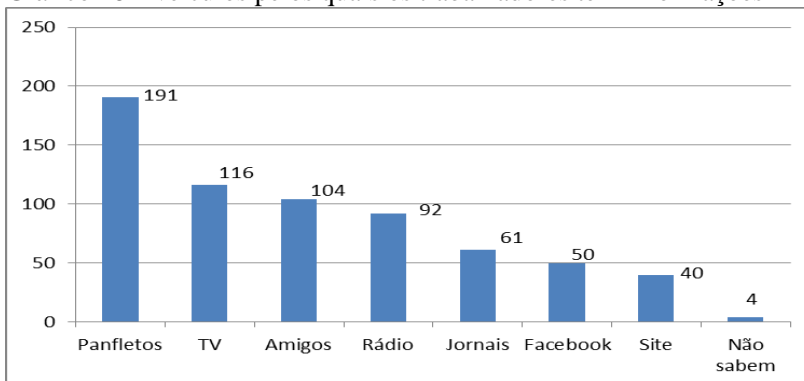
Abordada as questões de perfil, de organização do trabalhador e de breve prospecção por questões de política partidária, a pesquisa se voltou para dois aspectos emergentes nos debates do movimento sindical. Em primeiro lugar procurou-se apurar como as informações de interesse da categoria e da classe trabalhadora chegam ao entrevistado e como o trabalhador se comporta em relação à internet e às redes sociais.

A preocupação com estas informações vai ao encontro da manifestação da atual diretoria, na eleição de 2015, quando uma das propostas apresentadas aos associados foi a de estruturar um Departamento de Comunicação, como forma de aprimorar e aproximar a relação com os representados. A criação do órgão foi aprovada por reunião de diretoria e entra em atividade ainda no primeiro semestre deste ano de 2016.

À pergunta “como você recebe as informações sobre assuntos de interesse da sua categoria”, as opções de respostas foram pela ordem de apresentação: rádio, televisão, jornais, panfletos do Sindicato, site do Sindicato na internet, *Facebook* e redes sociais e pelos amigos. Os trabalhadores, na maioria, responderam a mais de uma opção.

A solução de pesquisa foi valorizar a quantidade de citações de cada uma das respostas e chegou-se, na tabulação, ao total de 658 respostas dos 400 entrevistados. O “bom e velho” panfletofoi o veículo mais citado pelos entrevistados.

Gráfico 18 – veículos pelos quais os trabalhadores têm informações



Fonte: Pesquisa do autor (2016)



A comunicação sindical é uma das mais destacadas ferramentas do cotidiano da representação dos trabalhadores. Historicamente é a forma pela qual se informa questões de importância à classe trabalhadora, a forma pela qual a opinião da diretoria e da própria categoria é registrada e instrumento pela qual se mobiliza os trabalhadores representados. Daí a importância da pesquisa avaliar como os trabalhadores recebem informações de interesses da classe trabalhadora e como o Sindicato está com eles se comunicando.

Segundo Martin (2005), o início da trajetória da imprensa sindical no Brasil tem registros a partir do final do século XIX, coincidindo com a chegada ao país de uma grande leva de imigrantes europeus, especialmente italianos, espanhóis e portugueses. Eles trouxeram para o Brasil as ideias anarquistas. Desde então, a atividade de informar/formar seus representados tem importância relevante no momento sindical.

A comunicação sindical é o principal elemento da ação dos sindicatos, pois a imprensa sindical é reveladora da ação ideológica dos sindicalistas. Desta forma, a dinâmica da prática sindical está estritamente ligada com a dinâmica da comunicação sindical, ou seja, a comunicação sindical está relacionada com os objetivos estratégicos da ação sindical e com as concepções políticas defendidas pelos sindicatos. (BARROS E CARVALHAL, 2013, p. 175).

Uma das características desta atividade sindical, desde o início da organização dos trabalhadores, é a contínua adaptação à realidade e as características de cada momento da economia.

Um dos fenômenos mais curiosos e enriquecedores na imprensa anarcossindicalista no Brasil desse período é a publicação de jornais ou revistas em várias línguas (em português –, mas também italiano, espanhol, esperanto, alemão: Alba Rossa, Volskfreund, La Giustizia, La Rebelión, El Grito del Pueblo, a revista Kultur, entre outros). Isto se explica pela importância da propaganda na formação de uma ideologia de combate no contexto das lutas sociais, pela constante busca de discursos capazes de unir e convencer os trabalhadores, pela

enorme diversidade de sua origem. (RIO DE JANEIRO, 2005, p. 21)

A comunicação entre dirigentes sindicais e trabalhadores, na avaliação de Ferreira (1988) pode ser visto em três ângulos históricos, perfeitamente demarcados pelos interesses trabalhistas/sindicais e políticos. Além do período de supremacia dos anarcossindicalistas no Brasil, a autora visualiza uma fase em que a imprensa sindical e partidária caminhavam unidas nos mesmos veículos, panfletos e jornais, especialmente, os editados, incentivados ou apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O processo evolutivo da imprensa/jornalismo/comunicação sindical, para Ferreira (1988) passou a ter mudanças significativas a partir dos anos 1970, quando os panfletos/jornais deixaram de ser produzidos/editados pelos próprios dirigentes sindicais, de forma artesanal.

[...] já não é o operário ou o intelectual diretamente ligado ao meio operário aquele que faz a notícia; é um jornalista profissional, assalariado, geralmente trabalhador da empresa gráfica, ou um jornalista profissional, funcionário do sindicato, o responsável pelo jornal. Ou seja, a figura do jornalista da classe operária, saído de sua própria classe, tende a desaparecer nessa fase da imprensa operária. (FERREIRA, 1998, p. 54).

Um dos períodos de maior importância para a imprensa sindical brasileira foi nos anos 1980-1990. Naquele período efervesceu a luta de classes, no período derradeiro da ditadura militar no país e os trabalhadores mobilizados pelas conquistas, fruto da organização da classe trabalhadora e fortalecimento da representação sindical.

Os anos 1980-1990 foram os da melhor fase da imprensa sindical. A fase da retomada das lutas operárias, quando o Brasil foi o campeão de greves no mundo. O mesmo que era conhecido, no auge do regime ditatorial, como um país onde quase não havia mais greves (é só lembrar o ano de 1971), agora batia o recorde de greves. No final da década de 1980, nos sindicatos de luta, havia seis jornais sindicais diários com uma tiragem semanal de 600 mil exemplares. O jornal Tribuna

Metalúrgica, dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), durante mais de 15 anos, a partir de 1980, teve uma tiragem diária de 120 mil exemplares. (GIANOTTI, 2014, p. 96).

Na década seguinte, enfatiza Gianotti (2014), “timidamente” o movimento sindical começou a utilizar a informática e a rede mundial de computadores, também, para seus objetivos comunicacionais. A popularização do acesso à internet, ao natural, tornou rotineira a prática de “panfletos eletrônicos”, além da instituição de site, blogs, e a adesão às redes sociais como *Twitter*, *Facebook*, *Whatsapp*, entre outras.

A internet, hoje, além de um suporte para o conjunto da comunicação sindical, é a fonte da maioria das informações. Ou as recebemos especificamente via o tradicional correio eletrônico, ou via redes sociais. Afinal podemos estar sempre *on line*. Sempre informados e informando. O que esta mídia digital oferece é essencial para viabilizar todos os instrumentos de comunicação de um sindicato ou movimento. [...]. A mídia digital é o instrumento mais barato e mais ágil. Tudo pode ser divulgado, comunicado ‘*em tempo real*’. E aí, o departamento de comunicação de um sindicato ou movimento social terá um trabalho redobrado para aproveitar o mundaréu de informações recebidas. Usá-las para divulgar, mostrar, convencer, ganhar corações e mentes de diretores, trabalhadores da base, de amigos e neutralizar inimigos. (GIANOTTI, 2014, p.134).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE investigou em 2013, o acesso nos domicílios e ao uso individual pelas pessoas das tecnologias de informação e comunicação no país. Constatou que em todo Brasil, em 65.130 domicílios, 31.240, ou 48%, tinham acesso à rede mundial de computadores. No sul brasileiro este índice chegava a 52,4% e o maior valor de acessos ocorria no sudeste, com 57,1% dos domicílios conectados.

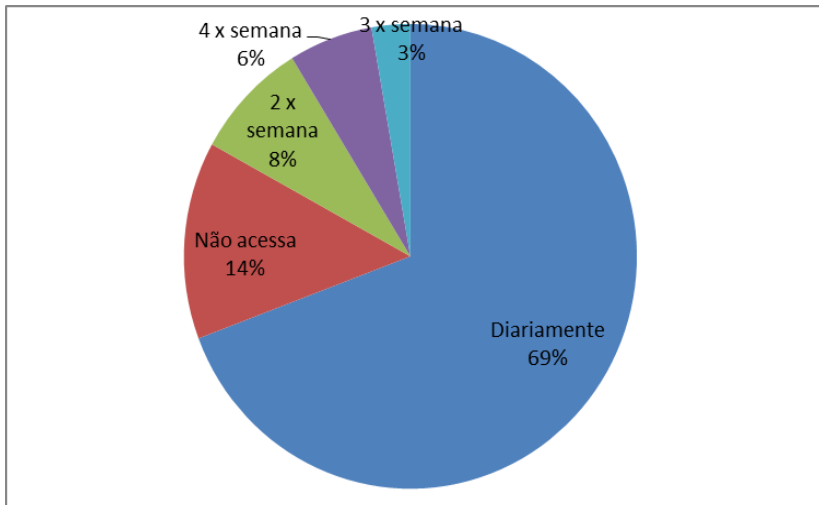
Na mesma pesquisa também foi apurado o “percentual de pessoas que tinham telefone celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade”, naquele ano. No Brasil 75,2% dos habitantes se enquadravam nesta condição. No sul do país, 79,8% dos brasileiros tinha o

telefone celular, índice maior, inclusive, que os moradores da região sudeste, que totaliza 79,5%.

Na consulta feita aos trabalhadores nas empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região foi possível constatar uma consistente evolução nos índices de acesso a internet em domicílios e do uso de telefones celulares para uso pessoal.

Dos 400 entrevistados, 345, ou seja, 86% afirmaram ter acesso à internet e apenas 55 registraram que não se conectam à rede mundial de computadores. É relevante, igualmente, a frequência com que os trabalhadores acessam a internet: 69% dos entrevistados, ou 277 entrevistados, diariamente se conectam a internet. Entre os “conectados”, 187 são homens e 90 mulheres. Elas são 32,4% do grupo.

Gráfico 19 – Com que frequência os trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas acessam a internet

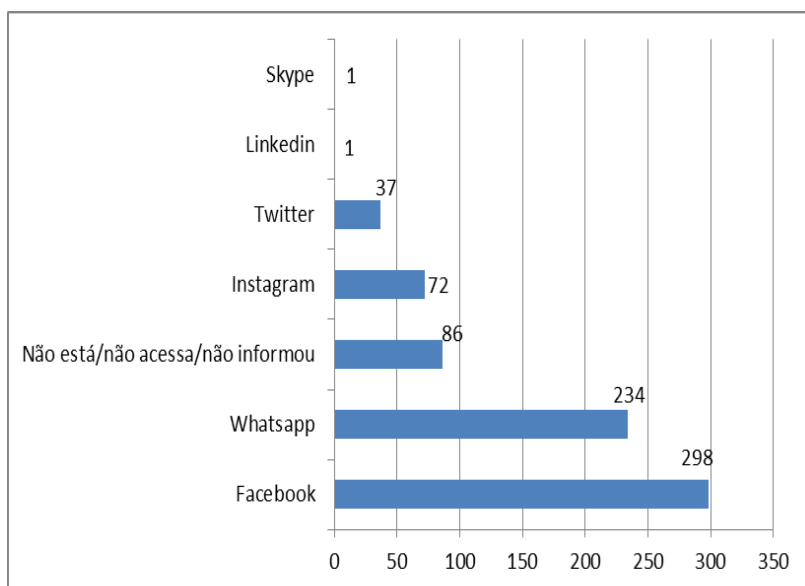


Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Em que local se dá a conexão com a internet também foi questionada e a tabulação mostrou que um mesmo trabalhador utiliza mais que uma forma de acessar a rede. As opções foram “em casa”, que recebeu 331 respostas, “na empresa”, com 88 e “locais públicos”, com 24 citações.

A “febre” das redes sociais que se verifica em todo país se materializa entre os trabalhadores pesquisados. Desconsiderados os 55 entrevistados que informaram não acessar a internet, outros 30 responderam que apesar de acessarem a internet, não estão nas “redes sociais”, mas os outros 315 estão em alguma e até mais que uma delas. As duas principais redes citadas pelos trabalhadores foram *Facebook*, com 298 ocorrências e *Whatsapp*, com 234.

Gráfico 20 – Redes sociais os trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas se inserem



Fonte: Pesquisa do autor (2016)

Os trabalhadores consultados também foram questionados sobre as plataformas que utilizam para acessar a internet e o telefone celular móvel foi o mais citado, 267, seguido do computador com 244 e oito informaram utilizar o *tablet* para se conectar. Como a pergunta admitia mais de uma opção de acesso, o valor total supera o valor de 400, número de entrevistados. Esses dados revelam a relevância das redes sociais como um dos caminhos para aproximar Sindicato e a categoria e, seguramente, merecem atenções especiais e estudos futuros específicos quanto a estes meios de acesso às informações e a representação sindical e organização dos trabalhadores de forma geral.

Afinal, constata-se, que a rede mundial de computadores pode ser o fio condutor de um processo de comunicação que se iniciou nos primórdios da organização da classe trabalhadora, com os panfletos artesanais, até as redes sociais e “panfletos eletrônicos”, que a tecnologia permite neste início de século XXI.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final do século XVIII, quando E. P. Thompson (1981, 1987) e Eric J. Hobsbawm (1981, 1987), vislumbram a gênese da base da formação da classe operária ou da história do movimento operário, até este princípio de século XXI, é possível constatar, sem medo de errar, que a classe trabalhadora continua lutando em torno de duas questões fundamentais: a formação e a organização de sua própria classe e, sobretudo, a constituição da consciência de ser e integrar esta classe.

Por mais que tenham mudado as relações de trabalho, que tenham se consolidado leis, até se estabelecido tratados internacionais, constituições democráticas, cidadãos ou liberais, que novas tecnologias tenham impregnado o cotidiano da massa trabalhadora e que direitos humanos sejam tema de conversas do cotidiano, a luta de classes é cada vez mais presente.

Esta realidade está marcada de forma indelével na trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região, em suas três décadas de existência. A consciência de classe, no entanto, não é plena e esta é mais uma luta que precisa ser enfrentada todos os dias, a cada movimento, em cada greve ou mobilização da categoria. Há sempre alguém para “furar greve” ou resistir contra aqueles que fazem o enfrentamento com os empresários para conquistar melhores salários e condições de trabalho nas fábricas.

Em se tratando da região carbonífera e do extremo sul catarinense, esta realidade é ainda mais contundente. Criciúma já foi classificada como “Cuba Brasileira”, citada em dezenas de trabalhos acadêmicos, é o “berço” do movimento sindical combativo catarinense e tem ainda hoje “fama” de movimento sindical de forte representação e mobilização.

O surgimento do movimento sindical brasileiro, embora tardio, ganhou força apenas no final do século XIX com a chegada de trabalhadores europeus e a instalação do anarcossindicalismo. Até então, forjados nas relações de mais de 300 anos do trabalho escravo, os brasileiros se uniram mais em iniciativas de solidariedade do que de lutas, efetivamente.

O golpe certo do governo de Getúlio Vargas, a partir do Estado Novo, com a “engenharia política” do “Sindicalismo de Estado”, tema

dissecado em dezenas de obras de Boito Júnior e Ricardo Antunes, entre outros autores, deu início a um processo que atravessou gerações de trabalhadores e dirigentes sindicais, formando opiniões e paradigmas. A ditadura militar, instalada em 1964, com punho de ferro, agravou ainda mais a situação.

Os sindicatos se tornaram extensões do Estado, postos de prestação de serviços médicos, agências de colônias de férias e atividades esportivas. Não fossem as negociações coletivas, seriam “clubes”, praticamente. Os trabalhadores, com isto, só se associam a sindicatos se tiverem alguma vantagem pecuniária ou de bem-estar social. Com esta cultura impregnada no cotidiano da classe trabalhadora, os sindicatos são “vendidos” aos trabalhadores pelos “serviços prestados”.

Os sindicatos, via de regra, produzem prospectos, ou folders, para convencer o trabalhador a se associar, com frases do tipo “ser associado tem vantagens” e relaciona serviços de assistência médica e odontológica, e assessoria jurídica, com gratuidade de atendimentos e uma extensa relação de “convênios” com clínicas e laboratórios que concedem descontos aos associados.

O “Sindicato dos Químicos”, também não se libertou deste tipo de assistencialismo, ou de “política assistencial”, como já vem sendo classificada no meio sindical este tipo de atividade. Sobre a luta da classe trabalhadora os prospectos não fazem referência.

Da árdua luta dos trabalhadores do subsolo da região carbonífera catarinense, no entanto, restou uma história marcante de mobilizações, de união da classe trabalhadora, de conquistas salariais e sociais, que serviram para formar lideranças por décadas e é na esteira deste processo que surgiu a organização dos trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e região.

É neste rastro que surge a Associação dos Trabalhadores nas Indústrias do Material Plástico de Criciúma e Urussanga, em 27 de agosto de 1982, que cumpridas as disposições legais à época se transformaria no atual Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas Descartáveis e Flexíveis, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região.

O setor econômico que tem sua gênese nos anos 1960/1970 com iniciativas em São Ludgero e Criciúma integra o processo de diversifi-



cação industrial da região sul de Santa Catarina, como mais uma das alternativas – e consequências – da até então incerta atividade de exploração do carvão mineral. Modesta no início, a indústria de descartáveis e embalagens plásticas se tornou fonte de enriquecimento de famílias, fez surgir impérios econômicos, como o do Grupo Zanatta, atualmente agnizante.

A massa trabalhadora do segmento industrial cresceu exponencialmente e se tornou uma das categorias mais representativas da região e do estado, formada em 2014, segundo a RAIS, por mais de 9 mil trabalhadores, consideradas apenas as empresas produtoras de descartáveis e embalagens plásticas. As empresas das indústrias químicas e farmacêuticas eram responsáveis por outros 2,5 mil postos de trabalho, também conforme a RAIS.

A organização dos trabalhadores, inicialmente em associação e posteriormente em sindicato, deixou evidenciadas três fases bem marcadas, assim como as cisões nas diretorias, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990. O centralismo das ações, decisões e estratégias pelo primeiro presidente geraram a divisão. O modelo administrativo/financeiro descontrolado ao ponto de resultar em corte de fornecimento de serviços de energia elétrica e telefone por falta de pagamento fizeram o copo da discórdia transbordar.

O mesmo processo de comando das negociações salariais e de condições de trabalho, centralizado, sem participação dos demais dirigentes sindicais, marcado por acordos coletivos por empresas, igualmente, criou arestas que somente foram superadas com o afastamento do primeiro presidente e seu grupo. É importante pontuar que durante a pesquisa foi feito contato com o Sr. José Natalício Vieira, o Bizezo, que depois de deixar a função de dirigente sindical se aposentou e passou a residir em Balneário Arroio do Silva.

José Natalício Vieira foi informado da elaboração do projeto acadêmico, do desenvolvimento da pesquisa e aberta a possibilidade para que se manifestasse e desse sua versão dos fatos. Respondeu que consultaria seu filho, que fora advogado do Sindicato enquanto ainda atuava e daria retorno ao pedido de entrevista, não mais se manifestando sobre os 17 anos em que foi presidente do Sindicato.

A segunda fase identificada como de adaptação e comandada pelo grupo insurgente promoveu as primeiras mudanças de métodos e processos administrativo/financeiros e o Sindicato começou a dar sinais que era sustentável e passou a representar a categoria de forma transparente e participativa. Os acordos coletivos foram substituídos por convenções coletivas, tornando os salários e condições de trabalho uniformes em todas as fábricas do setor.

A partir deste período foi possível notar, também, a preocupação da diretoria em promover a formação e qualificação dos dirigentes sindicais, aproveitando as estruturas específicas para este fim da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Químico (CNTQ), entidades das quais os criciumentenses passaram a participar mais efetivamente e conquistar posições de comando.

Terceira fase constatada neste processo de organização da categoria fica evidente pela capacidade de ampliar o patrimônio da entidade. Para um Sindicato que no final da década de 1990 convivia com corte de fornecimento de energia elétrica e precisava de empréstimos mensais para quitar seus compromissos de manutenção, entrar nos anos 2000 adquirindo imóveis no centro de Criciúma, construindo uma nova e moderna sede social e uma sede recreativa em Siderópolis, foi uma transformação impactante.

Ao mesmo tempo em que se organizava administrativa e financeiramente, a diretoria do sindicato passou a investir em recuperar direitos trabalhistas sonogados pela classe patronal por décadas, alertada pela situação na empresa Canguru Embalagens. A partir desta ação coletiva, dezenas de outras foram requeridas em nome de milhares de trabalhadores. Milhões de Reais voltaram ao bolso dos trabalhadores e movimentaram – e ainda movimentam - a economia regional.

A segunda década dos anos 2000, no entanto, representa ainda mais desafios à organização dos trabalhadores do setor. Além da eterna luta entre capital e trabalho, cada vez mais acirrada nas mesas de negociações coletivas anuais, a categoria tem obstáculos que exigem esforços políticos insubstituíveis, que inclusive ameaçam o próprio futuro da instituição e dos trabalhadores representados.

Voltamos aqui ao princípio. De E. P. Thompson e Eric J. Hobsbawn aos dias atuais do ano de 2016, o desafio é convencer o trabalhador que ele pertence a uma classe e conscientizá-lo que somente quando isto ocorrer será possível avançar nas conquistas salariais, de melhores condições de trabalho e de justiça social. É nesta trajetória que a diretoria do Sindicato tem trilhado, representando a categoria, mobilizando, promovendo greves quando necessário e avançando em conquistas sociais e econômicas.

Vendo como jornalista a trajetória de organização dos trabalhadores nas empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma e embasado pela pesquisa que concluí, pondero a comunicação como ferramenta fundamental, mas não a única, evidentemente, para fortalecer e trazer a organização às categorias representadas. Acima de todos os interesses pessoais está o coletivo, a classe.

É preciso desenvolver trabalho para inserção dos jovens trabalhadores nos processos de participação e mobilização da categoria e, sobretudo, conscientizá-los do real papel do sindicato e da luta de classes e nesta esteira, a comunicação é fundamental. O binômio “comunicação-informação” é responsável pelo processo de formação de opinião e pode explicar, por exemplo, que a falta dele, impediu que 47% dos entrevistados na pesquisa não soubessem aprovar ou reprovar o trabalho da diretoria do Sindicato.

O elo entre a necessidade e importância de se comunicar com a categoria está comprovado, é a internet, afinal 69% dos trabalhadores se conectam diariamente, um dado, agora, concreto. Até o surgimento deste fenômeno da comunicação representado pela rede mundial de computadores, imagine-se, como seria possível fazer circular um jornal, panfleto, ou qualquer outro meio físico de comunicação entre mais de 11 mil trabalhadores, espalhados em duas dezenas de municípios e em mais de duas centenas de locais de trabalho?

A organização dos trabalhadores das empresas das indústrias plásticas, químicas e farmacêuticas de Criciúma, administrativa, financeira e juridicamente está consolidada. É preciso, agora, voltar à essência, substanciada nas obras de E. P. Thompson e Eric J. Hobsbawn, para que estas categorias passem a integrar, efetivamente, a classe trabalhadora e desta concepção avancem para novas conquistas. Do contrário,

o capital continuará avançando sobre direitos e conquistas históricas dos trabalhadores da região.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Pedro de. **Encontros da classe trabalhadora de 1906 até a Conclat-1981**. São Paulo, SP: Quilombo, 1981. 109 p.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neoliberal” (1990-2000)**. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.

\_\_\_\_\_; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p. 335-356, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANTUNES Ricardo: **A nova morfologia do trabalho no Brasil**: Reestruturação e precariedade; In Nueva Sociedad especial em português 2012; disponível em [http://nuso.org/media/articles/downloads/3859\\_1.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf), acessado em 05/03/2016.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Editorial Expressão Popular, 2013, p. 232.

ARAÚJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical no Brasil: atores, práticas e estratégias de produção jornalística**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-vladimir-jornalismo-sindical.pdf>. Acesso em 18 abril de 2015.

BARROS, Thiago Pereira de, e CARVALHAL, Marcelo Dornelis: **A imprensa sindical como elemento revelador da territorialização**

**dos sindicatos.** Revista Pegada (Unesp), São Paulo, v. 14, n.1 165, p. 165-188, 2013.

BATALHA, Cláudio H. M. Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos César. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio H. M. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?** Revista Brasileira de História. São Paulo, v.12, nº 23/24, p.111-124 set.91/ago.92. [www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3716](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3716) acesso em 14/03/2015

BOITO JR, Armando (Org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 196 p.

BOITO JR, Armando. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Revista Crítica Marxista. Editora Brasiliense, 1996.

BRASIL, CLT – **Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-Lei nº 5.452**, disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em 11 de abril de 2015

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em [http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoaininternet2013/default\\_xls\\_2013.shtm](http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoaininternet2013/default_xls_2013.shtm); Acesso em: fev 2016.

BRASIL. RAIS - **Relação Anual de Informações Sociais.** Brasília: 2015. Disponível em <<http://mte.gov.br>. Acesso em 16 de março de 2015.

BRIDGE, Reserch, Estudo Institucional - Geração Y/2009. Disponível em [http://www.bridgeresearch.com.br/dv\\_files/arquivos/201211011424\\_db\\_arquivos.pdf](http://www.bridgeresearch.com.br/dv_files/arquivos/201211011424_db_arquivos.pdf). Acesso em: abril 2016.

CAMPOS Anderson. Juventude trabalhadora: algumas razões para a não sindicalização. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 129, fevereiro de 2012. Maringá (PR). Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15773>. Acessado em 21/03/2016.

CAPPELLIN, Paola. As desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo? **Revista Gênero**. Niteroi, v.9, n.1, p.89-126, 2. sem. 2008. Disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/97/73>. Acesso em: 14 mar. 2016.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas Últimas Décadas do Século XX no Brasil**. Aurora ano II número 3, dezembro de 2008. Disponível em [www.marilia.unesp.br/aurora](http://www.marilia.unesp.br/aurora). pdf. Acesso em 05 junho 2016.

CAROLA, Carlos Renato (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, 327 p.

CÂNDIDO FILHO, José. **O Movimento Operário: o Sindicato, o partido**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1982. 201p.

CARVALHO Guilherme. **Dessindicalização, institucionalização e representação sindical**. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão (Redd); Araraquara(SP) v. 1, n. 2 (jan/jul 2009), disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/1722>, acessado em 22/03/2016.

COSTA, Marli, CÂMARA, Maurício Ruiz. **25 anos de organização, lutas e conquistas: Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Criciúma e Região**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014. 256 p.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Rotatividade Setorial: dados e diretrizes para a ação sindical**. São Paulo: Pigma, 2014. 140 p.

DIEESE ((Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011, 128 p.

DAMASCENO, S. **História e memória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista**. Anais eletrônicos – VI Encontro Estadual de História – ANPUH-2013, Salvador (BA). [http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/Salatiel\\_Nascimento\\_Damasceno.pdf](http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/Salatiel_Nascimento_Damasceno.pdf). Acesso 04/04/2015.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988. 93 p.

FIESC, Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina. **Setores portadores de futuro para a indústria catarinense -2022: estudo socioeconômico**. Florianópolis: FIESC, 2013. 138 p.

FREIRE, Patrícia de Sá. **Aumente a qualidade e quantidade de suas publicações científicas: manual para elaboração de projetos e artigos científicos**. Curitiba: Editora CRV, 2013. 87 p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FPA/PT, Fundação Perseu Abramo/Partido dos Trabalhadores. **Densidade sindical e recomposição da classe trabalhadora no Brasil**. São Paulo, 2013. 14 p.

GALVANE, Fabia Alberton da Silva. **Trabalhadoras da Indústria Plástica: Políticas de gestão de RH na (Re) produção de normas de gênero**. 2016. 123f. Dissertação (Desenvolvimento socioeconômico) Universidade do Extremo Sul Catarinense.



GALVÃO, ANDRÉIA. **A reconfiguração do movimento sindical nos governo Lula**. In BOITO JR e GALVÃO Andréia, (Orgs.) **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2011. 319 p.

GASTALDON, M.C. **O cluster das empresas de descartáveis plásticos no sul de Santa Catarina: sua caracterização e regime tecnológico**. In GOULARTI FILHO, Alcides (Org.) **Ensaio sobre a economia sul-catarinense**. Criciúma: Editora Unesc, 2003. 180 p.

GIANOTTI, Vito. **Comunicação para disputa de hegemonia**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 208 p.

GOULARTI FILHO, Alcides, LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes. **Movimento Operário Mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960**. (In) GOULARTI FILHO, Alcides (Organizador) **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis, Cidade Futura, 2004. 400p.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho**: Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 335 p.

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWN, Eric J. **Os Trabalhadores**: Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

JORNAL DA MANHÃ, Criciúma, 28 de julho de 2014.

JORNAL HORA DO SUL, Criciúma, 12 de Novembro de 2010.

LEIS, Hector Ricardo. Especificidades e Desafios da Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas. (In) PHILIPPI JR, Arlindo; NETO, Antônio

nio J. Silva. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & inovação.** Barueri, SP: Manole, 2011.

MARTI, Rafael. A história da imprensa Asduerj; Contemporânea (UFF), nº 4, 2005.1, p. 258-267; Disponível em <http://www.contemporanea.uerj.br/>, acessado em fevereiro/2016

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Gribo, 1977. 138 p.

MARTINS, Heloisa Teixeira de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 190 p.

MARTINS, Heloísa de Souza & RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **11**(2): 155-182, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 160 p.

MEIRA, J. A **Contribuição de E. P. Thompson para os estudos históricos.** Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia, V. 5, N.1, Janeiro-Julho de 2014.< [www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/view/2388/2035](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/2388/2035). Acesso em 14/03/2015

MIRANDA, Antônio Luiz. **Trajetórias e Experiências do Movimento Operário Sindical de Criciúma – SC: da Ditadura Militar a Nova República.** Florianópolis: UFSC, 2013. Tese de Doutorado em História. (Capítulo IV, p. 153 -196).

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho.** 26ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1.469 p.

PAUL, Patrick. Pensamento Complexo e interdisciplinaridade: abertura para mudança de paradigma? (In) PHILIPPI JR, Arlindo; NETO, Antônio

nio J. Silva. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011.

PEREIRA, Sebastião Tavares. **O operário e o padre. História da criação do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Criciúma e região**. Florianópolis: Sebastião Tavares Pereira, 2012. 318 p.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do Trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2007. 104p.

PLASQUIM. Revista comemorativa aos 30 anos de fundação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região. Criciúma (SC), 2014. 52p.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção de conhecimentos. (In) PHILIPPI JR, Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011.

\_\_\_\_\_; Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria Especial de Comunicação Social. **Breve história da imprensa sindical no Brasil**/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro., 2005. 52 p. disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101406/estudos14.pdf> .. Acessado em fevereiro/20106.

ROSSI, Waldemar; Gerab, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo, Expressão Popular , 2009, 127 p.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina**. 1995. 186 p. Dissertação – UFSC -, Florianópolis, setembro, 1995. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/111959>

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Acumulação, geração de emprego e diversificação da economia no Sul de Santa Catarina: carvão, cerâm**

**mica e indústria de plástico.** USP. Tese de doutorado em história, 2002. 426 p. Fotocópia do original.

SCHLICKMANN, P. **Estudo Geográfico das indústrias de plástico em São Ludgero- SC.** 2012. 275 p. Dissertação. – UFSC -, Florianópolis, 2012. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100413>

SILVA, R. **A autonomia aparente: Formação, trajetória e relações políticas de um Centro de educação popular em Criciúma (CEDIP) 1983-1998.** 2006. 142 p. Dissertação – UFSC – Florianópolis, 2006. PDF disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88605>

SOUZA, N. **Arranjo produtivo de revestimento cerâmico da região sul de Santa Catarina: um estudo da competitividade sistêmica local sob o enfoque evolucionista.** 2006. 183 p. Dissertação – UFSC – Florianópolis, junho, 2006. PDF Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88841>

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade.** Florianópolis: Insular, 1996, 224 p.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Revista Gênero**, Niterói, v.9, n.1, p.31-45, 2.sem.2008. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/94/70>. Acesso em: 14 mar. de 2016.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Tradução Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1, 2 e 3.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 288 p.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana: os mineiros de Criçúma**. Florianópolis, Editora da UFSC/Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. 160p.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas Marcadas – Trabalhadores do Carvão**. Tubarão: Editora Unisul, 2001, 213 p.

ZANELATTO, João Henrique. **Homens do Barro**: trabalho e sobrevivência na cerâmica vermelha. São Paulo: Barauna, 2011.187 p.

ZANELATTO, João Henrique. MIRANDA, Antonio Luiz. OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Memória e trabalho**: experiências de operários na capital do carvão. CAROLA, Carlos Renato. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais**. Santa Cruz do Sul :EDUNISC, 2010, p. 153 – 167.

### Sites web

<<http://www.abief.com.br>> Consulta em 15 de março 2015.

< [http://www. Abiplast.org.br](http://www.Abiplast.org.br)> Consulta em 15 de março 2015.

<<http://www.fetiesc.org.br>> Consulta em 20 de janeiro 2015.

<<http://www.quimicoscriçiuma.org.br>> Consulta em 20 de janeiro 2015.

<[http:// www.sindiceram.com.br](http://www.sindiceram.com.br)> Consulta 16 de março 2015.

<[http://www. sinmetal.org.br](http://www.sinmetal.org.br) > Consulta em 16 de março 2015.

< <http://www.sinquisul.org.br>> Consulta em 15 de março 2015

**Entrevistas**

AGUIAR, Maria Helena. Entrevista entre março 2014 e março 2016

DE CORDES, Carlos. Entrevista realizada entre março 2014 e março 2016

BITTENCOURT, Joel. Entrevista realizada entre março 2014 e março 2016

GOULART, Bruno. Entrevista realizada entre março 2014 e março 2016

LEONEL, Maria Gorete. Entrevista realizada entre março 2014 e março 2016

NASCIMENTO, Paulino. Entrevista realizada entre março 2014 e março 2016

**ANEXOS**

ANEXO A – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE  
DEPOIMENTO ORAL - BRUNO



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, **BRUNO GOULART**, RG:1.523.160 – SSP/SC, CPF 489.191.109-30, domiciliado/residente na Travessa Angelo Benedet, s/n, bairro Próspera, CEP 88800-000, Criciúma/SC;

declaro ceder ao Pesquisador: **GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**, CPF: 231.360.499-34; RG: 599.534 – SSP/SC, domiciliado/residente na Rua Victor Hugo, 280, apto 25, bairro Santa Bárbara, CEP 88804-150, Criciúma/SC;

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aqui referido, na cidade de Criciúma, Estado Santa Catarina, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Criciúma, 19 de abril de 2016

  
BRUNO GOULART



ANEXO B – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE  
DEPOIMENTO ORAL – CARLOS



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO


CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, **CARLOS DE CORDES**, RG:2.804.518 – SSP/SC, CPF 537.950.089-72; domiciliado/residente na Rua Silvestri Scotti, 336, bairro Santa Bárbara, CEP 88804-080, Criciúma/SC;

**declaro ceder ao Pesquisador: GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**, CPF: 231.360.499-34; RG: 599.534 – SSP/SC, domiciliado/residente na Rua Victor Hugo, 280, apto 25, bairro Santa Bárbara, CEP 88804-150, Criciúma/SC;

**sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aqui referido, na cidade de Criciúma, Estado Santa Catarina, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.**

Criciúma, 19 de abril de 2016

  
CARLOS DE CORDES

ANEXO C – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE  
DEPOIMENTO ORAL – EDSON



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, **EDSON MENDES DE OLIVEIRA**, RG 1.932.827 – SSP/SC, CPF 570.180.739-87; domiciliado e residente à rua Ângelo Gava, nº 55, Centro, na cidade de Nova Veneza, CEP 88.865-000;

**declaro ceder ao Pesquisador: GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**, CPF: 231.360.499-34; RG: 599.534 – SSP/SC, domiciliado/residente na Rua Victor Hugo, 280, apto 25, bairro Santa Bárbara, CEP 88804-150, Criciúma/SC;

**sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aqui referido, na cidade de Criciúma, Estado Santa Catarina, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.** O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Criciúma, 19 de abril de 2016

EDSON MENDES DE OLIVEIRA

ANEXO D – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE  
DEPOIMENTO ORAL – MARIA GORETE



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, **MARIA GORETE LEONEL**, RG:1.930.780 – SSP/SC, CPF 416.874.009-97, domiciliado/residente na Rua Bolívia, 38, bairro Santa Cruz, CEP 88850-000, Forquilha/SC;

declaro ceder ao Pesquisador: **GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**, CPF: 231.360.499-34; RG: 599.534 – SSP/SC, domiciliado/residente na Rua Victor Hugo, 280, apto 25, bairro Santa Bárbara, CEP 88804-150, Criciúma/SC;

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aqui referido, na cidade de Criciúma, Estado Santa Catarina, como subsídio à construção de sua dissertação de **Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense**. O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Criciúma, 19 de abril de 2016

  
**MARIA GORETE LEONEL**

## ANEXO E – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – JOEL



### UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

#### CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, **JOEL BITTENCOURT**, RG:6/R 852.255 – SSP/SC, CPF 344.750.109-00, domiciliado/residente na Rua João Januário Fermino, 78, bairro Jardim Silvana, CEP 88820-000, Içara/SC;

declaro ceder ao Pesquisador: **GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**, CPF: 231.360.499-34; RG: 599.534 – SSP/SC, domiciliado/residente na Rua Victor Hugo, 280, apto 25, bairro Santa Bárbara, CEP 88804-150, Criciúma/SC;

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aqui referido, na cidade de Criciúma, Estado Santa Catarina, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. O pesquisador acima citado fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Criciúma, 19 de abril de 2016



JOEL BITTENCOURT

ANEXO F – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE  
DEPOIMENTO ORAL – JORGE



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, **JORGE MARQUES BITTENCOURT**, RG:6R 966.368– SSP/SC, CPF 343.029.489-49, domiciliado/residente na Rua Marechal Floriano Peixoto, 180, Centro, CEP 88801-040, Criciúma/SC;

declaro ceder ao Pesquisador: **GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**, CPF: 231.360.499-34; RG: 599.534 – SSP/SC, domiciliado/residente na Rua Victor Hugo, 280, apto 25, bairro Santa Bárbara, CEP 88804-150, Criciúma/SC;

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aqui referido, na cidade de Criciúma, Estado Santa Catarina, como subsídio à construção de sua dissertação de **Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense**. O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Criciúma, 19 de abril de 2016



JORGE MARQUES BITTENCOURT

## ANEXO G – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – MARIA HELENA



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

### CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, **MARIA HELENA AGUIAR**, RG:2.809.392– SSP/SC, CPF 813.888.969-15, domiciliado/residente na Rua Guaporé, s/n, bairro Argentina, CEP 88800-000, Criciúma/SC;

**declaro ceder ao Pesquisador: GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**, CPF: 231.360.499-34; RG: 599.534 – SSP/SC, domiciliado/residente na Rua Victor Hugo, 280, apto 25, bairro Santa Bárbara, CEP 88804-150, Criciúma/SC;

**sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aqui referido, na cidade de Criciúma, Estado Santa Catarina, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.** O pesquisador acima citado fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Criciúma, 19 de abril de 2016

MARIA HELENA AGUIAR

## ANEXO H – CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL – PAULINO



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

### CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, **PAULINO DO NASCIMENTO**, RG:1.524.289 – SSP/SC, CPF 416.004.609-68, domiciliado/residente na Rua José Geraldo Rodrigues, s/n, bairro Próspera, CEP 88800-000, Criciúma/SC;

declaro ceder ao Pesquisador: **GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA**, CPF: 231.360.499-34; RG: 599.534 – SSP/SC, domiciliado/residente na Rua Victor Hugo, 280, apto 25, bairro Santa Bárbara, CEP 88804-150, Criciúma/SC;

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aqui referido, na cidade de Criciúma, Estado Santa Catarina, como subsídio à construção de sua dissertação de **Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense**. O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Criciúma, 19 de abril de 2016

*PAULINO DO NASCIMENTO*  
PAULINO DO NASCIMENTO

## ANEXO I – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA APLICADA

**Perfil do entrevistado****1) Sexo:**

MASC. ( ) ----- FEM ( )

**2) Renda familiar**

Até R\$ 1.600,00 ( ); De R\$ 1.601,00 a R\$ 2.500,00 ( ); De R\$ 2.501,00 a R\$ 3.300,00 ( );

De R\$ 3.301,00 a R\$ 4.500,00 ( ); De R\$ 4.501,00 a R\$ 6.200,00 ( );

De R\$ 6.201,00 a R\$ 7.900,00 ( ); De R\$ 7.901,00 a R\$ 8.800,00 ( );

Mais de R\$ 8.8001,00 ( );

**3) Renda pessoal**

Até R\$ 1.600,00 ( ); De R\$ 1.601,00 a R\$ 2.500,00 ( ); De R\$ 2.501,00 a R\$ 3.300,00 ( );

De R\$ 3.301,00 a R\$ 4.500,00 ( ); De R\$ 4.501,00 a R\$ 6.200,00 ( );

De R\$ 6.201,00 a R\$ 7.900,00 ( ); De R\$ 7.901,00 a R\$ 8.800,00 ( );

Mais de R\$ 8.8001,00 ( );

**4) Idade:**

Até 20 anos ( ); De 21 a 25 anos ( ); De 26 a 30 anos ( ); De 31 a 35 anos ( );

De 36 a 40 anos ( ); De 41 a 45 anos ( ); De 46 a 50 anos ( ); De 51 a 55 anos ( );

De 56 a 60 anos ( ); Mais de 60 anos ( );

**5) Nível escolar:**

( ) Fundamental incompleto; ( ) Fundamental completo;

( ) Ensino médio incompleto; ( ) Ensino médio completo;

( ) Curso técnico completo; ( ) Curso técnico incompleto;

**Qual técnico, onde?** .....

.....

( ) Superior incompleto; ( ) Superior completo;



( ) Pós-graduado; ( ) mestrado; ( ) doutorado;

6) **Pretende continuar estudando?** ( ) Sim; ( ) Não;

7) **Estado civil:**

( ) Solteiro; ( ) Casado; ( ) União estável; ( ) Separado; ( )  
Divorciado; ( ) Viúvo;

8) **Número de filhos:**

( ) Nenhum; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5; ( ) 6; ( ) 7;

9) **Há quantos anos você trabalha?**

( ) Até 1 ano; ( ) de 1,1 a 3 anos; ( ) de 3,1 a 6 anos; ( ) de 6,1 a  
10 anos;

( ) de 10,1 a 15 anos; ( ) 15,1 a 18 anos; ( ) de 18,1 a 22 anos; ( )  
de 22,1 a 24 anos;

( ) Mais de 24 anos;

10) **Há quantos anos trabalha nesta empresa?**

( ) Até 1 ano; ( ) de 1,1 a 3 anos; ( ) de 3,1 a 6 anos; ( ) de 6,1 a  
10 anos;

( ) de 10,1 a 15 anos; ( ) 15,1 a 18 anos; ( ) de 18,1 a 22 anos; ( )  
de 22,1 a 24 anos;

( ) Mais de 24 anos;

11) **Qual sua função atual?**

.....  
.....

12) **Organização do trabalhador:**

**Você é Sindicalizado?** ( ) Sim; ( ) Não;

13) **Avaliação da gestão do sindicato:**

Independente de ser sindicalizado, ou não, qual sua avaliação da atuação da  
diretoria do sindicato de sua categoria?

( ) Ótima; ( ) Boa; ( ) Regular; ( ) Ruim; ( ) Péssima; ( ) Não  
sabe;

14) Diretorias anteriores eram:

( ) Ótima; ( ) Boa; ( ) Regular; ( ) Ruim; ( ) Péssima; ( ) Não sabe;

**15) A atuação da diretoria do sindicato você:**

( ) Aprova; ( ) Reprova; ( ) Não sabe;

**16) Quando você procura o sindicato é para:**

( ) Tirar dúvidas trabalhistas/advogados; ( ) Consultas médicas/laboratórios; ( ) Requerer não desconto de taxa sindical; ( ) Solicitar auxílio pessoal/familiar; ( ) Nunca procurei;

17) Você participa das assembleias convocadas pelo sindicato?

( ) Não; ( ) Sim, sempre ; ( ) Sim, às vezes

**18) Política partidária:**

Você acha importante e interessante para a categoria que diretor do sindicato (s) seja candidato a cargo político eletivo? (vereador, prefeito, deputado...)

( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sabe

**19) Você é filiado a algum partido político Não ( ); ( ) Sim - Qual? .....**

**20) Como você recebe as informações sobre assuntos de interesse da sua categoria:**

( ) Rádio; ( ) Televisão; ( ) Jornais; ( ) Panfletos do sindicato;

( ) Site do sindicato na internet; ( ) Facebook e redes sociais; ( ) Pelos amigos;

**21) Você acessa a internet?**

( ) Sim; ( ) Não; ( )

**22) Acessa com que frequência?**

( ) diariamente; ( ) Duas vezes por semana; ( ) três vezes por semana; ( ) Quatro vezes por semana;

**23) Como acessa à internet?**

( ) Em casa; ( ) Na empresa; ( ); ( ) Locais públicos;

**24) Como acessa?**

Telefone celular;     Computador;     Tablete;

**25) Você está nas redes sociais?**

Sim;  Não;

**26) Onde está? Quais redes?**

Facebook;  Twitter;  Instagram;  Whatsapp

Outras (quais) .....